



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

## Medicina Veterinária

**Reitor**

Carlos Roberto Juliano Longo

**Pró-Reitora Acadêmica**

Adriana Pelizzari

**Pró-Reitor Administrativo**

Wesley Rodrigues Sepúlveda

**Coordenadora Acadêmica de Graduação Presencial**

Camilla Sara Gonçalves Cunha

**Equipe - Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial**

Adriana Cardoso Furtado

Angélica Bussolo Rodrigues

Degvânia Fernandes Pereira

Gidalti Guedes da Silva

Mariane Chinelato Boente do Nascimento

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Patrícia Targino Melo

Samuel Estevam Vidal

Sheila da Silva Borges

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Valéria Maria Gonzaga dos Santos

**Procuradora Institucional**

Naiara Nunes da Silva

**Coordenadora de Curso**

Edilaine Sarlo Fernandes

**Assessor da Coordenação de Curso**

Jefferson Bruno Pereira Ribeiro

**Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina Veterinária**

Edilaine Sarlo Fernandes (Coordenador)

Diana Lima dos Reis (Membro)

Diogo Ramos Leal (Membro)

Jefferson Bruno Pereira Ribeiro (Membro)

Mirna Ribeiro Porto (Membro)

Stephan Alberto Machado (Membro)

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>I. INFORMAÇÕES GERAIS DA IES E DO CURSO.....</b>	<b>5</b>
1. Contextualização da região, da IES e do curso.....	5
2. Contexto educacional, econômico, social e cultural, abarcando características locais e regionais.....	6
3. Contexto Institucional.....	19
3.1 Valores Institucionais.....	27
4. Contexto do curso.....	29
<b>II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....</b>	<b>30</b>
5. Políticas institucionais no âmbito do curso.....	30
5.1 Políticas de ensino.....	33
5.2 Políticas de extensão.....	34
5.3 Políticas de pesquisa e/ou iniciação científica.....	35
5.4. Responsabilidade Social na formação.....	37
6. Coerência entre PPC e diretrizes curriculares do curso.....	38
7. Objetivos gerais e específicos.....	41
8. Perfil profissional do egresso.....	43
8.2 Monitoramento do perfil profissional do egresso.....	45
9. Competências e habilidades.....	46
10. Estrutura curricular e conteúdos curriculares.....	48
11. Programa Propósito de Vida - PPV.....	50
12. Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental e ecologia integral.....	54
13. Conteúdos curriculares.....	63
14. Ementário e referências bibliográficas.....	65
15. Atividades complementares.....	65
16. Estágio Supervisionado.....	69
17. Trabalho de Conclusão de Curso.....	70
18. Metodologias de ensino e aprendizagem.....	72
19. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).....	76
20. Sistemática de avaliação de aprendizagem.....	78
21. Gestão do curso: sistemática de autoavaliação institucional, do curso e avaliações externas.....	79
22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).....	82
23. Atividades práticas de ensino para áreas de saúde.....	82
<b>III. CORPO SOCIAL.....</b>	<b>83</b>
1. Formas de ingresso do Corpo Discente.....	83
2. Apoio e atenção ao discente.....	84
3. Políticas de inclusão e de acessibilidade.....	91
4. Gestão do curso.....	94
4.1 Perfil da Coordenação de curso.....	94
4.2 Processos de avaliação interna e externa do curso.....	96
5. Colegiado do Curso e Perfil do Núcleo Docente Estruturante.....	99
6. Perfil do Corpo docente.....	101
7. Regime de trabalho do corpo docente do curso.....	103
8. Experiência profissional do docente.....	104
9. Experiência no exercício da docência superior.....	105
10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.....	105

11.	Formação Continuada Docente .....	105
12.	Corpo técnico-administrativo .....	108
13.	Política de atendimento ao docente e ao corpo técnico-administrativo .....	108
<b>IV.</b>	<b>INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>111</b>
1.	Instalações gerais.....	111
2.	Espaços físicos utilizados para o desenvolvimento do curso.....	113
3.	Laboratórios didáticos e ambientes de formação básica e específica do Curso de Medicina Veterinária.....	116
4.	Biblioteca.....	128
5.	Comitês de ética e pesquisa (CEP) e na utilização de animais (CEUA).....	129
<b>V.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>
<b>VI.</b>	<b>EMENTÁRIO.....</b>	<b>147</b>

## **APRESENTAÇÃO**

---

O presente documento é um instrumento norteador do curso de Medicina Veterinária da UCB, integrando as políticas acadêmicas institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional 2023/2027) com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução nº 3 de agosto de 2019.

### **I. INFORMAÇÕES GERAIS DA IES E DO CURSO**

---

#### **1. Contextualização da região, da IES e do curso**

O surgimento da Universidade Católica de Brasília (UCB) está atrelado à história de Brasília, de maneira especial. Inserida no contexto regional do Planalto Central, a UCB vem contribuindo de forma significativa para a consolidação da região.

Brasília é uma cidade que nasce com a vocação para a administração pública federal. Assim, foi preciso considerar esta questão, bem como as contradições do sistema político e econômico específicos dessa realidade no projeto de criação da instituição que buscou, de maneira consistente e comprometida, atender à demanda por uma formação acadêmico-profissional de qualidade, e que também valorizasse uma atuação humanista e ética.

Em 12 de março de 1985, foi inaugurado o campus das então Faculdades Integradas Católica de Brasília (FICB), em Taguatinga, com o primeiro conjunto de edificações. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em Universidade Católica de Brasília.

A cidade de Taguatinga se tornara um local estratégico. Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga cresceu e se tornou um importante polo econômico, com avenidas, altos edifícios. Neste sentido, pode-se afirmar que a UCB e sua expansão liga-se à própria condição de Brasília, importante espaço geopolítico que atrai pessoas de todo país.

O espaço geográfico do campus em Taguatinga, desde sua inauguração, não só valorizou a área, mas se transformou num ponto de convergência populacional que traz para si pessoas do Plano Piloto, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Riacho Fundo, além de Taguatinga e outras regiões do Distrito Federal e entorno. Os vários cursos oferecidos, desta forma, buscam responder às demandas sociais, ofertando à população uma formação acadêmica de qualidade que promova o crescimento e a qualificação pessoal e profissional dos seus estudantes, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

No final da década de 90 a Universidade Católica de Brasília (UCB), depois de consolidar-se por 29 anos na Educação Superior e por seis anos como Universidade, já havia estabelecido sua área de saúde, com os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Biologia.

Com a infraestrutura já instalada e ciente da relevância social deste curso para a região, a UCB propôs a abertura do curso de Medicina Veterinária no Campus Taguatinga, partindo de princípios legais, institucionais, filosóficos e socioculturais perfeitamente identificados com o perfil pedagógico de sua Mantenedora e com os anseios da comunidade na qual estava inserida. Assim, a partir da Resolução do CONSEPE de nº 132 de 29 de outubro de 2018, o curso de Medicina Veterinária iniciou suas atividades no Campus da UCB.

Releva notar que em 2019 foi inaugurado o campus em Ceilândia, com uma estrutura de 15.000m<sup>2</sup> de área total, funciona onde antes era o Colégio CESAM – Centro Salesiano do Aprendiz, da Inspeção São João Bosco, uma das províncias fundadoras da UBEC. No local são ofertados os cursos de graduação presencial de Direito e Psicologia. Nesse sentido, a UCB se coloca no mercado como uma instituição confessional-filantrópica (comunitária) que prima pela formação de qualidade, desenvolvendo suas atividades de forma indissociável entre Pesquisa, Ensino e Extensão, considerando a necessidade da região por profissionais altamente qualificados na administração pública e na iniciativa privada.

## **2. Contexto educacional, econômico, social e cultural, abarcando características locais e regionais**

A UCB é a única Universidade privada do Distrito Federal-DF. Tem estudantes matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Dispõe de mais de 600 mil m<sup>2</sup> de área e conta com infraestrutura que privilegia o atendimento às demandas dos cursos/programas por ela oferecidos, e que vão desde salas de aula equipadas com acesso à internet, a recursos multimídia e laboratórios de ponta.

O avanço da modalidade de Educação a Distância veio atender às novas exigências sociais de formação. A UCB dispõe de Polos de Educação a Distância (PEAD), distribuídos em vários locais do território nacional e no exterior – EUA (Boston e Orlando) e Japão (Tóquio e Nagoya) – que contam com toda a infraestrutura necessária para o suporte à aprendizagem dos estudantes e à realização dos encontros e atividades presenciais. Os polos são viabilizados por uma aliança estratégica entre instituições parceiras e a UCB, caracterizando-se como uma grande rede de Educação a Distância e como uma ação com vistas à democratização do acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o mundo tem sofrido profundas transformações, principalmente nos campos tecnológico e econômico, com impactos significativos no mundo do trabalho. A velocidade das mudanças traz novos desafios, exigindo capacidades de aprender e desenvolver novas competências (metacognição) para assimilar e se adaptar a novos contextos, avaliar novas e diferentes situações, lidar com o inesperado, e propor mudanças que tragam impactos positivos para a sociedade em permanente transformação. A mundialização do mercado, dos investimentos, da indústria, da informação e da produção

do conhecimento sobre os processos locais, regionais e nacionais caracterizou a globalização. A nova economia sustenta-se, dentre outros aspectos, na utilização eficiente do conhecimento e na capacidade de inovar

O desenvolvimento tecnológico, neste sentido, é aspecto importante a ser considerado, pois tem demandado da sociedade (tanto das organizações quanto das pessoas), cada vez mais, a capacidade de gerar, lidar, produzir, gerir e armazenar, com segurança e de forma ética, dados e informações. O conhecimento, sua produção, gestão e disseminação, ganha novos contornos. Tais transformações resultaram, e ainda resultam, na mudança de valores e na reorganização da política mundial, com reflexo na educação.

Este contexto é ainda marcado por profundas desigualdades sociais que nos desafiam a construir alternativas criativas para os problemas da nossa época, em especial aos problemas da educação. Soma-se a isso a pandemia de Covid-19 que, desde 2020 obrigou os cursos a adaptarem suas formas de aprender e ensinar, bem como adaptar as suas atividades práticas e assistenciais. Os desafios que se colocam na atualidade para o educador parecem que se multiplicam diariamente.

Logo após decretada a Pandemia de Covid-19 pela OMS (12/03/2020), o curso de Medicina Veterinária da UCB traçou um planejamento estratégico para minimizar o impacto nas atividades práticas dos estudantes, com algumas ações a saber:

- monitoramento dos casos de Covid-19 para os estudantes com identificação de sinais e sintomas e preenchimento de formulário específico
- construção de um protocolo de segurança institucional, referente ao SARS Cov-2
- transferência das atividades teóricas para a modalidade síncrona e, após autorização por órgãos competentes, retomada gradativa das atividades práticas com redução do número de estudantes nos cenários.

As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que elas ocorrem. Compreender a evolução da sociedade e da educação como fatores interligados, nos leva a apontar que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de sua educação. Por meio dela, existem diferentes possibilidades a serem trabalhadas, desde a socialização e a preparação para o trabalho, até a construção de conhecimentos especializados que permitam novas soluções e promovam a inovação.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste, no centro leste do estado de Goiás. Limita-se a leste como os municípios de Cabeceira Grande, estado de Minas Gerais, e Formosa, estado de Goiás; a oeste limita-se com Santo Antônio Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas; ao norte com Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa e ao sul com Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, todos estes municípios pertencentes ao estado de Goiás (SES/DF, 2019).

**FIGURA 1 – Composição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), Região Metropolitana e Municípios**



Fonte: Nota Técnica CODEPLAN/DF (2018)

A configuração territorial do complexo territorial produzido pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília tem raízes fortes nessa história. O processo de ocupação do território do Planalto Central é datado do período pós-colonial, no início do séc. XVIII, com a vinda dos bandeirantes à procura de minérios, ampliações das áreas de pastagens e escravização dos índios nativos. Os fluxos populacionais de bandeirantes e africanos escravizados foram atraídos em virtude da atividade mineira e esvaziados após o declínio desta atividade. Entretanto, no início do século XX, o território do Planalto Central que inclui os Estados de Tocantins e Rondônia, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Para promover uma maior ocupação demográfica do território, o governo federal deu início a ações de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek (CODEPLAN, 2018).

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país está registrada na Constituição de 1891, mas somente foi efetivada na segunda metade do Século XX, culminando com a construção de Brasília e a transferência da Capital. A região do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. Com as transformações estruturais da economia brasileira nas décadas de 1940 e 1950, a população da Região, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões, inicialmente associada à expansão da atividade agropecuária e, depois, com a urbanização de Brasília. Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no

interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília (CODEPLAN, 2018; SES/DF, 2019). Veja-se que há uma interface grande entre a implantação de Brasília, uma cidade planejada urbanisticamente, e os movimentos muito rápidos de expansão populacional e da economia da região, gerando um efeito muito diverso nos diferentes recortes territoriais.

Os dados da tabela permitem compreender a relação de dependência das diferentes organizações políticas territoriais entre si e, sobretudo, com a Capital Federal e o Distrito Federal como um todo. A dinâmica regional envolve diferentes funcionalidades de ocupação dos territórios, desde a polarização econômica até fluxos diários da população para o trabalho, deslocamentos para compras ou obtenção de serviços, acesso a meios de comunicação etc. Como se verificou acima, no centro do território ocupado pela RIDE está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 66% da população, e uma grande área conurbada na direção sul, acompanhando a BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia. Outros municípios bastante populosos são Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010) e Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Esses municípios com o Distrito Federal somam uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. Como se registrou, além da população adscrita no Distrito Federal, para fins de análise do funcionamento da infraestrutura do território, é importante considerar a população residente nos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que foi criada com a Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04/05/2011, e teve a composição alterada pela Lei Complementar nº 163/2018. São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram devendo para tanto articular-se administrativamente com a União, Distrito Federal e com os Estados de Goiás e de Minas Gerais que a compõem. Atualmente a RIDE é composta por 29 municípios do Estado de Goiás e 4 municípios do Estado de Minas Gerais, além do DF (SES/DF, 2019). A Tabela 1, apresenta uma caracterização da RIDE DF e Entorno, considerando os municípios e estados que a compõem, o instrumento formal de inclusão e características demográficas e socioeconômicas da região.

**TABELA 1 – Caracterização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), 2020**

Nº	UF	Nome	Legislação	Área (km²)	População Estimada 2020	IDH (2010)	PIB (em R\$ mil) (2015)	Densidade Demográfica (hab./Km²)
1	DF	Distrito Federal	LC 94/1998	5.779,997	3.055.149	0,824	215 613 025	528,57
2	GO	Abadiânia	LC 94/1998	1.045,127	20.461	0,689	289 099	19,58
3	GO	Água Fria de Goiás	LC 94/1998	2.029,416	5.793	0,671	201 809	2,85
4	GO	Águas Lindas de Goiás	LC 94/1998	188,385	21 7698	0,686	1 542 997	1.155,60
5	GO	Alexânia	LC 94/1998	847,893	28.010	0,682	730 529	33,03
6	GO	Alto Paraíso de Goiás	LC 163/2018	2.593,905	7.688	0,713	138 658	2,96
7	GO	Alvorada do Norte	LC 163/2018	1.259,366	8.705	0,660	108 906	6,91
8	GO	Barro Alto	LC 163/2018	1.093,248	11.408	0,742	605 006	10,43
9	GO	Cabeceiras	LC 94/1998	1.126,912	8.046	0,668	218 672	7,14
10	GO	Cavalcante	LC 163/2018	6.953,666	9.725	0,584	249 871	1,40
11	GO	Cidade Ocidental	LC 94/1998	389,985	72.890	0,717	642 343	186,90
12	GO	Cocalzinho de Goiás	LC 94/1998	1.789,039	20.504	0,657	285 878	11,46
13	GO	Corumbá de Goiás	LC 94/1998	1.061,955	11.169	0,680	145 059	10,52
14	GO	Cristalina	LC 94/1998	6.162,089	60.210	0,699	1 944 492	9,77
15	GO	Flores de Goiás	LC 163/2018	3.709,427	17.005	0,597	130 968	4,58
16	GO	Formosa	LC 94/1998	5.811,788	123.684	0,744	1 934 488	21,28
17	GO	Goiandésia	LC 163/2018	1.547,274	71.075	0,727	1 098 113	45,94
18	GO	Iuziânia	LC 94/1998	3.961,100	211.508	0,701	3 353 547	53,40
19	GO	Mimoso de Goiás	LC 94/1998	1.386,915	2.583	0,665	37 431	1,86
20	GO	Niquelândia	LC 163/2018	9.843,247	46.730	0,715	1 199 152	4,75
21	GO	Novo Gama	LC 94/1998	194,992	11 7703	0,684	799 207	603,63
22	GO	Padre Bernardo	LC 94/1998	3.139,175	34.430	0,651	479 875	10,97
23	GO	Pirenópolis	LC 94/1998	2.205,010	25.064	0,693	373 758	11,37
24	GO	Planaltina	LC 94/1998	2.543,677	90.640	0,669	917 297	35,63
25	GO	Santo Antônio do Descoberto	LC 94/1998	944,145	75.829	0,665	572 101	80,31
26	GO	São João d'Alcântara	LC 163/2018	3.327,379	14.085	0,685	229 562	4,23
27	GO	Simolândia	LC 163/2018	347,976	6.879	0,645	86 138	19,77
28	GO	Valparaíso de Goiás	LC 94/1998	61,450	172.135	0,746	2 155 089	2.801,22
29	GO	Vila Boa	LC 94/1998	1.060,172	6.312	0,647	104 363	5,95
30	GO	Vila Propício	LC 163/2018	2.181,583	5.882	0,634	199 087	2,70
31	MG	Arinos	LC 163/2018	5.279,419	17.862	0,656	197 938	3,38
32	MG	Buritizal	LC 94/1998	5.225,186	25.013	0,672	601 789	4,79
33	MG	Cabeceira Grande	LC 163/2018	1.031,409	6.988	0,648	203 236	6,78
34	MG	Unai	LC 94/1998	8.448,082	84.930	0,736	2 439 492	10,05
TOTAL				94.570,389	4.693.793	0,782	239 828 975	49,63

Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019); dados populacionais recuperados de estimativas do TABNET/Ministério da Saúde para 2020; IDH recuperado do IBGE Cidades (cor azul = IDH Muito Alto, verde = Alto; amarelo = Médio; alaranjado = Baixo).

A distribuição da população e dos indicadores sociais e econômicos no DF dá destaque à alta densidade demográfica nas áreas de ocupação mais recentes de expansão da urbanização. Existem “bolsões” de densidade muito acima da média, que se refletem em outros indicadores sociais e econômicos.

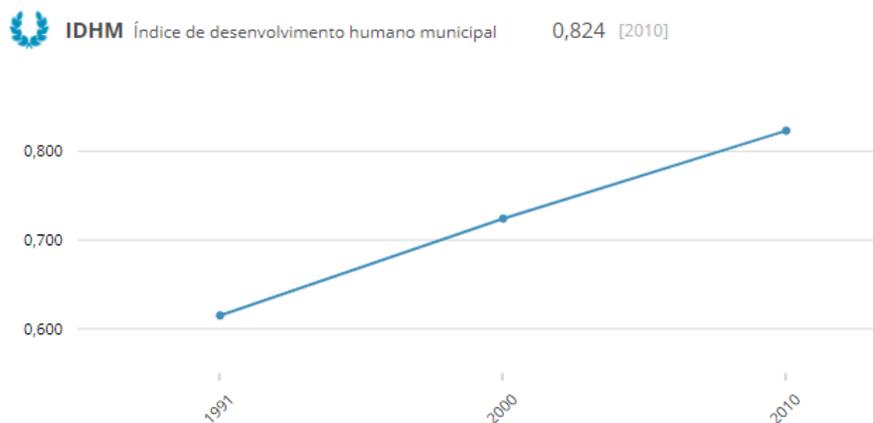
**TABELA 2 – Distribuição da população por Regiões de Saúde e Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018**

Região de Saúde	Região Administrativa (RA)	População 2018	%
CENTRAL	RA1 - Brasília (Asa Norte)	145.311	4,89%
	RA1 - Brasília (Asa Sul)	104.817	3,53%
	RA11 - Cruzeiro	41.457	1,39%
	RA16 - Lago Sul	36.673	1,23%
	RA18 - Lago Norte	39.152	1,32%
	RA 22 - Sudoeste/Octogonal	59.117	1,99%
	RA 23 - Varjão	10.385	0,35%
	<b>Total da Região Central</b>	<b>436.912</b>	<b>14,70%</b>
CENTRO-SUL	RA8 - N. Bandeirante	28.698	0,97%
	RA10 - Guará	126.829	4,27%
	RA17 - R. Fundo I	41.347	1,39%
	RA19 - Candangolândia	18.444	0,62%
	RA 21 - R. Fundo II	40.694	1,37%
	RA 24 - Park Way	23.064	0,78%
	RA 25 - SCIA (Estrut.)*	33.494	1,13%
	RA 29 - S.I.A*	2.772	0,09%
<b>Total da Região Centro-Sul</b>	<b>315.342</b>	<b>10,61%</b>	
NORTE	RA5 - Sobradinho I	89.935	3,03%
	RA 6 - Planaltina	195.027	6,56%
	RA 26 - Sobradinho II	83.713	2,82%
	RA 31 - Fercal	10.054	0,34%
<b>Total da Região Norte</b>	<b>378.729</b>	<b>12,74%</b>	
SUL	RA2 - Gama	156.321	5,26%
	RA13 - Santa Maria	133.905	4,51%
	<b>Total da Região Sul</b>	<b>290.226</b>	<b>9,76%</b>
LESTE	RA7 - Paranoá	62.510	2,10%
	RA14 - São Sebastião	95.199	3,20%
	RA 27 - Jd. Botânico	23.385	0,79%
	RA 28 - Itapoã	50.073	1,68%
<b>Total da Região Leste</b>	<b>231.167</b>	<b>7,78%</b>	
OESTE	RA4 - Brazlândia	65.814	2,21%
	RA9 - Ceilândia (**)	461.057	15,51%
	<b>Total da Região Oeste</b>	<b>526.871</b>	<b>17,73%</b>
SUDOESTE	RA3 - Taguatinga	239.315	8,05%
	RA12 - Samambaia	226.355	7,62%
	RA15 - Recanto das Emas	141.218	4,75%
	RA 20 - Águas Claras (†)	117.834	3,96%
	RA 30 - Vicente Pires	68.240	2,30%
<b>Total da Região Sudoeste</b>	<b>792.962</b>	<b>26,68%</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>2.972.209</b>	<b>100%</b>

Fonte: Plano de Saúde do DF (2019).

O Distrito Federal tem um Índice de Desenvolvimento Humano que se mantém na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano nos últimos anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios, o IDHM do Distrito Federal era 0,854, em 2016 e em 2017 era de 0,850. Esse desempenho coloca do Distrito Federal em primeiro lugar entre as 27 Unidades da Federação. Entretanto, esse indicador tem variações por sexo, por cor e por situação do domicílio, conforme se verá. A tendência do IDH no Distrito Federal é de crescimento, conforme demonstra a figura abaixo, calculada com dados dos censos populacionais.

**FIGURA 3 – Variação do IDHM no Distrito Federal, 1991 a 2010**



Fonte: IBGE Cidades.

A desagregação do indicador por sexo também é relevante para analisar o contexto do Distrito Federal. Em 2010, o valor para as mulheres no Distrito Federal era 0,851 e, para os homens, de 0,797, o que coloca ambos os grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,054. O IDHM da população feminina em 2017 era 0,875, e da população masculina neste mesmo ano era de 0,823, o que coloca os dois grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Analisando as informações por cor, segundo o Censo Demográfico, o IDHM da população negra do Distrito Federal era de 0,788, o que a situava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano, era de 0,867, correspondente à faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,079. O IDHM da população negra em 2017 era 0,810, posicionado na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM da população branca neste mesmo ano era de 0,890, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Quando os dados são desagregados por situação de domicílio, segundo o Censo Demográfico de 2010, o IDHM da população residente na área urbana do Distrito Federal era 0,829 em 2010, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população residente na área rural nesse mesmo ano, era de 0,702, correspondente à faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,127.

Os dados do IDHM também podem ser analisados de acordo com as dimensões que o compõe. O IDHM do Distrito Federal apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, segundo informações do Censo Demográfico. Neste período, a evolução do índice foi de 13,66%. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 7,25%, o IDHM Educação

apresentou alteração de 27,49% e o IDHM Renda apresentou alteração de 7,20%. Em 2016, era 0,854 e em 2017, 0,850, e, neste período, a evolução do índice foi de -0,47%. Na figura abaixo, vemos que, para as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2016 e 2017, o IDHM Longevidade apresentou alteração de 0,56%, o IDHM Educação apresentou alteração de -2,43% e o IDHM Renda apresentou alteração de 0,70%

**FIGURA 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo as variações das dimensões que o compõe, Distrito Federal, 2000/2010 e 2016/2017**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, quatro referentes ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade. Segundo dados do último Censo Demográfico, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,46%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 88,32%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,32%; e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,48%. Utilizando dados da PNAD Contínua, é possível identificar que, em 2017, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola neste ano era de 93,50%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 95,50%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,75%; e, por fim, a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 69,12%. Ainda com base nas informações da PNAD Contínua, em 2012, 84,31% da população de 6 a 17 anos do Distrito Federal estava cursando o ensino básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2017, esse

percentual era de 87,31% da população. A taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio era de 26,70%, em 2013, e passou para 24,60%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 2,00%, em 2013 para 2,40%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 9,90%, em 2013 e em 2014, de 9,80%. Por sua vez, o indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica a média de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Em 2012, segundo informações da PNAD Contínua, essa média era de 9,90 anos e em 2017, foi de 10,33 anos. Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, que é afetado pela menor escolaridade das gerações mais antigas. Com base nos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 59,48% para 72,32%. Utilizando as informações da PNAD Contínua, nos anos de 2012 e 2017, esse percentual foi de 76,14% e 78,72%. Em 2017, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade do Distrito Federal, 3,74% eram analfabetos, 76,06% tinham o ensino fundamental completo, 66,42% possuíam o ensino médio completo e 30,59%, o superior completo.

Sobre a dimensão Renda do IDHM, que representa o segundo componente de maior relevância na composição final do Índice em 2010, os dados também são favoráveis. Segundo informações do Censo Demográfico, a renda per capita mensal no Distrito Federal era de R\$ 1.199,44, em 2000 e R\$ 1.715,11, em 2010, a preços de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento desse valor a uma taxa média anual de 42,99%. As informações da PNAD Contínua mostram que houve crescimento da renda per capita mensal entre os anos de 2016 e 2017, passando de R\$ 1.614,34 para R\$ 1.681,05 (a preços de agosto de 2010), o que equivale a uma variação de 4,13% no período, em termos reais. Entretanto, os indicadores de pobreza não são tão positivos e demonstram que a renda aumentou, concentrando-se nos segmentos populacionais mais abastados. A proporção de pessoas extremamente pobres, ou seja, com renda per capita inferior a R\$70,00 (a preços correntes de agosto de 2010), passou de 1,77%, em 2016, para 2,76%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010) era de 4,34%, em 2016 e 4,96%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a R\$255,00, a preços de agosto de 2010), era 11,780%, em 2016 e 11,780%, em 2017. Em 2017, as proporções de extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza na população feminina eram de 2,94%, de 5,21% e de 12,23%, respectivamente. Já na população masculina, essas mesmas proporções eram de 2,56%, de 4,69% e de 11,28%. Considerando a desagregação da população por cor, nesse mesmo ano, 3,67% dos negros eram extremamente pobres, 6,33% eram pobres e 14,79% eram vulneráveis à pobreza. Na população branca, essas proporções eram de 1,33%, 2,87% e 7,06%, respectivamente. A desigualdade da renda pode ser descrita pelo Índice de Gini. No Distrito Federal, esse índice era de 0,630 em 2000 e de 0,630, em 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Mais recentemente, segundo dados da PNAD Contínua, situou-se em 0,570, em 2016 e em 0,591, em 2017.

Entre 2000 e 2010, período entre os dois últimos Censos Demográficos, no Distrito Federal a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente, passou de 72,99% para 74,34%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 15,93% para 7,58%. O grau de formalização da população ocupada de 18 anos ou mais de idade era de 71,62 em 2010, sendo maior entre a população masculina e de brancos; dessa população ocupada, a porcentagem com rendimento mensal de até 1 salário-mínimo era de 8,46% em 2010, sendo maior entre a população feminina e de negros.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. A esperança de vida ao nascer da população do Distrito Federal, de acordo com os dados do Censo Demográfico, se alterou em 3,49 anos entre 2000 e 2010. Analisando as informações por situação de domicílio, a esperança de vida ao nascer da população residente na área urbana foi 77,53, já na área rural foi de 73,81, ambas para 2010. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a esperança de vida ao nascer era de 78,37 anos. Por sua vez, a mortalidade infantil, definida como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, passou de 20,71 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,01 por mil nascidos vivos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nas informações por situação de domicílio, em 2010, a mortalidade infantil na área urbana foi 13,64 e na área rural 22,17. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a mortalidade infantil era de 10,32 por mil nascidos vivos. Em 2013, esse valor era de 11,22 por mil nascidos vivos.

Na Figura 5 se pode verificar uma oscilação importante do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, com uma tendência de redução significativa no período de 2013 a 2016, com um pico de crescimento nos dois últimos anos da série. Como se verá adiante, esse pico recente está associado à redução da cobertura populacional por atenção básica.

**FIGURA 5 – Série histórica do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, 2006 - 2017**

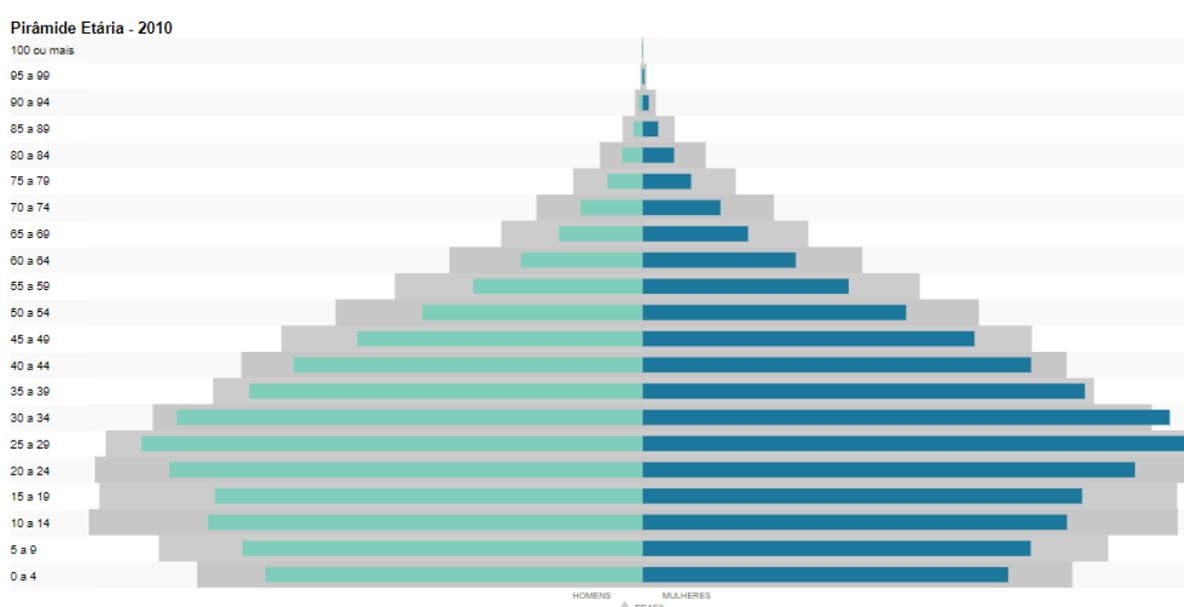


Fonte: IBGE Cidades.

O indicador Razão de Dependência é a proporção de população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa). Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência no Distrito Federal era de 46,49%, em 2000 e 40,14% em 2010. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 3,29% e 4,97% respectivamente. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência atingiu 37,49% e, por sua vez, a taxa de envelhecimento alcançou 8,09%. Taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Na Figura 6 pode ser verificado que a estrutura etária da população do Distrito Federal é muito diversa daquela do Brasil como um todo. O formato da pirâmide revela uma transição demográfica mais avançada no município e no estado em comparação com o Brasil como um todo, com a maior concentração de população nas faixas de 25 a 34 anos, tanto para o sexo masculino quanto feminino. O desenho da pirâmide populacional indica uma redução de natalidade e da tendência da mortalidade infantil nos últimos anos. Esse desenho também está associado a uma transição epidemiológica, com o aumento das doenças crônicas e aquelas prevalentes na população adulta e idosa.

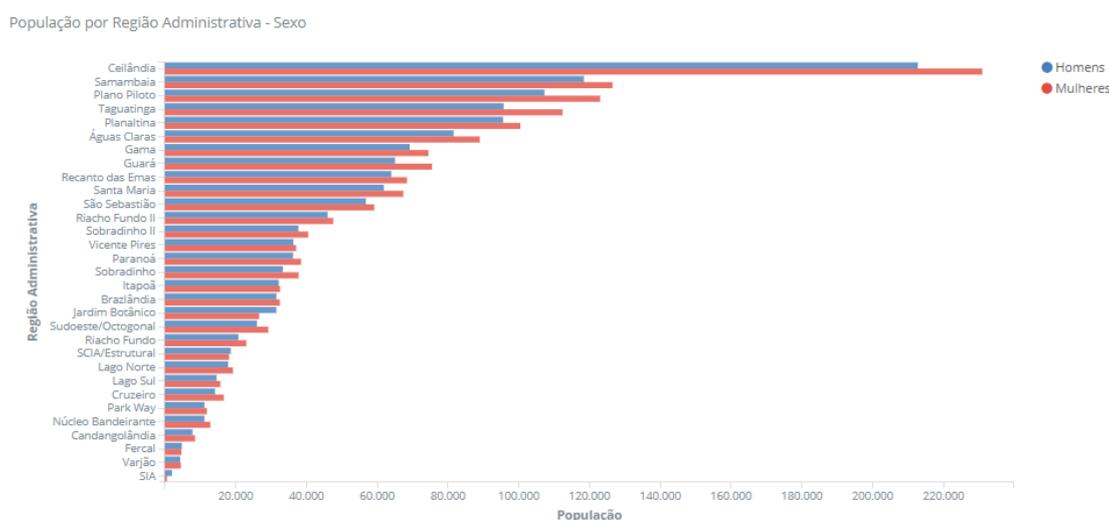
**FIGURA 6 – Pirâmides Etárias do Distrito Federal, Censo Demográfico, 2010**



Fonte: IBGE Cidades.

Conforme se verificou na Tabela 2, a população do Distrito Federal não se distribui uniformemente pelo território. A figura abaixo detalha a composição da população, por sexo, nas Regiões Administrativas do DF apontando, igualmente, uma distribuição populacional bem desigual no território (Figura 7).

**FIGURA 7 – Distribuição da população pelas Regiões Administrativas, Distrito Federal, 2020**



Fonte: InfoSaúde/Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

Nesse cenário, a preocupação da educação deve se voltar para a formação de cidadãos críticos, conscientes e profissionalmente competentes, que sejam capazes de interagir com as diferentes áreas do conhecimento, respeitando o outro, a si mesmo e a natureza, ao mesmo tempo em que precisam acompanhar o constante avanço tecnológico.

**TABELA 3 – Distribuição da População do Distrito Federal por grupos de características especiais, 2020**

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Mulheres em Idade Fértil (10 a 49 anos)	Faixa etária (pessoas)			
					0 a 4 anos	10 a 19 anos	60 anos e mais	30 a 69 anos
Região Central	436.912	202.909	234.003	138.009	38.964	46.499	75.495	253.977
...Brasília	250.128	134.300	136.028	78.761	9.974	26.211	45.821	145.378
...Asa Norte	145.311	67.629	77.682	47.829	6.081	15.407	21.455	85.523
...Asa Sul	104.817	46.471	58.346	30.941	3.893	10.804	24.366	99.855
...Cruzeiro	41.457	19.125	22.332	14.023	1.896	5.531	5.819	29.125
...Lago Norte	39.152	19.003	20.149	11.044	1.998	3.717	7.790	29.041
...Lago Sul	36.673	17.383	19.090	9.883	1.264	3.681	9.311	21.542
...Sudoeste/Oct	59.117	27.982	31.135	20.586	3.305	5.378	6.276	36.601
...Vaijão do Torto	10.385	5.116	5.269	3.712	987	1.981	480	4.290
Região Centro-Sul	315.342	149.657	165.685	106.554	20.158	46.736	35.782	161.734
...Candangolândia	18.444	8.816	9.628	6.204	1.147	2.718	1.987	9.216
...Gard	126.828	57.381	69.446	41.904	6.636	15.749	19.629	69.345
...Núcleo Bandeirante	28.698	13.336	15.362	9.903	1.661	4.085	3.561	14.888
...Park Way	23.064	11.354	11.711	7.227	1.300	3.030	3.339	13.003
...Riacho Fundo I	41.347	19.845	21.502	14.634	2.639	6.108	3.544	21.393
...Riacho Fundo II	40.694	19.879	20.815	14.629	3.259	7.612	2.328	18.987
...SCIA (Estrutural)	33.494	17.089	16.405	11.487	3.581	7.162	1.256	13.322
...SIA	2.772	1.957	815	576	134	298	139	1.380
Região Leste	231.167	117.534	113.634	79.448	19.646	40.183	12.952	104.837
...Itapoá	50.073	25.336	24.737	17.701	5.595	9.794	1.496	20.723
...Jardim Botânico	23.385	11.387	11.998	7.726	1.457	3.022	2.526	13.327
...Paranó	62.510	30.486	32.024	21.435	5.063	10.560	4.875	28.566
...São Sebastião	95.199	50.315	44.884	32.567	7.530	16.808	4.055	42.221
Região Norte	378.729	183.461	195.267	128.711	28.723	64.483	34.762	182.007
...Fercal	10.034	5.190	4.864	3.225	1.008	1.930	684	4.140
...Planaltina	195.027	95.444	99.583	66.721	15.861	35.896	15.873	89.650
...Sobradinho	89.935	42.960	47.375	29.948	5.669	12.991	11.342	46.792
...Sobradinho II	83.713	40.267	43.445	28.817	6.386	13.667	6.863	41.424
Região Oeste	526.871	254.763	272.109	177.511	41.301	85.608	52.264	253.840
...Brazlândia	65.814	32.628	33.186	21.533	5.245	11.993	6.373	30.301
...Ceilândia	461.057	222.134	238.923	155.978	35.857	73.630	45.891	223.540
Região Sudoeste	792.962	380.176	412.786	274.076	56.743	124.280	71.232	396.439
...Águas Claras	117.834	57.054	60.780	41.796	9.375	14.438	9.167	64.476
...Recanto das Emas	141.238	68.924	72.294	50.732	11.529	28.144	7.734	69.486
...Samambaia	226.355	109.781	116.574	78.746	18.293	39.097	15.088	105.129
...Taguatinga	239.315	110.382	128.933	79.443	13.122	32.467	13.583	126.806
...Vicente Pires	68.240	34.034	34.206	23.339	4.424	10.134	5.660	36.543
Região Sul	290.226	138.959	151.267	99.640	20.159	50.092	28.946	140.068
...Gama	156.321	74.124	82.197	52.628	9.671	25.445	20.361	78.802
...Santa Maria	133.905	64.836	69.069	47.011	10.488	24.648	8.585	61.267
DF	2.972.209	1.427.459	1.544.750	1.003.949	205.494	457.878	311.433	1.492.902

Fonte: InfoSaúde - SES/DF.

Assim, no contexto das transformações, a Universidade precisa refletir sobre as suas estruturas organizacionais e os objetivos traçados para o fazer pedagógico. O desafio de preparar uma geração para a vida, requer não só o conhecimento da realidade em que se está inserido, mas também a participação no enfrentamento dos problemas sociais de sua comunidade na construção de um futuro mais justo, equânime, saudável e sustentável.

### 3. Contexto Institucional

#### Mantenedora

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) é uma associação civil, confessional, de direito privado, de caráter assistencial, educacional e filantrópico e sem fins econômicos, comunitária e reconhecida como de utilidade pública. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.801/0001-30, fundada em 08 de agosto de 1972, na Cidade de Brasília-DF, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob nº de ordem 1.132, no Livro A-6, datado de 12 de agosto de 1972, com sede à Avenida Dom Bosco, nº 2.139, Silvânia-GO e, com Escritório Executivo na QS 01 Rua 210 sala 1105 e 1106, Lote 40 – Areal/Águas Claras-DF.

<b>Mantenedora:</b>	União Brasileira de Educação Católica - UBEC						
<b>End.:</b>	QS 1 Rua 210 salas 1105 e 1106	<b>n.:</b>	Lote 40				
<b>Bairro:</b>	Areal	<b>Cidade:</b>	Brasília	<b>CEP:</b>	71950-770	<b>UF:</b>	DF
<b>Fone:</b>	(61) 3383-9000	<b>Fax:</b>	(61) 3383-9030				
<b>Síte:</b>	<a href="http://www.catolica.edu.br/ubec/">http://www.catolica.edu.br/ubec/</a>						

Constituída como Associação Civil, religiosa de direito privado e de caráter assistencial, educacional e filantrópica, a UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: a Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas; a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano.

A diretoria da UBEC adota o modelo de Governança Corporativa (aprovado pela Assembleia Geral nº 84, de 17/18 de novembro de 2009), na intenção de aumentar a eficiência e eficácia no trato das ações desenvolvidas em todas as instâncias da UBEC.

Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém: o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), o Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), o Colégio Padre de Man (CPM), em Minas Gerais, a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO) e a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FCR), além de cinco instituições de Educação Básica em Brasília, Coronel Fabriciano, Timóteo, Joinville e Curitiba.

**FIGURA 8 - Unidades de missões mantidas pela UBEC**



Ao longo de meio século de existência, muitas vidas foram e estão sendo transformadas por meio de ações educacionais e sociais desenvolvidas. Atualmente, mais de 27 mil estudantes fazem parte do Grupo e mais de 3,5 mil são atendidos pelo programa de filantropia.

O Plano Estratégico da UBEC (2023-2027) assume como valores institucionais: o humanismo solidário, a gestão compartilhada, a inovação com performance, a ética, a ecologia integral e a espiritualidade. Estes valores demonstram o compromisso do Grupo com sua missão.

**FIGURA 9 – Missão do Grupo UBEC**

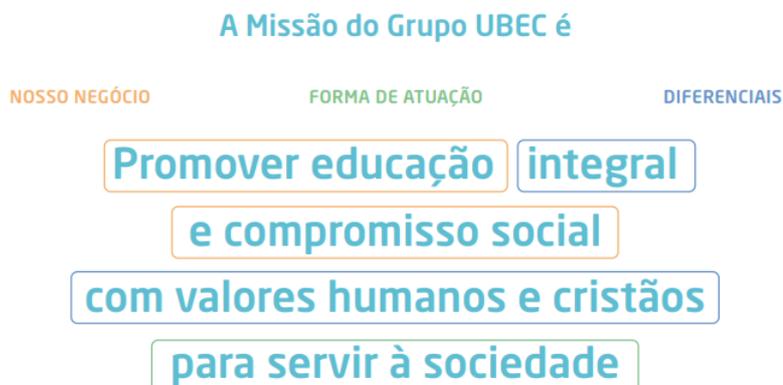


FIGURA 10 – Visão do Grupo UBEC



São direcionadores da Visão da UBEC, definidos em seu Planejamento Estratégico:

- **Crescimento Sustentável:** entendido como o potencial de crescer nos mercados em que atua e, também, em novos mercados, seja por novos negócios ou negócios já existentes. A perspectiva de conhecimento está alinhada à missão institucional, pois pressupõe o crescimento como uma organização que prima por uma governança social e ambientalmente comprometida. Deve promover, desta forma, o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, buscando a perenidade do Grupo UBEC ao mesmo tempo que garante nosso compromisso com a sociedade.
- **Experiência Inovadora:** a experiência inovadora traz uma atuação na jornada do estudante de modo que ele obtenha o máximo de aproveitamento e reconhecimento quanto ao crescimento pessoal e ao sucesso por ter percorrido sua jornada formativa. Neste sentido, o ecossistema educativo do Grupo, que impacta diretamente na experiência do estudante, é composto por vários atributos, dentre eles a formação integral, pensando na completude do ser, e a pastoralidade como um elemento de espiritualização e evangelização;
- **Formação Integral:** a formação integral é entendida como um conjunto de ações educativas que promovem o desenvolvimento da pessoa (criança, jovem e adulto) em todas as suas dimensões, envolvendo os aspectos emocional, espiritual, cultural, físico, intelectual, psíquico e social. Requer a compreensão

de que a educação deve promover o crescimento para além da dimensão intelectual, proporcionando o aperfeiçoamento de toda a pessoa e de todas as pessoas. Por esse motivo, na educação integral defendida e oferecida pelas instituições educacionais do Grupo UBEC, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e nem só com a presença direta do professor/educador. Ela acontece nos diversos e múltiplos espaços e situações em que os estudantes/educandos vivenciam, por meio de experiências, formas e várias linguagens;

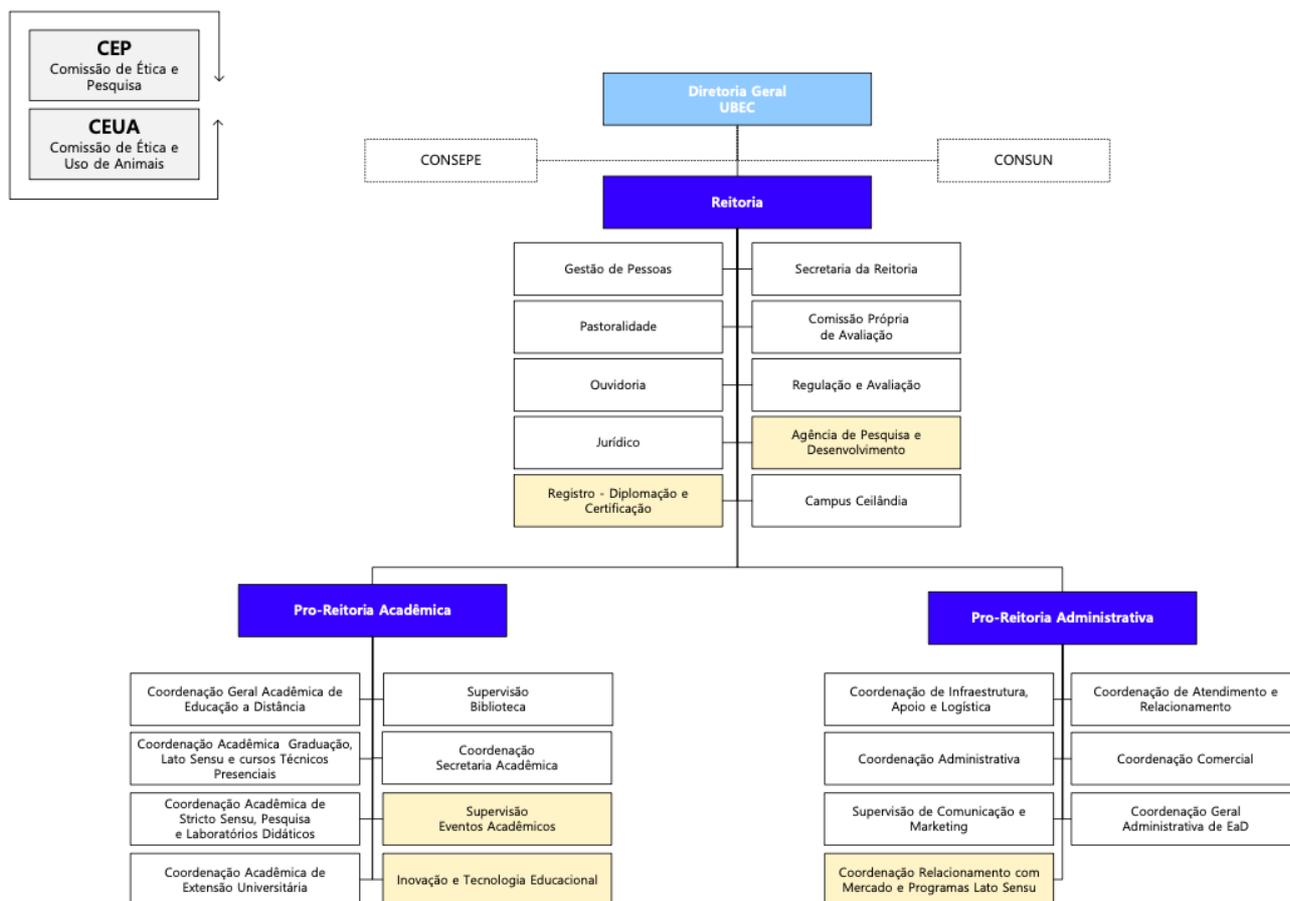
- Excelência em Gestão: elemento que envolve diversas práticas e resultados associados à produtividade, qualidade educacional, assegurado pelo uso eficiente dos recursos do Grupo.

## Universidade Católica de Brasília

A Universidade Católica de Brasília (UCB), mantida pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), é regida pela legislação pertinente em vigor, pelos Estatutos da Mantenedora, no que couber, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por atos normativos internos.

<b>Mantida:</b>	Universidade Católica de Brasília – UCB						
<b>End.:</b>	QS 07 – Lote 1 – EPCT						
<b>Bairro:</b>	Águas Claras	<b>Cidade:</b>	Taguatinga	<b>CEP:</b>	71966-700	<b>UF:</b>	DF
<b>Fone:</b>	(61)3356 9000						
<b>Site:</b>	<a href="http://www.ucb.br">http://www.ucb.br</a>						

A UCB goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites fixados pela legislação federal e por seu Estatuto, adotando o seguinte modelo organizacional:



Toda a gestão da UCB, conforme apresentada no organograma acima, orienta-se pelos princípios cristãos e pauta sua atuação no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo como finalidades: formar cidadãos e profissionais conscientes e competentes; promover a educação cristã pelo diálogo entre razão e fé, integrando os diversos ramos do saber, tendo como compromisso a busca da verdade; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da sociedade humana, a compreensão e promoção dos direitos e deveres da pessoa; promover a evangelização da cultura; desenvolver ensino de qualidade; promover a pesquisa científica, tecnológica, filosófica, teológica e cultural em geral, bem como as atividades de educação continuada; desenvolver atividades de extensão, colocando à disposição da comunidade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, mediante cursos e serviços especiais; colaborar com entidades públicas e privadas na busca de um modelo integrado de desenvolvimento, fundado no respeito e na assimilação dos valores culturais, sem perder de vista a formação da consciência crítica para o exercício da cidadania, bem como o caráter universal do saber.

A história da UCB está ligada à própria organização da UBEC, em 1972, graças à iniciativa de diretores de Colégios Religiosos de Brasília, sob a liderança do Padre José Teixeira da Costa Nazareth. Em um primeiro momento, foi criada a instituição responsável por manter a futura Universidade Católica de Brasília, a União Brasileira de Educação

Católica. Logo em seguida, foi criada a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FCCH), em 1974, como primeira unidade de ensino.

O registro em cartório da Ata da Assembleia, Estatuto e Posse da 1ª Diretoria, realizado no dia 12 de agosto de 1972, oficializou o grupo de Diretores de Escolas Católicas de Brasília na fundação da UBEC - sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins lucrativos -, cujo principal objetivo foi criar, na cidade de Brasília, uma Universidade Católica. Eram cerca de dez congregações, todas com mais de 100 anos de experiência internacional em Educação.

Daquelas instituições iniciais, permaneceram seis associadas à frente da UBEC. A primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FCCH), foi sediada provisoriamente no Plano Piloto de Brasília, tendo início em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia e Administração de Empresas, que funcionaram no Colégio Sagrado Coração de Maria, e com o curso de Pedagogia, cujas aulas ocorreram no Colégio Marista, na região administrativa de Taguatinga. Nos anos de 1980, duas outras Faculdades: a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade de Educação reuniram-se à FCCH. Nessa época, alteraram-se Estatutos e Regimentos, em razão da nova realidade conjuntural, permitindo uma estrutura de ensino coerente e adequada à sua própria expansão, sendo então instaladas as Faculdades Integradas da Católica de Brasília (FICB).

Os cursos na área de Educação, de capacitação dos docentes da Secretaria de Educação do DF e a Graduação na área de Ciência e Tecnologia foram priorizados, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, reunindo os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, mostrava a expansão gradativa e segura da Católica. Em março de 1985, o *campus*, posteriormente denominado *campus I*, em Taguatinga, foi inaugurado com o primeiro prédio, hoje denominado São João Batista de La Salle. Em 1987, a Instituição oferecia cursos de Graduação tais como o de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Filosofia, Física, Letras, Matemática e Química, com opções em licenciatura e bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação.

O desenvolvimento das FICB confirmava as possibilidades dos trabalhos acadêmicos consolidando os objetivos, as diretrizes de ação e as metas na elaboração do projeto para o reconhecimento das FICB como Universidade. Uma das ações necessárias para isso foi a implantação do Curso de Mestrado em Educação, cujas atividades começaram em 1994.

De acordo com a Portaria nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994, a Católica foi reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto como Universidade Católica de Brasília (UCB) e, no dia 23 de março de 1995, foi oficialmente instalada em seu *campus I*, em Taguatinga. Na ocasião, o Chanceler, Irmão Gentil Paganotto, teve a atribuição de nomear o Reitor, Padre Décio Batista Teixeira e entregar a Universidade à comunidade. Durante a gestão do Padre Décio, a UCB contava com 377 professores, 6.990 estudantes e

488 funcionários administrativos. Esse considerável corpo acadêmico ajudou o Reitor a superar as inúmeras dificuldades no processo de organização da Universidade.

Esse momento marca o início das edificações que hoje totalizam 112.460 m<sup>2</sup> de área construída nos *campi* da UCB, com prédios modernos e funcionais. De março de 1995 até 1998 existiam na UCB 20 cursos de Graduação e 24 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (destes, 04 cursos na modalidade a distância), além de 03 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Acompanhando esta linha de planejamentos bem estruturados, consolidou-se a Pós-Graduação *stricto sensu*, acompanhada da implantação de outros cursos de mestrado, como: Economia (1998), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (1998), Psicologia (1999), Educação Física (1999), Planejamento e Gestão Ambiental (2000), Ciências Genômicas e Biotecnologia (2000), Direito (2003), Gerontologia (2005). A expansão do *stricto sensu* se fortaleceu com a criação dos cursos de doutorado em Educação, Psicologia, Educação Física, Gerontologia, Ciências Genômicas e Biotecnologia.

### **Missão**

A Universidade Católica de Brasília tem como missão promover educação integral e compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade.

### **Princípios institucionais**

A Universidade Católica de Brasília faz parte da rede brasileira e mundial de Instituições de Educação Católica e traz em si a marca do compromisso em promover processos educativos que contribuam para a construção da dignidade da vida. Nesse sentido, professa e se compromete, diante da comunidade humana, a seguir os seguintes princípios fundantes:

- o sentido cristão da existência humana, a valorização da vida em todas as suas formas, o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal, a busca da verdade e do transcendente e o relacionamento da pessoa humana consigo mesma, com os outros, com o mundo e com Deus;
- o confronto, no diálogo entre a fé e a cultura, de critérios e itinerários culturais e religiosos diferentes;
- a competência no Ensino, em todos os seus níveis e modalidades;
- a construção da comunidade, pelo testemunho solidário do convívio fraterno e da corresponsabilidade;
- a formação da consciência e do agir cristãos no âmbito social, para a consolidação da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna;
- a busca constante da eficiência e da eficácia na gestão acadêmica, administrativa e financeira, de acordo com o modelo de Governança Corporativa, assumido pela UBEC;
- a formação da consciência em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

- Gestão pautada na transparência, equidade e conformidade;
- Unidade de patrimônio e de administração;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para a utilização máxima dos meios disponíveis, vedada a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- Corresponsabilidade de todos os envolvidos na busca da realização dos objetivos da universidade;
- Flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão;
- Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico- profissionais.

São princípios que acompanham todo o fazer educativo da UCB, a saber:

⇒ Pastoralidade

A UCB é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, conforme a natureza de uma Universidade, mas é também uma comunidade educativa confessional. Assim, tem sua referência numa experiência de fé, por meio da qual busca ser fermento evangélico no mundo social. Daí a importância de compreender a pastoralidade como o primeiro princípio estruturante da instituição.

⇒ Extensionalidade

O princípio da extensionalidade, sob essa ótica, é valor epistemológico, ético e político buscado pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, visando oferecer condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas no mundo do trabalho e em todos os espaços onde a vida pode acontecer.

⇒ Sustentabilidade

Entre os diversos segmentos que compõem a sociedade estão as instituições de educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade. A sustentabilidade pode tornar-se um princípio da instituição à medida que pautar o seu processo de ensino e de aprendizagem, considerando, dentre outros, o aspecto ecológico, econômico, ecumênico, educacional e ético.

⇒ Indissociabilidade

As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a Universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, acima de tudo, um princípio pedagógico e político que permeia todas as ações que são realizadas na Universidade. Assim, em cada ação realizada, devem estar presentes: o princípio do ensino como processo de autonomia na aprendizagem; o princípio da pesquisa como processo de autonomia da investigação científica; o princípio da extensão como autonomia na ética e na relevância social do conhecimento.

### **3.1 Valores Institucionais**

Os valores e os princípios norteadores da existência da UCB estão em consonância com a proposta da sua fundação, com os pilares básicos ideológicos defendidos por sua Mantenedora e com o papel social de uma Universidade.

Valores:

- ✓ Humanismo solidário
- ✓ Espiritualidade
- ✓ Ecologia integral
- ✓ Gestão compartilhada
- ✓ Ética
- ✓ Inovação com percepção

Para o cumprimento dos valores institucionais a UCB empenha suas forças com foco em valores indispensáveis e necessários à sociedade, alinhados à visibilidade pública da Igreja Católica, quais sejam:

- Ser testemunho da Igreja na sociedade.
- Ser espaço dinâmico de encontro e tensão entre experiência de fé e saber científico, em contínua busca de sentido.
- Cumprir sua responsabilidade sociopolítica conforme as orientações da Igreja.
- Pronunciar-se com competência sobre questões político-econômico-sociais, tendo presentes princípios ético-religiosos.
- Prestar serviços à Igreja e à Sociedade.
- Como comunidade educativa católica:

- atender a todos os estudantes, sejam quais forem suas convicções;
  - ser, para todos, lugar de experiência religiosa; de estímulo à busca do transcendente; de apresentação da proposta cristã sem proselitismo;
  - proporcionar aos estudantes um ambiente favorável para o cultivo de sua identidade e a formação de lideranças cristãs, sendo um lugar de síntese entre fé e razão, sempre em espírito ecumênico, no sentido mais amplo do termo.
- Como Universidade:
    - testemunhar e construir comunhão e fraternidade na comunidade acadêmica e estendê-las à comunidade local;
    - ter presentes, em suas opções, as necessidades das classes populares;
    - respeitar a diferença e propiciar o crescimento dos integrantes da comunidade acadêmica;
    - oferecer, à sociedade e à Igreja, profissionais com fundamentada formação ética, cultural, tecnológica e científica.

## **Coordenação de Pastoralidade**

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino,

pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

## Visão de Futuro

Universidade Católica de Brasília será uma instituição de referência na excelência acadêmica e na geração do desenvolvimento sustentável. A visão institucional é ter até 2027, crescimento sustentável alinhado a uma experiência inovadora de formação integral e à excelência em gestão.

Para a consecução dessa visão de futuro a UCB desenhou objetivos estratégicos com base nas perspectivas de crescimento e na consolidação desta Universidade como referencial de qualidade no Ensino Superior, dentro do cenário local, regional e nacional, bem como pelas diretrizes de sua mantenedora.

A UCB estabeleceu também alguns projetos como balizadores e prioritários para o seu desenvolvimento, bem como a sua correlação entre futuras metas e ações. Esse processo contará com uma avaliação permanente e ajustável, em função de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados.

Os projetos têm por finalidade apresentar os principais elementos que compõem o processo de revitalização do modelo de gestão da Universidade Católica de Brasília e estabelecer os pilares do planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do Projeto de Universidade.

## 4. Contexto do curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária contempla as Diretrizes Curriculares conforme Resolução CNE/CES 01, de 18 de fevereiro de 2003, que vislumbra a formação de um profissional médico-veterinário generalista, humanista, prático, crítico, reflexivo, consciente de seu papel na sociedade, apto a compreender as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal e clínica e cirurgia veterinária; saúde coletiva e medicina veterinária preventiva, saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal; ecologia, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente e de animais silvestres e selvagens.

<b>Denominação do Curso:</b>	Medicina Veterinária		
<b>Modalidade:</b>	Presencial		
<b>Regime de matrícula:</b>	Seriado		
<b>Tempo de integralização</b>	5 anos (10 semestres)		
<b>Carga Horária Total</b>	4080 horas		
<b>Situação Legal do Curso</b>	<b>Autorização</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Renovação</b>
<b>Documento</b>	Portaria Nº 132		
<b>Data Documento</b>	29/10/2018		

## II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 5. Políticas institucionais no âmbito do curso

A UCB, atenta ao Art. 207 da Constituição (1988), atua com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A organização didático-pedagógica do curso de Medicina Veterinária UCB é estabelecida e atualizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2023-2027), levando em consideração os aspectos regulatórios, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais, no caso do curso, a Resolução nº 3 de agosto de 2019. A implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão tem foco na promoção do desenvolvimento integral da pessoa, da competência para o exercício profissional comprometido com a ética e com a aprendizagem contínua e do exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos e cristãos, visando à transformação da sociedade, com ações voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso. As estratégias adotadas pela universidade trazem a inovação como característica principal, sendo oferecida à comunidade acadêmica opções estratégicas do modelo acadêmico-pedagógico, a saber:

- a adoção da educação híbrida como forma de estímulo à autonomia intelectual, ao protagonismo, à autoria, ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais;
- a atenção ao desenvolvimento de conhecimentos de forma inter, multi e transdisciplinar.
- a inserção de 03 unidades curriculares relacionadas ao Programa Propósito de Vida (PPV) possibilitando, dentre outros aspectos, a reflexão necessária acerca do projeto de vida individual e de seu impacto pessoal, profissional e social;

- o cuidado com formação integral e humanística, revelado nos componentes curriculares do PPV, em componentes curriculares específicos, e em atividades e eventos acadêmicos diversos, realizados pela universidade;
- o destaque às atividades de inserção social a partir de unidades curriculares dedicadas à realização e atuação em projetos de extensão;
- a diversificação curricular promovida pela carga horária destinada às atividades complementares, nas disciplinas optativas e, ainda, pela possibilidade de cursar unidades curriculares de forma eletiva;
- a atenção e o zelo pela formação profissional qualificada que podem ser observados no alinhamento das unidades curriculares específicas às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, às macrotendências e demandas sociais e ao perfil de egresso definido;
- o compromisso com a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que marca todas as práticas educativas promovidas na e pela universidade;
- o fortalecimento e fomento às atividades de pesquisa e iniciação científica, com grupos de estudos, pesquisas, participação em programas de fomento e planejamento anual do curso;
- o acompanhamento do desenvolvimento de competências e habilidades dos discentes com vistas à sua inserção no mundo do trabalho e progressão acadêmica, considerando as possibilidades empreendedoras e de pesquisa e desenvolvimento.

Em destaque, a opção institucional pela inovação se dá pelo uso de tecnologias e metodologias de aprendizagem ativas que possibilitam o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo, da autonomia e da experiência colaborativa, revelando nas práticas educativas a centralidade do estudante e de sua aprendizagem, visando à formação integral que privilegia o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, comprometido com o respeito ao meio ambiente e com o transcendente. Além disto, a inovação está pautada no estudo, avaliação e adoção de tecnologias emergentes para a área do curso.

A organização didático-pedagógica do curso de Medicina Veterinária da UCB contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso está explícito nos componentes curriculares escolhidos para compor a grade curricular do curso, e implícito nos Planos de Ensino desses componentes curriculares. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, atualmente em vigor na UCB, estão implementadas no curso de Medicina Veterinária.

A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares, além de possibilitarem de maneira excelente o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com os objetivos do curso, e com as necessidades sociais. Os estudantes têm acesso de maneira transversal, em grande número de disciplinas, a conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais afrodescendentes e indígena, com vistas ao respeito e valorização dos povos originários.

Considerando que a universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global sobre o ser humano, combinando os conhecimentos específicos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento dos componentes curriculares permite um arranjo em espiral e de complexidade crescente dos raciocínios utilizados para trabalhar os diversos componentes que compõem a matriz curricular. Assim, a reflexão advinda preliminarmente serve de base à consolidação da matriz, constituindo uma totalidade de inteligibilidade, estruturalmente harmônica, formando uma unidade aos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é fundamentada no fazer acadêmico e conduz a mudanças no processo pedagógico por posicionar estudantes e professores como sujeitos ao ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social.

Englobando tudo isso, este PPC contribui com a missão da instituição, articulando com o PDI, de promover a educação integral e o compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade. As grandes funções da universidade são permanentemente enriquecidas e complementadas por uma vasta ação educativa, que envolve os diversos seguimentos da Instituição, propiciando, ao lado do desenvolvimento profissional, o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões: social, ética, cultural, afetiva e humanitária. Baseando-se em princípios que assumem eixos transversais, sendo eles: pastoralidade, extensionalidade, sustentabilidade e indissociabilidade. Tais princípios estão instituídos no projeto pedagógico por meio das unidades curriculares, projetos de extensão, horas complementares, atividades práticas supervisionadas obrigatórias, entre outros. Neste sentido, os elementos que formam a base do projeto pedagógico do curso estão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UCB.

## 5.1 Políticas de ensino

Da maneira como descrito no PDI 2023-2027, a concepção de ensino adotada pela UCB define este um processo de mediação entre o conhecimento científico elaborado e o contexto social, desenvolvido entre docentes e discentes. Levando em consideração a Resolução nº 3 de 2019, o curso de Medicina Veterinária, orienta as diferentes estratégias adotadas para o ensino focadas na formação integral do discente, tanto no aspecto intelectual (técnico e profissional) quanto moral e ético, respeitando-se a liberdade do ser humano.

A fim de atender as Diretrizes Pedagógicas da Mantenedora, bem como aos aspectos legais e reguladores pertinentes ao curso, os seguintes elementos são considerados fundamentais: a abordagem curricular por competências, a partir de currículos construídos em torno de uma perspectiva integradora; a flexibilidade curricular, possibilitando a escolha do estudante na composição da sua própria formação; a inovação, elemento de expansão estratégia integrando ensino e pesquisas de ponta desenvolvidas no âmbito da universidade; a acessibilidade integral, garantindo para docentes, discentes e tutores o máximo de aproveitamento educacional de todas as estratégias adotadas, além dos demais pontos trazidos pela defesa de uma educação emancipatória.

A aprendizagem híbrida também é adotada no curso de Medicina Veterinária, como uma modalidade de aprendizagem baseada na utilização de tecnologias para complementar o modelo presencial, pois utiliza-se de recursos online e digitais para apresentar diferentes formas de aprendizado ao aluno, engajando-o nos temas, exercícios e problemas apresentados.

Além disso, cabe destacar aqui a estrutura diferenciada da biblioteca virtual da instituição. A “Minha Biblioteca” da UCB é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, estudantes e professores têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, que atendem à bibliografia básica e complementar do curso.

A concepção pedagógica do curso de Medicina Veterinária fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

## 5.2 Políticas de extensão

A extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

As atividades extensionistas na UCB possuem diferentes modalidades:

1. **Projetos:** conjunto de ações de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado. O prazo é definido de acordo com o tempo necessário para alcançar os objetivos da proposta. Tem característica multidisciplinar, ajustados às linhas de pesquisa institucionais. O Programa Ser+ reúne os projetos institucionais e coordena as ações junto às comunidades, organizações e entidades parceiras.
2. **Prestação de serviços:** está relacionada à realização das práticas obrigatórias dos cursos ou programas. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico e científico, sendo encarada como um trabalho social. Configura-se como tarefa profissional fundamentada em habilidades e competências inerentes a cada profissão, tais como: atendimento jurídico, à saúde humana, ao público nas áreas de educação, ciências e tecnologia ou ainda para exames e laudos técnicos, além de prestação de serviços eventuais como assessorias, consultorias e curadoria.
3. **Eventos:** ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária de 4 a 180 horas. São organizadas na forma de apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimento. Tais atividades podem ocorrer com a participação dos cursos. Podem ser: palestras, cursos, workshops, seminários, congressos, exposições, espetáculos, festivais, dentre outros.
4. **Ligas acadêmicas:** associações civis e científicas livres, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visam complementar a formação acadêmica em uma área específica da saúde, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas atividades extraclasse com

ações voltadas para a promoção da saúde, da educação e da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico e o aprimoramento do futuro profissional.

5. Unidades Curriculares extensionistas: componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do curso, envolvendo a prática e a vivência comunitária discente.

As atividades extensionistas estão sustentadas nas seguintes linhas de atuação:

- Sustentabilidade ambiental: consiste em ações que objetivam a manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem factíveis, capazes de se autorreproduzir e adaptarem-se às alterações, mantendo assim a variedade biológica.
- Sustentabilidade econômica: ações que pretendem realizar práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam ao desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.
- Justiça social e direitos humanos: ações que visam à manutenção do direito à vida, privacidade, igualdade, liberdade, além de outros conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Seu foco está na construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva.
- Humanização da saúde: ações integradas que visavam mudar substancialmente o padrão de assistência à saúde, com o objetivo de provocar mudanças progressivas, sólidas e permanentes na cultura de atendimento à saúde, em benefício tanto dos usuários-clientes quanto dos profissionais.
- Educação e tecnologia: ações que visam causar mudanças no processo de ensino e aprendizagem, buscando novas soluções para tornar o aprendizado mais significativo, prático, fácil, interativo e até mesmo divertido para as pessoas.

### **5.3 Políticas de pesquisa e/ou iniciação científica**

A Universidade considera a iniciação científica como fundamento da formação do estudante desde o início da Graduação. Essa preocupação se concretiza na oferta de componentes curriculares que o estudante tem contato com as principais questões referentes à fundamentação conceitual da ciência e da prática de pesquisa científica. Contribui ainda para a elaboração de trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salientando a relevância da pesquisa científica para a formação acadêmica e profissional.

É importante ressaltar que estreitar o contato do estudante da Graduação com a pesquisa passa pelo hábito da leitura, por meio da qual aprofunda os conhecimentos

adquiridos, familiarizando-se com o vocabulário técnico das obras especializadas. O contato com os textos científicos contribui ainda para o desenvolvimento das competências comunicativas e para o princípio do compartilhamento de conhecimentos. Para tanto, a UCB realiza diferentes ações para orientar os estudantes sobre a pesquisa acadêmica, promovendo diferentes atividades na Trilha de Pesquisa do PPV.

Para além das atividades de iniciação à pesquisa integradas às atividades de ensino, realizadas a partir de pesquisas exploratórias, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de campo e bibliográficas, a UCB também apoia o surgimento de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio de programas de iniciação científica. O fomento à pesquisa se dá por meio de editais internos; editais externos e apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos na Graduação e Pós-Graduação.

Dentre os objetivos institucionais para a oferta dessas atividades está o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, incentivando a participação discente ativa em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

Na Graduação, a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e inovação se faz por meio de atividades voluntárias e, também, de bolsas de Iniciação Científica (IC), bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) e por meio da vinculação dos projetos de conclusão de curso aos projetos de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica concede bolsas em três modalidades:

1. Programa Interno (PIC/UCB): utiliza recursos financeiros próprios e engloba estudantes voluntários. Nesse caso, as bolsas são distribuídas em forma de cotas e seguem critérios estabelecidos em editais específicos.
2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UCB): com fomento do Governo Federal, as bolsas institucionais do PIBIC são distribuídas anualmente sob a forma de cotas, a partir dos critérios estabelecidos em editais anuais, que consideram os méritos técnicos e científicos da proposta.
3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UCB): voltado à formação e ao engajamento de estudantes de Graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A UCB tem em seu corpo docente pesquisadores aptos a atender a editais externos de financiamento à Ciência e Tecnologia, com reconhecimento local, regional, nacional e internacional. A instituição viabiliza as pesquisas por meio de sua infraestrutura laboratorial, alocação de horas para as atividades, bem como recursos para custeio e investimento. O apoio é oferecido tanto para projetos aprovados por agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, organismos internacionais e outros) como para atividades inovadoras ou projetos desenvolvidos em conjunto com empresas privadas. Possui também um programa próprio de apoio à participação de seus pesquisadores em

eventos científicos que contribuam para a divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

A UCB participa da organização e da realização dos Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal disponibilizando logística, infraestrutura e o apoio técnico de seu núcleo de eventos, em um esforço conjunto com as outras instituições do DF que possuem Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Durante estes eventos, pesquisadores de instituições externas ao DF avaliam os trabalhos dos estudantes como parte do processo de avaliação do Programa PIBIC. Desde 2009, os melhores trabalhos de cada sessão são premiados com a concessão de certificados aos estudantes e seus orientadores. Além dos Congressos anuais de IC do DF, cuja participação é obrigatória, os trabalhos desenvolvidos por estudantes da UCB são encaminhados e aceitos para apresentação em congressos locais, nacionais e internacionais. A UCB conta com diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferecem oportunidades de pesquisa para os estudantes.

#### **5.4. Responsabilidade Social na formação**

A temática Responsabilidade Social (RS) na Universidade Católica de Brasília encontra-se fundamentada e descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um de seus princípios norteadores. Ciente de seu papel na formação integral de cidadãos competentes para atuação como agentes de transformação social, na defesa do meio ambiente e com o empreendedorismo social.

A missão da UCB deve se refletir em todos os eixos que perpassam o trabalho da Universidade, devendo, portanto, estar evidenciada também nas atividades de extensão. E para que a extensão cumpra seu papel, necessita desenvolver ações com o objetivo de atender a sociedade nos aspectos culturais, científicos, tecnológicos e na prestação de serviços, como resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Concebida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa entre si, e da Universidade com a comunidade em que atua, a extensão cumpre papel relevante como instrumento de emancipação.

A Universidade atribui à extensão um escopo amplo e diversificado, que se desdobra em ações voltadas às comunidades interna e externa da Instituição e à comunidade relacionada aos *campi* da Universidade.

Além disso, a extensão precisa estar alinhada aos objetivos de responsabilidade social da Universidade, neste sentido, a UCB oferece serviços que têm como objetivo servir à comunidade. São clínicas (de odontologia, fisioterapia, nutrição, veterinária, farmácia, psicologia, entre outras). Estrutura para prática esportiva, atendimento jurídico e outros que estreitam os laços da população interna da universidade e externa a ela, e propiciam uma formação não só técnica, mas também embasada em valores humanos.

Assim, visa-se à promoção de um desenvolvimento sustentável para a região e à produção e à disseminação de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, a articulação entre o Curso de Graduação e a Política de RS fundamenta-se nos propósitos da UCB, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, trazendo para as ações pedagógicas a perspectiva tríade referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a inter-relação entre teoria e prática. Ainda, garante-se atenção especial aos princípios e diretrizes para o ensino, destacando o compromisso com a missão, os valores, os princípios e os objetivos da UCB, a formação integral, a autonomia intelectual, a flexibilidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, a pluralidade, a atualização e a excelência acadêmica.

A Política de Responsabilidade Social, que está presente desde a concepção inicial do Curso, integra, conseqüentemente, os percursos formativos dos estudantes, mobilizando a comunidade acadêmica e geral ao permitir que os sujeitos envolvidos possam construir conhecimentos, procedimentos, comportamentos e atitudes, materializando as questões epistemológicas que permeiam o propósito institucional e que conferem valor às três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental. Dessa maneira, componentes e atividades do currículo buscam contribuir com a formação dos estudantes, sendo previstas habilidades e competências voltadas à temática da RS. Dito isso, entende-se a RS como dimensão transversal, encontrada de diferentes maneiras, em diferentes tempos e espaços do Curso, perspectivada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, à RS se atribui valor formativo, pois ela permite criar oportunidades de estudo, de ensino e de aprendizagem, promovendo diálogos com as necessidades sociais das comunidades do entorno da Universidade Católica de Brasília, levando os estudantes à proposição de alternativas para as demandas das sociedades contemporâneas, tornando-os agentes de mudanças, de transformação e de consciência cidadã.

Por fim, a concretização da Política de RS apresenta-se e organiza-se de formas múltiplas, desde a integração de objetos de conhecimento específicos nos componentes curriculares da matriz do Curso, que estabelecem relações com este campo, até a execução de trabalhos, ações, atividades e programas que efetivam conexões dialógicas entre estudantes, professores e comunidades. Em relação a este conjunto, as parcerias públicas e privadas de interesse e de impacto coletivo, colaboram com a inclusão, a justiça social, o desenvolvimento econômico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura local e a inovação social.

## **6. Coerência entre PPC e diretrizes curriculares do curso**

A partir de uma ação constante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que considera o desenvolvimento do estudante, de suas competências e habilidades e, também, sua preparação para o mundo do trabalho, a atualização do PPC se dá respaldada pela

Resolução nº 3/2019. A DCN estabelece para o curso de Medicina Veterinária orientações relacionadas ao perfil profissional do egresso, metodologia, estágio supervisionado, atividades complementares e TCC, organizados no âmbito do curso conforme descrito a seguir.

As concepções educacionais do curso de Medicina Veterinária da UCB seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais e estão embasadas em uma perspectiva integradora, pluralista e da pastoralidade, agregando em seus meios, diferentes valores humanos, cristãos e éticos, geradores de atitudes enriquecedoras.

O curso visa formar profissionais competentes, éticos e conscientes da importância de seu papel na sociedade, capazes de refletir de forma crítica sobre o contexto social no qual estão inseridos, assumindo de forma respeitosa e consciente o papel de transformadores sociais em um mercado de trabalho emergente, visando sempre a diversidade política, econômica, social e cultural.

O perfil do médico-veterinário formado na UCB tem o objetivo da formação do profissional capaz de desenvolver ações de atenção à sociedade, de tomar decisões inerentes à sua profissão, garantindo a qualidade do serviço prestado, com habilidade de comunicação, liderança no trabalho em equipe, administração e gerenciamento das suas atividades profissionais, conforme instituído pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES 3/2019), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária.

O profissional médico-veterinário egresso do UCB possui dentre suas competências:

- Formação generalista, ética, humanista, cristã, crítica e reflexiva; apto a compreender e atuar em atividades inerentes ao exercício profissional e participar no processo de transformação social e desenvolvimento sustentável.
- Possui habilidades e competências específicas para poder atuar na Saúde Animal e Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária; Saneamento Ambiental e Medicina Veterinária Preventiva, Saúde Pública e Coletiva, Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal; Zootecnia, Produção e Reprodução Animal e Ecologia e Proteção ao Meio Ambiente e de Animais Silvestres e Selvagens, visando garantir o bem-estar humano e animal.

O curso de Medicina Veterinária oferece ações que facilitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com os problemas regionais e nacionais, planejadas em atividades integradoras, inovadoras, inclusivas, críticas e que respeitem a ética e o bem-estar animal, de tal forma, cooperando para a formação de profissionais com consciência crítica, prontos a aplicar a cidadania e suas competências e habilidades profissionais desenvolvidas em atividades que visam a resolução de problemas.

Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Medicina Veterinária devem levar em conta a formação generalista do profissional, devendo contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, imunológicos, genética molecular e bioinformática em todo desenvolvimento do processo saúde-doença, inerentes à Medicina Veterinária.

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo.

III - Ciências da Medicina Veterinária – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com saúde-doença, produção animal e ambiente, com ênfase nas áreas de Saúde Animal, Clínica e Cirurgia veterinárias, Medicina Veterinária Preventiva, Saúde Pública, Zootecnia, Produção Animal e Inspeção e Tecnologia de Produtos de origem Animal, contemplando os conteúdos teóricos e práticos a seguir: a) Zootecnia e Produção Animal - envolvendo sistemas de criação, manejo, nutrição, biotécnicas da reprodução, exploração econômica e ecologicamente sustentável, incluindo agronegócios. b) Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal - incluindo classificação, processamento, padronização, conservação e inspeção higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e dos seus derivados. c) Clínica Veterinária - incorporando conhecimentos de clínica, cirurgia e fisiopatologia da reprodução com ênfase nos aspectos semiológicos e laboratoriais, visando a determinação da etiopatogenia, do diagnóstico e dos tratamentos médico ou cirúrgico das enfermidades de diferentes naturezas. d) Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública - reunindo conteúdos essenciais às atividades destinadas ao planejamento em saúde, à epidemiologia, controle e erradicação das enfermidades infectocontagiosas, parasitárias e zoonoses, saneamento ambiental, produção e controle de produtos biológicos.

Os componentes curriculares estão relacionados na Matriz Curricular por meio dos seguintes eixos temáticos: (1) conteúdo de formação básica, (2) conteúdo de formação profissional e (3) conteúdo de formação teórico-prática, cumprindo com o estabelecido pelas DCNs, em que temos:

- Nos conteúdos de Formação básica constam estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo desenvolvimento embrionário e de tecidos, biologia molecular, iniciação à pesquisa, genética e biotecnologia, ecologia e bioclimatologia, mecanismos de lesão e reparo.
- Os conteúdos de formação profissional englobam estudos específicos, como saúde coletiva e medicina veterinária preventiva, integração morfofuncional de animais, comportamento e bem-estar animal, patologia e parasitologia veterinária, farmacologia, bromatologia e nutrição animal, manejo de pastagens e forragicultura, produção de monogástricos e ruminantes, clínicas médicas e cirúrgicas, tecnologia e inspeção de alimentos; fisiopatologia e biotecnologia da reprodução, legislação, empreendedorismo e gestão da qualidade e de recursos ambientais, laboratório clínico animal, clínica médica e cirúrgica, clínica de animais silvestres e selvagens.
- Os conteúdos de formação teórico-práticas incluem estágio supervisionado, atividades complementares, aulas práticas, atividades de extensão e desenvolvimento de projetos.

## 7. Objetivos gerais e específicos

### Geral

Com base na Resolução MEC/CNE/SES nº 3 de 15 de agosto de 2019, o objetivo geral do curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília é formar médicos veterinários com competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, de acordo com as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais, e para os diferentes tipos de atendimentos, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento, usando de um modo seguro e ético os múltiplos instrumentos disponíveis do ensino, da pesquisa e da extensão, sem se afastar, no entanto, da capacidade analítica e da visão crítica de realidade, em sintonia com o mundo atual, seus desafios e tecnologias, com sólida base científica, ética e humanista, preparados para atuar de forma competente, responsável e inovadora em prol da saúde animal, saúde pública, produção de alimentos, saúde ambiental, bem-estar animal, produção animal sustentável e preservação do meio ambiente.

### Específicos:

- Habilitar para atuação com clínica médica e cirúrgica de animais domésticos, em todas as suas modalidades.
- Capacitar para a inspeção e fiscalização, sob o ponto de vista higiênico, tecnológico e sanitário de produtos de origem animal.
- Preparar para o ensino, planejamento, direção, coordenação e execução técnica da inseminação artificial, biotecnologia, fisiopatologia da reprodução e produção animal.
- Habilitar para a aplicação de medidas de saúde pública, coletiva e preventiva, no tocante às zoonoses.
- Prover conhecimentos para exames zootécnicos, laboratoriais e pesquisas ligadas às áreas de biologia geral, zoologia e bromatologia.
- Tornar apto para o ensino médico-veterinário, bem como direção das respectivas seções e laboratórios.
- Dotar de conhecimentos para a direção técnica e sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais ou de finalidade recreativa, relacionados aos animais domésticos ou silvestres de cativeiro ou de produtos e subprodutos de origem animal.
- Tornar apto para a realização de perícias, elaboração e interpretação de laudos técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária.
- Fornecer suporte técnico e teórico para prestar assessoria técnica aos diversos órgãos da administração pública federal (Ministério da Agricultura, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência e tecnologia, dentre outros), no país e no exterior, no que se refere a assuntos relativos à produção e à indústria animal.
- Contribuir para o relacionamento com os diversos segmentos sociais e atuação em equipes multidisciplinares da defesa e vigilância do ambiente e do bem-estar social.
- Contribuir para a formação de um profissional comprometido com a realidade social e com a busca de soluções para os problemas de modo crítico e transformador.

- Fornecer suporte técnico teórico e prático que possa embasar o profissional de natureza crítica e investigativa para a produção e difusão do conhecimento científico.
- Formar o médico-veterinário pesquisador, por meio da integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, na perspectiva da articulação do conhecimento científico e acadêmico com a realidade em que se insere.
- Construir com o estudante uma visão humanista de mundo, que valorize a ética, a criatividade e que defenda a convivência respeitosa entre homens, animais e meio ambiente.
- Realizar atividades clínicas, cirúrgicas, de diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças em animais de companhia, animais de produção e animais silvestres, considerando as particularidades da região e do contexto local.
- Promover o bem-estar animal, adotando práticas humanitárias, respeitando as necessidades físicas, comportamentais e emocionais dos animais sob seus cuidados.
- Contribuir para a saúde pública, por meio do controle de zoonoses, vigilância epidemiológica, inspeção sanitária e educação em saúde, visando proteger a população humana e animal contra doenças de origem animal.
- Participar ativamente na produção animal sustentável, aplicando conhecimentos em reprodução, nutrição, manejo sanitário, bem-estar e genética animal, de forma a garantir a segurança alimentar, a eficiência produtiva e o respeito ao meio ambiente.
- Desenvolver e aplicar pesquisas científicas, inovando nas práticas e conhecimentos da Medicina Veterinária, contribuindo para a evolução do campo e a solução de problemas locais e regionais.
- Atuar de forma ética, responsável e interdisciplinar, colaborando com outros profissionais de saúde, agricultura, meio ambiente e áreas afins, reconhecendo a importância do trabalho em equipe para o alcance de resultados efetivos.
- Estar preparado para se adaptar e incorporar novas práticas emergentes no campo do conhecimento da Medicina Veterinária, como a telemedicina veterinária, a medicina de precisão, a terapia assistida por animais e outras tecnologias e abordagens inovadoras.
- Compreender e atuar nos diferentes contextos em que se dá a produção e reprodução dos animais, considerando os sistemas de produção animal, a saúde e o bem-estar animal, a sustentabilidade e a segurança alimentar.
- Promover a saúde animal e o bem-estar animal, por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e controle de doenças, levando em consideração a saúde pública e a proteção ao meio ambiente.
- Realizar atividades de inspeção sanitária e de vigilância epidemiológica, contribuindo para a saúde pública, a segurança alimentar e a prevenção de doenças transmitidas por animais.
- Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, aplicando metodologias e conhecimentos específicos da Medicina Veterinária, visando a inovação, a sustentabilidade e o avanço do campo do conhecimento.

- Participar de equipes multidisciplinares, interagindo com outros profissionais de saúde, agricultura, meio ambiente e áreas afins, a fim de promover a integração de conhecimentos e a resolução de problemas de forma colaborativa.
- Exercer a profissão com ética, responsabilidade e consciência social, considerando os princípios de bem-estar animal, proteção ambiental, responsabilidade social e respeito aos direitos dos animais.
- Desenvolver habilidades de liderança, comunicação e aptidão para tomadas de decisão, dentro de uma jornada permanente de educação e aprendizagem sobre as questões gerais e específicas da área.
- Assegurar a formação de profissional em suas áreas de atuação: saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal.

## 8. Perfil profissional do egresso

O perfil profissional do egresso do curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília é o de um médico veterinário generalista, com formação técnico-científica, ética, humanista, reflexiva e crítica, capaz de atuar em diferentes áreas de atuação da Medicina Veterinária, com base nos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e defesa da vida. O perfil profissional do egresso deve considerar a estrutura curricular, o contexto educacional, as características locais e regionais e as novas práticas emergentes no campo do conhecimento. Conforme Art. 5º da Resolução CNE/CES 3/2019, o curso de Graduação em Medicina Veterinária tem como perfil do formando egresso/profissional o Médico Veterinário, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal. Ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos; de economia e de administração. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas visando a sustentabilidade econômica, social, ambiental e o bem-estar animal. Como perfil do egresso, a UCB empenha-se em formar profissionais que sejam:

- I. Éticos e comprometidos com as questões sociais, culturais e ambientais.
- II. Humanistas e críticos, apoiados em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam o ambiente próprio de sua formação.
- III. Protagonistas do saber, com visão do mundo em sua diversidade para práticas de letramento, voltadas para o exercício pleno de cidadania.
- IV. Proativos, solidários, autônomos e conscientes na tomada de decisões pautadas pela análise contextualizada das evidências disponíveis.
- V. Colaborativos e propositivos no trabalho em equipes, grupos e redes, atuando com respeito, cooperação, iniciativa e responsabilidade social.

No decorrer do curso o egresso adquire competência em mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, utilizando os recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e

ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional em diferentes contextos do trabalho, capaz de atuar nas áreas das ciências veterinárias, incluindo promoção da saúde animal e da saúde pública e coletiva, produção animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, traduzindo a excelência da prática médica veterinária, em consonância com o Art. 5º da RESOLUÇÃO CNE/CES 3 DE AGOSTO DE 2019.

O curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional da IES, procura formar um profissional generalista, apto a pensar criticamente, revelando abertura e flexibilidade para o diálogo; habilitado a transitar nas diferentes áreas do conhecimento; com facilidade para o manuseio internacional do conhecimento; disposto a atuar em equipe, demonstrando espírito de cooperação; comprometido com a resolução de problemas, demonstrando ser capaz de assumir desafios e riscos; disposto a propor e desenvolver projetos de interesse e relevância social; competente e ético, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida, de sua família e da sociedade; empreendedor, contribuindo para a geração de empregos e para o desenvolvimento do país; com habilidade para cuidar da própria formação, como tarefa que dura para toda a vida.

O Curso de Graduação em Medicina Veterinária deve assegurar, também, a formação de profissional nas áreas específicas de sua atuação: sanidade e produção animal, saúde pública, biotecnologia e preservação ambiental, com competências e habilidades específicas para: I – respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional; II – avaliar grau de bem-estar animal a partir de indicadores comportamentais e fisiológicos e de protocolos específicos, bem com planejar e executar estratégias para a melhoria do bem estar animal visando a utilização de animais para os diferentes fins, com ênfase na bioética; III – desenvolver, orientar, executar e interpretar exames clínicos e laboratoriais, bem como, identificar e interpretar sinais clínicos e alterações morfofuncionais; IV – identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças de interesse na saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; V – instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais; VI – planejar, elaborar, executar, avaliar e gerenciar projetos e programas de proteção ao meio ambiente e dos animais selvagens, bem como de manejo e tratamento de resíduos ambientais, participando também de equipes multidisciplinares; VII – desenvolver, programar, orientar e aplicar técnicas eficientes e eficazes de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético, produção e reprodução animal; VIII – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de saúde animal, incluindo biossegurança, biosseguridade e certificação; IX – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal; X – planejar, orientar, gerenciar e avaliar unidades de criação de animais para experimentação (bioterrorismo); XI – planejar, organizar, avaliar e gerenciar unidades de produção de medicamentos, imunobiológicos, produtos biológicos e rações para animais; XII – elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos na área de biotecnologia da reprodução; XIII – planejar, avaliar, participar e gerenciar unidades de serviços médico veterinários e agroindustriais; XIV – realizar perícias, assistência técnica e auditorias, bem como elaborar e interpretar laudos periciais e técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária; XV – planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos e programas agropecuários e do agronegócio; XVI – exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social; XVII – conhecer métodos de busca da informação, técnicas de investigação e elaboração de

trabalhos técnicos, acadêmicos, científicos e de divulgação de resultados; XVIII – assimilar e aplicar as mudanças conceituais, legais e tecnológicas ocorridas nos contextos nacional e internacional, considerando aspectos da inovação; XIX – avaliar e responder com senso crítico as informações que são oferecidas durante seu processo de formação e no exercício profissional; XX – participar no planejamento, execução, gerenciamento e avaliação de programas e ações para promoção e preservação da saúde única, no âmbito das estratégias de saúde da família e outros segmentos de atividades relacionadas ao médico veterinário junto à comunidade; XXI – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de análises de riscos envolvendo possíveis agravos à saúde animal, à saúde pública e à saúde ambiental; e XXII – prevenir, identificar, controlar e erradicar doenças emergentes e reemergentes com vistas à atuação no serviço veterinário oficial e privado.

## **8.2 Monitoramento do perfil profissional do egresso**

No Curso de Medicina Veterinária da UCB tem mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional e da percepção da coordenação.

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e que seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária; que respondam às demandas do contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo da medicina Veterinária;
- As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovam oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discente;

O Colegiado de Curso, pelo PDI, define o perfil do egresso e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução. O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil, visando que o profissional médico, egresso da UCB tenha um perfil, o mais atualizado possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso para os devidos encaminhamentos e alinhamento. Ele deverá acompanhar o desempenho

dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

## 9. Competências e habilidades

O percurso formativo do estudante de Medicina Veterinária da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Brasília.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os Cursos de Graduação do Grupo UBEC têm como perspectiva:

- Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
- Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem

como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;

- Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

A preocupação da educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis, como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Brasília.

A formação do médico-veterinário tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos para desenvolver ações e resultados voltados à área de Ciências Agrárias no que se refere à Produção Animal, Produção de Alimentos, Saúde Animal e Proteção Ambiental, além das seguintes competências e habilidades gerais: I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para eles. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo; (\*)CNE. Resolução CNE/CES 1/2003. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de fevereiro de 2003. Seção 1, p. 15. 2 II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando ao uso apropriado, eficácia e custo efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para esse fim, eles devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas; III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação; IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A

liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz; V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais de comunicação, interação, colaboratividade e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

## **10. Estrutura curricular e conteúdos curriculares**

O currículo do curso de Medicina Veterinária leva em consideração a Resolução nº 2/2019 e foi concebido em uma abordagem curricular que privilegia o desenvolvimento de competências, estratégia inovadora adotada para implementação das disposições do PDI UCB 2023-2027. A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

A flexibilidade pode ser comprovada pela existência de componentes curriculares optativos e pela presença de atividades complementares. Os Convênios da Universidade com outras Instituições de Ensino nacionais e estrangeiras (em programas de mobilidade institucional) possibilitam ao estudante a flexibilização do conteúdo curricular.

Considerando que a universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global centrada na pessoa, combinando os conhecimentos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento lógico dos componentes curriculares previstos na Resolução nº 2/2019 são organizados didática, metodológica e academicamente em uma estrutura curricular moderna e inovadora, com unidades temáticas relevantes para a sociedade atual, compreendidas em uma carga horária total de 4.000,

conforme Resolução CNE/SES 2/2007. Há ampla articulação da teoria com a prática, conforme o descrito no PPC. Em todos os semestres há atividades teóricas e práticas e busca-se, portanto, a práxis acadêmica com a representação social dos conteúdos.

A acessibilidade pedagógica e a acessibilidade atitudinal são trabalhadas por temas que remetem à importância da pesquisa científica, além da relevância social. Desta forma, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está presente a cada aula, na formação básica dos estudantes. O desenvolvimento dos conteúdos de cada tema está atrelado a objetivos específicos e metodologias ativas, juntamente com tecnologias acessíveis. Espera-se, com esta metodologia de ensino, formar profissionais competentes e cientes de suas responsabilidades profissionais e sociais.

Conforme o PPC, os estudantes com deficiências são orientados a procurar o NIOP (Núcleo de Inclusão e Orientação Pedagógica), contando com tratamento acolhedor e especializado, como acesso a Softwares que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; leitores e transcritores; entre tantos outros. A UCB também investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais. Atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência. Há uma evidente preocupação institucional no cuidado com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo, seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas. Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em todas as palestras abertas ao público interno e externo contamos com intérprete de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes. Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante de maneira a criar uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem. O NIOP possui material informativo que relata aspectos relevantes sobre o estudante com surdez, suas relações com o professor e o apoio da intérprete de Libras no ambiente de ensino e de aprendizagem. Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente e evitar que este venha a prejudicar o desenvolvimento do estudante com o componente curricular e o curso. O componente curricular LIBRAS compõe o rol de disciplinas optativas e é ofertada todos os semestres. Os estudantes do curso de Medicina são estimulados a cursar este componente visto que, em seu ambiente de trabalho, constantemente entrarão em contato com deficientes auditivos.

Para a consecução dos princípios e das perspectivas que orientam o modelo acadêmico-pedagógico adotado pela UCB, a estrutura curricular da matriz é organizada considerando os seguintes componentes:

- atividades de extensão universitária a partir da inserção em Projetos de Extensão e atividades de atendimento à comunidade;
- atividades complementares, visando propiciar ao estudante experiências diversificadas, inerentes e indispensáveis à formação do estudante enquanto cidadão e profissional;

- estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- trabalho de conclusão de curso, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- unidades curriculares optativas;
- unidades curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística do Grupo UBEC, comuns a todos os cursos e Unidades de Missão, com o objetivo de promover a prática pedagógica interdisciplinar, com vistas à superação da estrutura fragmentada do conhecimento e à promoção de conectividade, integração, diálogo, reciprocidade, integralização de saberes para a significação das aprendizagens e, de modo especial, para o desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante;
- unidades curriculares do Núcleo Comum das Áreas de Conhecimento dos cursos;
- unidades curriculares de formação específica de cada curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A formação do Médico Veterinário da Universidade de Brasília inclui, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime intensivo e exclusivo, nos dois últimos semestres do curso. Desta forma, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do estágio curricular obrigatório é desenvolvida em serviços próprios da Instituição de Educação Superior (IES), com distribuição equilibrada de carga horária, a fim de atender aspectos essenciais das áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal. Por se tratar de atividades eminentemente práticas devem contar com a presença permanente do docente orientador ou supervisor em uma relação estudante/docente e docente/estudante.

## 11. Programa Propósito de Vida - PPV

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no

planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

### Programa Propósito de Vida

Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. (Papa Francisco, 2018, p. 25)

O Programa Propósito de Vida (PPV) objetiva o protagonismo de cada estudante e de cada educador com vistas à formação acadêmica-profissional inspirado em valores fundantes distintos daqueles sustentados pela lógica mercantilista. Tais valores devem considerar as múltiplas maneiras a partir das quais e com as quais as relações do eu-com-o-outro e com-o-mundo se efetivam com vistas a possibilitar amplos e diversos significados da vida universitária. Esses significados devem ultrapassar os meros modelos fixos de compreensão já tão propalados e sustentados por uma concepção de educação mecanicista, objetivista e instrumental.

No limiar das duas primeiras décadas do Século XXI já temos mostras do esgotamento desse modelo, pois ele não abre espaço para o protagonismo estudantil e muito menos promove uma formação humanizante e inspiradora que considere as múltiplas e infinitas maneiras de atuar ética e solidariamente visando um mundo mais justo e fraternal.

Nesse sentido, o PPV objetiva contribuir para a formação gradativa/processual do estudante promovendo, ao longo da sua jornada acadêmica, experiências significativas que ampliem seus horizontes de modo a aprimorar o ser ético, o ser histórico e o ser solidário. Todas estas três dimensões se sustentam no agir solidário porque são pautadas na busca de sentidos que revelem originalidade e autenticidade das suas ações. Assim, todo o processo educativo deve se direcionar para a busca da felicidade, pois essa contribuirá para a consolidação de novos sentidos da formação profissional sempre atrelada a princípios humanísticos. Trata-se assim de favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões.

Em se tratando da busca por uma formação humanística com vistas a ampliar os sentidos do que significa ser graduado pela Universidade Católica de Brasília, o PPV tem como finalidade favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões. A oferta das três

unidades curriculares que compõem o Núcleo de Formação Geral e Humanística deve promover um complemento valoroso à formação técnica, científica e profissional.

### **O ser ético**

Trata-se de considerar então o ser ético que se instaura no mundo e procura realizações significativas a partir de si mesmo. Será ele capaz de perceber que pode e deve agir solidariamente e para isso reconhecerá o outro como dimensão fundamental para a realização dos seus projetos existenciais.

A dimensão ética a ser fomentada não se constitui numa mera questão de discussão acadêmica ou de caráter formal. Busca-se acentuar a ética atrelada à própria condição humana, ou seja, refere-se ao ser de possibilidades porque revela o seu inacabamento, sua indeterminação e sua pluralidade. O estudante deve, portanto, construir e desconstruir seu próprio ser, pois sua condição primeira e fundamental é a de seguir fazendo-se pessoa a partir das experiências reveladoras de si mesmo.

Considerando que as exigências e os desafios para a formação profissional têm se tornado cada vez mais complexos, torna-se imperioso o agir ético de modo a proporcionar uma convivência respeitosa e feliz porque pautada em princípios humanísticos.

### **O ser histórico**

A outra dimensão relevante que o PPV busca promover na formação do estudante é a sua condição de ser histórico. Tal condição deve ser fomentada nas experiências plurais a serem realizadas ao longo da sua vida acadêmica. Cabe salientar então que os fundamentos autenticamente históricos do ser se revelam a partir do momento em que este se faz como protagonista da história e da sua própria história. Dada a sua natureza inacabada, o estudante deve rearticular constantemente os sentidos do arcabouço teórico-conceitual da sua área com as vivências significativas a serem adquiridas ao longo de todo o processo formativo. Assim, perceberá a relevância de pautar suas ações em valores humanísticos, favorecendo a ampliação dos significados da sua própria história de vida.

A proposta das unidades curriculares do PPV é contribuir para que o estudante perceba os sentidos de pertencimento. Esses se efetivam não só porque o ser está num determinado tempo histórico, mas antes de tudo, porque ele se faz como ser histórico a partir daquilo que realiza no mundo com o outro. Assim, ele pertence à história porque dela é protagonista cada vez mais engajado, pois visa a construção permanente do seu ser.

Desse modo, a proposta do PPV procura promover no estudante a compreensão de que o ser não é temporal por estar na história, mas existe historicamente por ser temporal. Fundada na temporalidade, a historicidade do ser enquanto capacidade de construir uma história é um modo que ele tem de assumir o seu próprio futuro.

## O ser solidário

Uma terceira dimensão promovida pela proposta do PPV é a da pastoralidade como valor agregador de toda e qualquer área de formação e atuação profissional. A condição concreta da existência humana exige que olhemos o outro como resposta ao apelo fundamental à solidariedade.

Num mundo em que a dinâmica social é marcadamente definida por interesses materiais e individualistas, onde as mudanças ocorrem de maneira acelerada e essas por sua vez resultam numa situação de constantes crises sociais, emocionais, culturais e identitárias, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de sentidos sobre a formação acadêmica e profissional.

Trata-se então de redefinir constantemente os papéis do educador e do educando, pois fazem-se necessárias ações que promovam a solidariedade e o olhar constante para o outro assim como o bom pastor olha para suas ovelhas. Constitui-se tarefa inadiável o compromisso por uma educação superior que promova mudanças radicais de paradigma e a proposta do PPV se dispõe a ser contribuição significativa para isso.

Neste sentido, cabe destacar que os objetivos do PPV serão consolidados por meio de diferentes estratégias e abordagens acadêmicas. A primeira delas é caracterizada pela oferta das três unidades curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística. São elas:

1. Relação: Princípios e Valores;
2. Profissão: Competências e Habilidades;
3. Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades.

Disciplina	Ementa
RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES	Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. <b>Educação para os Direitos Humanos</b> . Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.
PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. <i>Hard and Soft Skills</i> . <b>Relações étnico-raciais no trabalho</b> . Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.
COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES	Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania e <b>Direitos Humanos</b> . <b>Educação ambiental</b> . <b>Educação para relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena</b> . Atuação profissional comunitária.

Além da oferta das unidades curriculares acima destacadas, com o intuito de abarcar as diversas áreas de formação que compõem os cursos de graduação, o PPV contempla também a realização de 6 (seis) trilhas de desenvolvimento relacionadas à consecução das atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos. São elas: (1)

Liderança, (2) Pesquisa, (3) Esporte, (4) Cultura, (5) Espiritualidade e (6) Empreendedorismo. As trilhas apresentam, ainda, estreita relação com a atuação discente nos projetos de extensão, em especial os que atuam no atendimento às comunidades e instituições parceiras por meio do Programa Ser+.

O Programa Propósito de Vida objetiva, desta forma, uma ressignificação dos sentidos da formação acadêmica em consonância com os princípios norteadores do Grupo UBEC. Sua finalidade maior se exprime na identificação dos interesses dos estudantes pela busca de projetos significativos e inspiradores que possam nortear sua vida pessoal, acadêmica e profissional e seus projetos futuros. Nesse sentido, o PPV espera contribuir para que, ao longo da formação acadêmica, se efetivem vivências pautadas em princípios éticos e solidários que marcam a identidade do Grupo UBEC. Trata-se, portanto, de manter e reforçar o espírito fundante e a razão de ser de uma educação solidária, ética, evangelizadora e, por isso, promotora de espírito humanizador.

## **12. Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental e ecologia integral**

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 devem orientar as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

E é pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.”. Reafirma ainda que tal educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios norteadores da educação preconizada pela UCB, assumidos em sua missão. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação desta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, como “Relação: princípios e valores”, “Profissão: competências e habilidades”, “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação da UCB em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

Da mesma forma que a Universidade aborda as questões da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação em Direitos Humanos, as questões e conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal e nos componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística, citados anteriormente. Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, em especial seu aspecto de sustentabilidade, é contemplada na missão da UCB, orientando a gestão da Universidade e sua atuação por meio dos programas

e projetos de pesquisa e extensão, considerando de forma especial a perspectiva da ecologia integral, preconizada pelo Papa Francisco na carta encíclica Laudado Si'. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, quanto em unidades curriculares específicas, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e na realização das Trilhas formativas do PPV. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

#### a) *Flexibilidade curricular*

Flexibilidade curricular dos cursos de graduação se constitui a adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas, que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso. Assim, se faz necessário que se articule, no processo de formação do aluno, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é uma prática que estimula a mobilidade do aluno na educação superior e favorece sua formação interdisciplinar.

Nesse sentido, a UCB busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do aluno e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica rever as disciplinas, buscando aspectos integradores e organizações curriculares que favoreçam a interdisciplinaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece que as Instituições de Ensino superior deverão buscar a flexibilização de seus currículos, ofertando, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em programas de extensão.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, na UCB a Flexibilização curricular é identificada:

- na busca de articulação entre teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso;
- nas Atividades Complementares, que integram obrigatoriamente o currículo desse curso. Com base no princípio de que o aluno é o agente da

aprendizagem, ele é estimulado a aprender a aprender e a ter responsabilidade e compromisso com sua educação, sendo estas atividades um dos mecanismos que proporcionarão a participação do aluno na construção do saber com experiências inovadoras. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento;

- na implantação de disciplinas optativas no Curso que são decorrentes das escolhas do sujeito que constrói o próprio conhecimento e percurso formador;
- nas metodologias ativas e problematizadoras, que possibilita ao aluno vivenciar a práxis educativa, construindo e fundamentando as decisões para a solução de problemas, o que favorece a interdisciplinaridade e a percepção da realidade.
- na extensão, cumprindo o que preconiza a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer CNE/CES Nº 498/20202.
- na pesquisa, que trazem diferencial à formação, e, se concretiza quando se transforma em trajetórias autônomas e particulares, nos currículos de cada discente, enriquecidos de conhecimentos diversificados.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre alunos de diferentes áreas do saber por meio de Unidades Curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou Unidades Curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de alunos em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o aluno frequentar aulas de determinadas disciplinas da pós-graduação, conforme cada curso reger.

#### *b) Interdisciplinaridade*

A interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como à organização que a instituição propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no aluno e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos

processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina a disciplina, que entende profundamente as hierarquias conceituais nela presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras das áreas do conhecimento e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos alunos cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da UCB garantam a possibilidade de o aluno movimentar-se entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem-sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCN colocam na redução do tempo que o aluno passa dentro de uma sala de aula.

Consequentemente, as atividades complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do aluno e da IES, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também oportunidades tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do aluno possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem renunciar à fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Oferecer sentido ao trabalho acadêmico é o grande desafio da educação. A visão interdisciplinar dos problemas ligados ao fazer profissional não apenas oferece sentido como multiplica as possibilidades de solução de problemas. Ao oferecer a perspectiva de busca de solução de problemas - não de respostas a perguntas - muda inteiramente a perspectiva do ensino profissional, tornando-o útil, real e efetivo.

Para se atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, pesquisa e extensão, a UCB declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- Atitudes com ênfase nos princípios e valores

As Diretrizes Curriculares apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e

aprendizagem e os esquemas de avaliação. Diante do exposto a UCB entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do aluno. Professor, conteúdo e aluno desempenham papéis fundamentais e complementares.

Diante do exposto, é possível definir que a coerência entre as atividades de ensino dos níveis da graduação e pós-graduação acontece quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da IES estão articuladas com a proposta pedagógica e aplicadas nesses dois níveis, mantendo um correto alinhamento entre políticas, objetivos e metas.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

#### *c) Articulação da Teoria Com a Prática*

No Curso da Universidade Católica de Brasília, a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas contribuem com esta articulação, ao estimular no curso a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

#### *d) Conteúdo para os Cursos de Graduação: competências e habilidades*

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para atuar como médicos. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCN e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

As estratégias de ensino foram escolhidas a partir do tipo de conteúdo, para garantir a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação de perfil profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Conseqüentemente a UCB orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
- Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

e) *Seleção de Conteúdos para o curso: competências e habilidades*

O princípio estabelecido no PPI da UCB de que “[...] para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos [...]”, será respeitado no âmbito do Curso de Medicina Veterinária, mas, com suas especificidades. Cada semestre corresponde a 1 (um) bloco de 20 (vinte) semanas, constituído por 5 (cinco) Unidades Curriculares

Cada Unidade Curricular (UC) corresponde a um conjunto de conteúdos integrados reunindo conhecimentos básicos e clínicos. A unidade curricular integra várias áreas do conhecimento, articulando-as, indo muito além da justaposição de conteúdo.

f) *Matriz curricular*

O currículo do Curso Medicina Veterinária da UCB propicia formação dos alunos para atuarem com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana.

Cabe enfatizar que o desenho desta proposta inovadora intra e interdisciplinar e transversal propicia uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de conhecimento técnico, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

O currículo do Curso Medicina Veterinária da UCB está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os futuros profissionais aliados para o desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das disciplinas e das atividades acadêmicas previstas para o curso.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso conta com atividades complementares que corresponde a 70 horas e disciplinas optativas com 80 horas. Aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A matriz curricular dá visibilidade ao percurso que o aluno deve fazer para integralização curricular, indicando, para cada período as disciplinas e atividades complementares sugeridas, assim como as respectivas cargas horárias teóricas e práticas.

A saber:

Semestre	Componentes Curriculares do Curso de Medicina Veterinária	Carga Horária
1º	<b>Comportamento e Bem-estar Animal</b>	80 h
1º	<b>Extensão - Ciência, Comunicação e Sustentabilidade</b>	120 h
1º	<b>Extensão - Prática profissional - Medicina Veterinária</b>	120 h
1º	<b>Saúde Coletiva, Epidemiologia e Medicina Veterinária Preventiva</b>	80 h
2º	Anatomia do Sistema Locomotor dos Animais Domésticos	80 h
2º	Bioquímica Geral	80 h
2º	Desenvolvimento Embrionário e Tecidos de Animais	80 h
2º	Genética Básica e de Populações	80 h
2º	Relação: Princípios e Valores	80 h
3º	<b>Anatomia da Esplanchnologia dos Animais Domésticos</b>	80 h
3º	<b>Ecologia e Bioclimatologia</b>	80 h
3º	<b>Fisiologia Animal</b>	80 h
3º	<b>Imunologia e Patologia Geral Veterinária</b>	80 h
3º	<b>Microbiologia e Parasitologia Veterinária</b>	80 h
4º	Bromatologia e Nutrição Animal	80 h
4º	Farmacologia Veterinária	80 h
4º	Patologia Veterinária Especial	80 h
4º	Profissão: competências e habilidades	80 h
4º	Semiologia Veterinária	80 h
5º	<b>Doenças Infectocontagiosas</b>	80 h
5º	<b>Laboratório Clínico Animal</b>	80 h
5º	<b>Manejo de Pastagem e Forragicultura</b>	80 h
5º	<b>Práticas em Anestesiologia Veterinária</b>	80 h
5º	<b>Disciplina Optativa</b>	80 h
6º	Extensão - Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades	120 h
6º	Diagnóstico por Imagem	80 h
6º	Fisiopatologia da Reprodução Animal	80 h
6º	Produção e Melhoramento genético de Monogástricos e Ruminantes	80 h
6º	Técnicas Cirúrgicas em Medicina Veterinária	80 h
7º	<b>Biotécnicas da Reprodução Animal</b>	80 h
7º	<b>Bovinocultura de Corte e de Leite</b>	80 h
7º	<b>Economia e Administração Rural</b>	80 h
7º	<b>Extensão - Práticas em Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais</b>	120 h
7º	<b>Práticas em Clínica Médica de Pequenos Animais</b>	80 h
8º	Clínica Médica de Animais Silvestres e Selvagens	80 h
8º	Extensão Rural, Gestão da Qualidade e Meio Ambiente – MED VET	80 h
8º	Práticas em Clínica Médica de Grandes Animais	80 h
8º	Práticas em Clínica Cirúrgica de Grandes Animais	80 h
8º	Tecnologia e Inspeção de Leite e Derivados	80 h
9º	<b>Estágio Supervisionado em Medicina Veterinária I</b>	200 h
9º	<b>Tecnologia e Inspeção de Carne, Ovos, Produtos de Abelha e Derivados</b>	80 h
9º	<b>Disciplina Optativa</b>	80 h
10º	Estágio Supervisionado em Medicina Veterinária I	200 h
10º	Trabalho de Conclusão de Curso	80 h

Oferta no Quinto Semestre	Componentes Curriculares Optativas do Curso de Medicina Veterinária	Carga Horária
5º e 9º	Bioética	80 h
5º e 9º	Bioinformática	80 h

5º e 9º	Prática Profissional (Delineamento Experimental e Análise de Dados)	80 h
5º e 9º	Biologia Molecular e Biotecnologia	80 h
5º e 9º	Design Thinking e a Busca da Inovação	80 h
5º e 9º	Inglês Instrumental	80 h
5º e 9º	Liderança Negociação e Grandes Negócios	80 h
5º e 9º	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	80 h
5º e 9º	Marketing de Mídias Sociais e Digitais	80 h
5º e 9º	Oratória	80 h
5º e 9º	Qualificação Pessoal e Profissional	80 h
5º e 9º	Ciências Forenses	80 h
5º e 9º	Melhoramento Genético Animal	80 h

### 13. Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares do curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília estão organizados em núcleos de formação que categorizam as unidades curriculares do curso, promovendo o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso em uma progressão espiral de conteúdos, ou seja, uma unidade curricular pode estar contida em mais de um núcleo de formação, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e, em uma perspectiva de tipologia dos conteúdos, permite que cada unidade temática seja mediada com metodologias ativas, colaborativas e participativas adequadas, que promovem a aprendizagem por meio de diferentes recursos, práticas e contato com conhecimento recente e inovador.

O curso de Medicina Veterinária está organizado em 6 (seis núcleos de formação), que categorizam os componentes curriculares em:

1. Núcleo de Ciências Biológicas e da Saúde: Anatomia do sistema locomotor dos animais domésticos (80h); Anatomia da esplanchnologia dos animais domésticos (80h); Bioquímica geral (80h); Ecologia e bioclimatologia (80h); Farmacologia veterinária (80h); Fisiologia animal (80h); Genética básica e de populações (80h); Desenvolvimento embrionário e tecidos de animais (80h); Microbiologia e parasitologia veterinária (80h); Imunologia e patologia geral veterinária (80h); Patologia veterinária especial (80h); Fisiopatologia da reprodução animal (80h).
2. Núcleo de Ciências Humanas e Sociais: Relação: Princípios e valores (80h); Profissão: competências e habilidades (80h); Economia e administração rural (80h); Extensão rural, gestão da qualidade e meio ambiente - MEDVET (80h); Bioética (80h); Bioinformática (80h); Prática profissional (delineamento experimental e análise de dados) (80h); Biologia molecular e biotecnologia (80h); Design thinking e a busca da inovação (80h); Inglês instrumental (80h); Liderança, negociação e grandes negócios (80h); Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (80h); Marketing de mídias sociais e digitais (80h); Oratória (80h); Qualificação pessoal e profissional (80h); Ciências forenses (80h); Extensão – ciência, comunicação e sustentabilidade (120h); Extensão – Cooperação: humanismo solidário, redes e comunidades (120).

3. Núcleo de Ciências da Medicina Veterinária:

- a. Zootecnia e produção animal: Biotécnicas da reprodução animal (80h); Bovinocultura de corte e de leite (80h); Melhoramento genético animal (80h); Bromatologia e nutrição animal (80h); Biologia molecular e biotecnologia (80h); Manejo de pastagens e forragicultura (80h).
- b. Inspeção e tecnologia dos produtos de origem animal: Tecnologia e inspeção de leite e derivados (80h); Tecnologia e inspeção de carne, ovos, produtos de abelha e derivados (80h).
- c. Clínica veterinária: Práticas em anestesiologia veterinária (80h); Práticas em clínica médica de grandes animais (80h); Clínica médica de animais silvestres e selvagens (80h); Práticas em clínica médica de pequenos animais (80h); Diagnóstico por imagem (80h); Reprodução e melhoramento genético de monogástricos e ruminantes (80h); Imunologia e patologia geral veterinária (80h); Patologia veterinária especial (80h); Semiologia veterinária (80h); Práticas em clínica cirúrgica de grandes animais (80h); Técnicas cirúrgicas em medicina veterinária (80h); Laboratório clínico animal (80h); Extensão – Prática profissional – Medicina Veterinária (120h); Extensão – Prática em clínica cirúrgica de pequenos animais (120h).
- d. Medicina veterinária preventiva e saúde pública: Saúde coletiva, epidemiologia e medicina veterinária preventiva (80h); Doenças infectocontagiosas (80h); Comportamento e bem-estar animal (80h).

Núcleo de Formação Específica: Estágio supervisionado em Medicina Veterinária I (200h); Estágio supervisionado em Medicina Veterinária II (200h); Trabalho de conclusão de curso (80h).

Núcleo de Flexibilização Curricular: Bioética (80h); Bioinformática (80h); Prática profissional (delineamento experimental e análise de dados) (80h); Biologia molecular e biotecnologia (80h); Design thinking e a busca da inovação (80h); Inglês instrumental (80h); Liderança, negociação e grandes negócios (80h); Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (80h); Marketing de mídias sociais e digitais (80h); Oratória (80h); Qualificação pessoal e profissional (80h); Ciências forenses (80h).

Núcleo de Extensão: Extensão – Ciência, comunicação e sustentabilidade (120h); Extensão – Prática profissional, medicina veterinária (120); Extensão – Cooperação: humanismo solidário, redes e comunidades (120h); Extensão – Práticas em clínica cirúrgica de pequenos animais.

Os temas transversais temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Desta forma, os conteúdos relacionados aos direitos humanos, meio ambiente, questões étnico-raciais afro-brasileiras e indígena, bem-estar animal, legislação e ética, ecologia integral, educação ambiental e formação integral da pessoa humana com respeito às singularidades e pluralidades são mediados também como temas transversais.

## 14. Ementário e referências bibliográficas

O ementário do curso de Medicina Veterinária da UCB correlaciona as unidades temáticas das diferentes componentes curriculares da matriz do curso aos títulos da bibliografia básica e complementar do curso, além de periódicos especializados e pesquisas de pontas, necessários para o desenvolvimento de habilidades e competência na área e formação do perfil do egresso. O ementário é definido por meio de critérios para seleção de títulos e é referendado pelo NDE do curso. Assim, considera-se : a sua relevância aos temas, abordando aspectos centrais e globais; atualidade, refletindo avanços recentes nas áreas; qualidade, envolvendo avaliação da reputação dos autores, credibilidade das fontes, revisão por pares e relevância no campo de estudo; diversidade, abrangendo diferentes perspectivas, metodologias, abordagens teóricas e tipos de documentos; e abrangência em termos de quantidade de títulos em função da quantidade de estudantes (APÊNDICE I).

## 15. Atividades complementares

As atividades complementares estão institucionalizadas por meio de Resolução e Regulamento próprios, avaliados pelos órgãos colegiados do curso, e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e estão de acordo com a Resolução CNE/SES nº 2 de 2017.

A implementação das atividades complementares (AC) no curso tem como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância. O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária contempla atividades complementares com mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão, programas de intercâmbio nacional e internacional; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais.

A partir de 2021, a AC buscou evocar os acadêmicos para as Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV) da UCB, por meio de ambiente educativo que estimule atitudes de confiança, liberdade interior, alegria e responsabilidade social, promovendo competências socioemocionais e acadêmicas relevantes para construir

o futuro que almeja. Visa também integrar o desenvolvimento regional, nacional e internacional, atuando como agente transformador. Além disto, desde 2022, foram adotados como canais de solicitações para o cômputo das horas de AC o Portal do Estudante (GOL) e/ou a central de atendimento ao estudante, o ATENDE. Além disso, foi habilitado no Sistema Acadêmico (RM) o recurso para registro e acompanhamento de eventos acadêmicos internos, sendo que estes poderão ser previamente cadastrados e validados pelos organizadores, cujo lançamento da categoria e carga horária será realizada automaticamente.

Para regulamentar a realização, o registro e a validação das AC no curso foi construído e aprovado em Conselho o regulamento para o cômputo das horas de Atividades Complementares nos cursos de graduação presencial da UCB.

Resumidamente as AC dividem-se em categorias, conforme descrição a seguir:

### **Atividades Internas**

1. Atividades desenvolvidas pela UCB no âmbito das Trilhas de Desenvolvimento do PPV, aplicáveis aos estudantes que ingressaram a partir do ano de 2021;
2. Outras atividades acadêmicas promovidas pela UCB (iniciação científica, atuação no Projeto Ser+, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários, congressos entre outros);

### **Atividades Externas**

1. Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, capacitação em instituições conveniadas, cursos de línguas estrangeiras, participações em intercâmbio, entre outros).

De modo a permitir o controle, o aproveitamento, a validação e registro das respectivas horas de AC no histórico/currículo acadêmico dos estudantes, foram estabelecidas premissas básicas e o rol com a carga horária máxima das categorias das AC para os cômputos pleiteados.

## 15.1 Premissas

Com vistas a otimizar o fluxo do processo, sugere-se a adoção das seguintes premissas:

- 1) A carga horária total de AC a ser cumprida pelo estudante é variável, a depender do curso de graduação no qual ele está matriculado e deve estar em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Anexo 1.
- 2) Na UCB, a realização e comprovação das AC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular, atendendo aos seguintes critérios:
  - Ao menos 60% da carga horária total do componente curricular AC deve ser cumprida em Atividades Internas, isto é, atividades promovidas pela UCB (Trilhas de Desenvolvimento do PPV ou outras atividades acadêmicas);
  - Desenvolver atividades em pelo menos 2 Trilhas ou categorias, dentre as atividades realizadas na UCB;
  - Indica-se que, para a inserção nas atividades das Trilhas, o estudante tenha cursado ou esteja cursando a primeira Unidade Curricular (UC) do Núcleo de Formação Geral e Humanística (NFGH).
  - Realizar atividades em no mínimo 02 categorias diferentes mais 01 Trilhas de Desenvolvimento do PPV.
- 3) Para a categoria de Extensão, serão validadas apenas as atividades realizadas fora do escopo da Extensão Curricularizada.
- 4) Só serão reconhecidas atividades relacionadas a área de conhecimento e/ou em áreas correlatas do curso de graduação do estudante.
- 5) Não serão aproveitadas atividades complementares realizadas em período distinto daquele em que o estudante estiver regularmente matriculado no curso.
- 6) Certificados/declarações sem discriminação de carga horária serão indeferidos para o cômputo de Atividades Complementares;
- 7) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que não obtiver aproveitamento de alguma disciplina será analisada a possibilidade de utilizar para AC, em caso positivo, será sinalizado no próprio aproveitamento de estudos.
- 8) Ao atingir a carga horária total exigida pelo curso, o sistema automaticamente fará o bloqueio de novas inserções.
- 9) As solicitações devem ser registradas via Portal do Estudante ou presencialmente no ATENDE, apresentando as devidas documentações (declarações/certificados) no último ano do curso.

- 10) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que possua certificados de eventos realizados durante a permanência na instituição de origem, poderá registrar tais certificados no último ano letivo do curso.
- 11) Os certificados das atividades complementares realizadas durante o período de integralização do curso deverão ser registrados entregues para cômputo de AC no último ano letivo do curso.
- 12) O prazo estipulado para a abertura da solicitação é de fevereiro a maio no primeiro semestre letivo do ano corrente e de julho a outubro para o segundo semestre letivo do ano vigente. O prazo para análise e lançamento das horas é de até 20 (vinte) dias úteis, após o registro dos certificados no sistema.
- 13) O lançamento da carga horária ocorrerá por áreas de conhecimento, conforme Quadro a seguir:

Área	Cursos
Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde	Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Educação Física - Licenciatura e Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Zootecnia, Gerontologia e Psicologia
	Medicina
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Direito
	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Cinema e Mídias Digitais, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Design Visual, Design de Produtos, Filosofia, Fotografia, Gestão de Recursos Humanos, Jornalismo, Letras Português/Inglês, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social.
Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura e Tecnologia	Agronomia, Redes de Computadores, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência de Dados, Design de Interiores, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software, Física, Matemática e Química.

## 15.2 Carga horária concedida por categoria

Apresenta-se a seguir síntese das categorias das atividades complementares e sua respectiva carga horária, para cômputo e registro.

Categorias/Trilhas	Atividades	Horas
Apoio ao Ensino	Programa de Monitoria	Carga horária total da monitoria*
	Atividades de representação discente (Ligas Acadêmicas, CAs, Atléticas, DCE, representante de turma)	Até 50 horas
Pesquisa	Programas de Iniciação Científica	60 horas
	Atividades em Grupos de Estudos	
Extensão	Projetos de Extensão	60 horas
	Trabalho Voluntário Continuado	60 horas
	Ser+	Carga Horária total do projeto

	Participação em Empresa Júnior	100 horas
	Ação Social	10 horas de atividades por evento ou as horas do certificado
	Estágios não obrigatórios (fora do componente curricular)	100 horas
	Atividades realizadas na UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
Eventos e cursos	Atividades realizadas fora da UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
	Participação em Audiências, Julgamentos	
	Eventos culturais	
	Aprovação em disciplinas eletivas, escolhidas dentre as disciplinas oferecidas nos diversos cursos	
Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV)	Liderança	Horas do certificado, com limite de 40 horas total
	Pesquisa	
	Esporte	
	Cultura	
	Espiritualidade	
	Empreendedorismo	

(\*) No máximo duas monitorias.

## 16. Estágio Supervisionado

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho. É normatizado nas instituições cedentes pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 que, em seu Art. 2º estabelece que:

Art. 2º. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais. Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no OL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira on-line, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

O estágio curricular supervisionado da Universidade Católica de Brasília está institucionalizado por meio de Resolução e Regulamento aprovados por órgão colegiado, contemplando carga horária adequada. A formação do Médico Veterinário da Universidade Católica de Brasília inclui, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime intensivo e exclusivo, nos dois últimos semestres do curso. O estágio supervisionado do curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília está em consonância com a Resolução CNE/SES nº 3/2019. Na estrutura curricular faz parte do Núcleo de Formação Específica: Estágio supervisionado em Medicina Veterinária I (200h); Estágio supervisionado em Medicina Veterinária II (200h).

Para a consecução do estágio curricular supervisionado, a UCB conta com uma estrutura pedagógica e metodológica adequada, com planejamento, execução e avaliação realizada pela coordenação e de curso e pelo professor supervisor da unidade curricular, os quais, de maneira colegiada e por meio de avaliação de campos de estágio, empregabilidade e perfil regional para a área de atuação, estabelece convênios e estratégias para gestão da integração entre ensino e o mundo do trabalho. Para tanto, há estudos e avaliação sistemática, com análise de dados sobre demandas do mundo do trabalho e habilidades e competências para o perfil profissional contemporâneo e inovador do médico veterinário para que o perfil do egresso esteja cada vez mais aderente ao que a sociedade espera em termos de melhores práticas profissionais, conhecimento acadêmico e científico. Além disso, os campos, práticas e métodos de estágio são sistematicamente avaliados para gerar insumos para a atualização das práticas de estágio.

## **17. Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório, com a obrigatoriedade de apresentação sob orientação docente, e está institucionalizado por meio de Resolução e Regulamento avaliado e aprovado por órgão colegiado que considera a carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação. Além disso, há manuais acadêmicos atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

A prática da pesquisa científica contribui para que os estudantes de graduação ampliem a qualidade da sua formação. Nesta perspectiva, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como momento fundamental para a construção de uma nova mentalidade quanto aos sentidos do desenvolvimento do graduando.

Em virtude de tais aspectos e da necessidade de atendimento à Portaria MEC 360/2022, que “Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital”, criou-se o Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Católica de Brasília –

NTCC/UCB - para oferecer suporte às coordenações de curso para aprimoramento dos processos de forma eficaz e eficiente.

A criação do NTCC visa fomentar a interface entre Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que busca o incremento da prática da pesquisa como fator primordial. Trata-se de valorizar a pesquisa, considerando os diversos setores onde ela se realiza na UCB. Tal ação contribuirá para que sejam reforçadas as relações entre os cursos de graduação em que o TCC é obrigatório, os programas de pós-graduação stricto sensu e os projetos de pesquisa existentes na UCB.

Tem-se assim que todas as ações envolvendo a elaboração e defesa dos TCC's contribuam para a formação acadêmica e reafirmem a relevância da ciência como práxis social. Soma-se a esses motivos, o papel fundamental de uma universidade, qual seja, a de buscar respostas para problemas/necessidades sociais, oportunizando aos indivíduos viverem com mais dignidade, uma vez que será constantemente reafirmado o compromisso social ao qual a UCB deve permanecer engajada.

Todo o processo de elaboração dos TCC's, no âmbito dos cursos em que existe a obrigatoriedade de tal Unidade Curricular (UC), é regido pelo documento "Normas para Elaboração e Apresentação do Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da Universidade Católica de Brasília – UCB" A elaboração e apresentação desse trabalho científico deve ser o resultado de um processo de construção e aplicação do conhecimento sobre uma temática da área cursada, com o objetivo de contribuir teórica e concretamente para o avanço do conhecimento na área e para melhorar a capacidade reflexiva do estudante.

No curso de Medicina Veterinária, este componente curricular é definido pela Resolução CNE/CES Nº 3 de 2019. O TCC visa à aplicação dos conhecimentos adquiridos e se apresenta como uma oportunidade de usar, aprovar e fortalecer os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em um projeto interdisciplinar. Sob a óptica de materializar um projeto que une teoria e prática, o projeto final de curso coroa um processo e abre novas formas de visão para o campo complexo da Medicina Veterinária. A realização do TCC tem por objetivos:

a) Proceder à elaboração de um trabalho acadêmico-científico no final do curso, contemplando conhecimentos científicos adquiridos na graduação, organizados, aprofundados e sistematizados pelo graduando, sob a forma de pesquisa experimental, estudos de casos ou ainda revisão de literatura acerca de um tema preferencialmente inédito, pertinentes a uma das áreas de conhecimento e/ou linha de pesquisa do curso.

b) Concentrar-se em um trabalho acadêmico, utilizando a capacidade criadora e de investigação científica, quanto: à organização, à metodologia, ao conhecimento de técnicas e materiais, domínio das formas de investigação bibliográfica, bem como à clareza e coerência na redação final.

c) Familiarizar-se com as estratégias metodológicas da elaboração de um trabalho de iniciação científica e proporcionar ao estudante a utilização de referencial teórico das disciplinas no estudo de problemas relevantes para o Médico Veterinário.

d) Desenvolver a potencialidade do estudante no que concerne a representação gráfica de sua proposta, à apresentação oral de suas ideias e a redação de textos técnicos de forma clara, objetiva e concisa.

## **18. Metodologias de ensino e aprendizagem**

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa e do uso de tecnologias educacionais com intencionalidade pedagógica são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, e no olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo protagonismo discente, com autonomia na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço. O Curso de Medicina Veterinária se alicerça em atividades práticas com a indispensável presença de animais para o desenvolvimento de competências e habilidades, tanto na cadeia produtiva do agronegócio como para a medicina veterinária de animais, requerendo, para tal, uma casuística adequada, incluídas também no estágio supervisionado. Estabelece ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios: I – o respeito ao bem-estar animal; II – a sustentabilidade ambiental; III – a observância da ética; e IV – o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais. Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

O estudante é estimulado a estabelecer relações entre suas experiências e os novos conceitos, com o objetivo de construir novos significados e novas relações. Estimular a autoaprendizagem reaviva a atenção do estudante, valorizando o que faz sentido real em sua vida profissional, inter-relacionando-a a diversos aspectos, como intelectual e social, por exemplo. Neste sentido, o professor atua como facilitador do processo, objetivando a aprendizagem do estudante.

Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a

perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A concepção pedagógica fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, assim, oportunizar ao estudante a compreensão da sua responsabilidade pela aprendizagem no processo de ensino organizado pelo professor. Parte importante da estratégia metodológica é a adoção da concepção de aprendizagem híbrida.

A aprendizagem híbrida, ou *blended learning*, associa metodologias de aprendizagem ativa ao uso de tecnologias e estratégias da educação a distância, alternando encontros presenciais e trabalho/estudo discente desenvolvido de forma autônoma. Um aspecto importante a se destacar é a utilização de metodologias e atividades que promovam o trabalho coletivo e colaborativo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos qualificam o processo de ensino e ampliam o potencial de aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de importantes competências socioemocionais (trabalho em equipe, resolução de problemas, colaboração, comunicação interpessoal, mediação de conflitos, resiliência, liderança, entre outras).

Na UCB, consideramos componentes curriculares híbridos todos aqueles cuja carga horária total seja realizada em encontros semanais de 3h/a (ou 2h/a, no caso das UC de extensão). Isto implica dizer que, para além da carga horária desenvolvida em sala de aula com o docente, o estudante deve dedicar horas de estudo e desenvolver atividades orientadas pelo docente no Plano de Ensino (nos itens pré e pós aula), a fim de cumprir a carga horária total prevista para o componente curricular. Assim, cabe ao docente a orientação para o desenvolvimento das atividades de estudo autônomo, e ao estudante a sua realização. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma autônoma, por sua vez, devem ser retomadas pelo docente nas aulas presenciais, de forma a demonstrar sua integração e importância para a aprendizagem dos estudantes na disciplina.

O acompanhamento e a validação da proposta para as horas de trabalho efetivo, bem como seu registro no Plano de Ensino e no diário de classe, serão realizados no âmbito da gestão acadêmica institucional, garantindo a comprovação da integralização da carga horária da unidade curricular.

Em cada unidade curricular o docente deve, no processo de planejamento do componente curricular, o realizar a curadoria de materiais e objetos de aprendizagens disponíveis que sejam significativos para a aprendizagem discente (artigos, textos diversos, podcasts, vídeos, dentre outros recursos), e disponibilizá-los no ambiente virtual de aprendizagem. Importante considerar que estes conteúdos e atividades são complementares ao trabalho docente, e não esgotam os objetivos de aprendizagem previstos para o componente curricular.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes são o foco do trabalho docente. O professor deve ter atenção especial no planejamento e na realização das práticas pedagógicas previstas a fim de que estas possam promover a aprendizagem ativa e ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de estudo autônomo. As tecnologias educativas, o protagonismo estudantil, a aprendizagem “mão na massa”, a autoria, o engajamento, a colaboração, a criticidade e a autonomia são elementos chave do processo.

Essa iniciativa traz inúmeras vantagens. Dentre elas, possibilita:

- 1) o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula;
- 2) a proposição de atividades práticas e reflexivas que conduzem à melhoria na formação dos estudantes, favorecendo a aplicação de metodologias ativas;
- 3) a construção de um portfólio de atividades realizadas no semestre e organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando a ampliação do uso das TIC.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante, em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades.

Dentre as Metodologias Ativas e estratégias de ensino utilizadas na Universidade destacam-se:

- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL - Team Based Learning): método de aprendizagem ativo centrado no aluno, conduzido por instrutor especialista na área, utilizado para grandes classes que são divididas em grupos menores referidos como equipes. O primeiro pilar da metodologia é a formação das equipes que objetivam a maior diversidade possível e relativa uniformidade entre as equipes. As formações serão mantidas durante cada conteúdo disciplinar.

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - Problem Based Learning): utilizada como elemento motivador para o estudo e momento de integração dos diferentes conteúdos curriculares. As áreas temáticas dos eixos apresentam abordagem interdisciplinar cujo conteúdo é organizado em situações problemas significantes, contextualizadas e do mundo real e fornecedora de fontes, guias e instruções para os aprendizes.

- Gamificação: tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo. A gamificação abrange a utilização de mecanismos de jogos para a resolução de problemas e para motivação, explorando os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. A gamificação traz os feedbacks constantes, recompensas e a evolução relacionados aos níveis. Entre os benefícios estão o estímulo ao protagonismo, maior absorção de conteúdo e melhoria de desempenho

- Curricularização da extensão (Service Learning): metodologia ativa que coloca ensino e aprendizagem à serviço da comunidade, a fim de proporcionar experiências de aprendizado pragmáticas e progressivas, ao mesmo tempo que atende às necessidades da

sociedade. Esta metodologia integra a vivência do ensino com atividades de extensão através da elaboração de projetos pelos alunos, promovendo o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da aplicação prática dos conhecimentos.

Estratégias educacionais complementares podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem AutoDirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos componentes curriculares ocorrem propostas de atividades pelos docentes aos estudantes no formato de supervisão. Ou seja, atividades práticas pelos estudantes sob a supervisão dos professores com registro obrigatório pelo professor no Plano de Ensino (atividades, critérios de avaliação e prazos de entrega) e pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades. Dentre as atividades que podem ser realizadas, citam-se: fóruns, wikis, produção de textos (resumos, resenhas, relatórios, entre outros), vídeos, experimentos em laboratórios, visitas técnicas, observação guiada, pesquisas, organização e participação de eventos, além de produtos específicos de cada uma das áreas de conhecimento dos cursos. Essas atividades privilegiam a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade uma vez que os conceitos trabalhados extrapolam os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, fazem interconexões entre eles. O estudante aprende de forma sistêmica e não compartimentalizada.

## **Programa de Monitoria**

Outra significativa estratégia de apoio aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação é a consecução do Programa de Monitoria, instituído pela Portaria nº127/99, em conformidade com o proposto na LDBEN, Lei nº 9394/96 em que se prevê:

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados nas tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos (LDB, 1996).

As atividades de monitoria foram estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nas Normas e Procedimentos Acadêmicos, para os Cursos de Graduação, e consubstanciadas na Resolução 65/2007, regulamentando,

norteando e assegurando as bases de execução do Programa de Monitoria, reafirmando ainda sua relevância como espaço efetivo de ensino e de aprendizagem.

O referido programa é gerido pela Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial da UCB, onde semestralmente são publicados editais de seleção dos monitores, bem como a Portaria Institucional formalizando tal atividade.

## **19. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA)**

O curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília investe na inovação e no uso de diferentes recursos no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, as diferentes unidades curriculares do curso contam com a adoção de tecnologias que suportam e dão dinamicidade ao ato de ensinar e aprender, promovendo interação entre estudantes, docentes e coordenação de curso, sempre em uma perspectiva inclusiva e acessível, de modo a garantir equidade no processo de acessibilidade comunicacional e digital, além do investimento na disponibilidade destes recursos em outros espaços e tempos pedagógicos. Nas unidades curriculares, os recursos tecnológicos são adotados em função do tipo de conteúdo e metodologia mediados por cada docente. Nos espaços comunicacionais, tecnologias assistivas promovem inclusão e igualdade de condições.

As Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, representam um conjunto de recursos tecnológicos auxiliares aos processos educacionais, aos informacionais e aos comunicativos visando maior qualidade do ensino, do planejamento e da gestão. Neste contexto, o ambiente tecnológico se torna um espaço privilegiado de pesquisa, de interação e de compartilhamento, abrindo ricas possibilidades de produção de conhecimento estimulando uma postura diferenciada de professores e estudantes acarretando mudanças significativas nos processos educacionais.

Para usufruir destes benefícios professores e a estudantes devem adquirir novas habilidades, que se convergem no cotidiano das salas de aula, visando o avanço e a compreensão da importância da participação de ambos no processo de aula-pesquisa-intervenção e na utilização das tecnologias como suporte à aprendizagem.

Aos professores é necessário demonstrar aos estudantes a relevância de aprender a aprender, incentivando-os a gerenciar o volume de informações disponíveis, principalmente avaliando sua qualidade; a trabalhar em equipe; a gerenciar o tempo e; a compreender e interpretar mensagens diversas. As aulas se transformam em processos contínuos de pesquisa e de comunicação, nos quais se dá a construção do conhecimento em um equilíbrio dinâmico entre o individual e o grupal, entre o professor-mediador e estudantes-participantes-ativos. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de facilitador do processo de aprendizagem. Cabe a ele adotar abordagens diferenciadas que não se limitem à exposição teórica e que permitam aos estudantes migrarem do status de consumidores de conhecimento para produtores de conhecimento.

Vislumbramos uma educação cada vez mais voltada para a pesquisa, para processos abertos de gerenciamento e soluções de problemas educacionais, no qual o grupo cooperativo cumpre um papel central, para que a autonomia e a autoria dos estudantes sejam a principal meta na aprendizagem.

Como estratégia de suporte, registro e consolidação das aprendizagens, a União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) migrou de uma plataforma AVA gratuita para o D2L *Brightspace*, um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS, na sigla em inglês) de uma multinacional canadense presente no Brasil desde 1999. A plataforma proporciona maior previsibilidade em relação à tecnologia, maior escalabilidade e estabilidade, além da possibilidade de oferecer melhor experiência para alunos e professores com uma plataforma responsiva.

Por meio do AVA o aluno pode acessar materiais interativos, como web aulas e livros digitais, interagir com professores e demais estudantes por meio recursos de interação, que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do estudante, além de realizar avaliativas e colaborativas. Tem à disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e, principalmente, o plano de ensino da disciplina. Além disso, o aplicativo Brightspace Pulse permite o acesso em outros dispositivos, como smartphones e tablets.

Também é disponibilizado recursos de contas Microsoft para todos os docentes e estudantes. Esta estratégia viabiliza a continuidade, a qualificação e a validação das aprendizagens que ocorrem na Universidade e fora dela, explorando diferentes recursos para o desenvolvimento e o engajamento do corpo discente.

Outro importante recurso disponível para os estudantes é o acesso à Minha Biblioteca, uma base de livros eletrônicos em português que oferece acesso a milhares de livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade das principais editoras acadêmicas do país. Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso. Destacamos o Portal do Aluno, por meio do software EduConnect e a Plataforma de Trabalhabilidade e Carreiras, a Workalove.

Em vistas a gerir as ferramentas tecnológicas e a mantê-las sempre alinhadas a eficientes preceitos metodológicos, a UBEC criou o Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional - NITE, para garantir à oferta de um modelo acadêmico isento de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade tecnológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades.

O NITE trata-se de um ambiente voltado a criação e manutenção de tecnologias a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas e docentes, tendo como

principais atribuições: incentivar e colaborar com a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico; promover ações de formação continuada de professores e estudantes para uso dos recursos de forma autônoma e independente; acompanhar e avaliar os processos relacionados à inserção e inclusão das TICs; dentre outras ações.

Dessa forma, promovemos a todos as ferramentas, mas também formas de as utilizar com eficiência, garantindo um ambiente confortável e inspirador para crescimento contínuo do uso das TICs.

## **20. Sistemática de avaliação de aprendizagem**

O processo educativo promovido pela UCB considera que, do ponto de vista pedagógico, cada estudante traz consigo conhecimentos prévios, concepções e percepções que devem ser consideradas no processo de aprendizagem, a qual não pode ser vista como um produto, mas como um processo que requer e estimula competências, como as de refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar. Nesse sentido, a avaliação deve ser aplicada como prática de retorno, de revisão de conteúdos, de visualização do erro no processo, momento especial de retomada do aprendizado e de redirecionamento da atuação de professores e estudantes.

Ao longo do curso, os mecanismos de avaliação, em coerência com as metodologias ativas utilizadas ao longo dos componentes curriculares, são dispostos na forma de avaliações teóricas e práticas, estudos de casos clínicos interdisciplinares, seminários, relatórios, outras modalidades de avaliação. A participação do estudante nas atividades também é considerada no momento da construção do seu conceito final. Além da avaliação de conteúdos específicos a cada semestre, a integração entre estes também é avaliada, visando à valorização de uma visão crítica do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem do estudante se constituirá de testes, avaliações escritas individuais teóricas ou práticas, seminários, trabalhos, projetos, desenvolvimento de produtos e outros meios que possibilitem a verificação de seu progresso ao longo de cada componente curricular. Todos os resultados parciais serão comunicados aos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obedecendo ao prazo máximo de até 15 dias após sua realização para que possa acompanhar seu próprio progresso ao longo do semestre.

A nota mínima para aprovação é 7,0, associada ao requisito mínimo de 75% de frequência do estudante, resguardadas as especificidades de componentes curriculares que podem ampliar tais exigências, como TCC e Estágios Supervisionados. A avaliação é descrita em notas de 0 a 10, fracionada em múltiplos de 0,1. São realizadas, no mínimo, duas avaliações diferentes ao longo do semestre, sendo uma delas avaliação individual. O

peso das avaliações individuais deve representar o mínimo de 60% da nota de cada componente curricular.

No caso de componentes curriculares com conteúdo gamificado, para valorizar o engajamento dos estudantes nas atividades no AVA, os docentes devem seguir a orientação de atribuir de 10 a 30% da nota final do estudante ao seu desempenho na plataforma.

## **21. Gestão do curso: sistemática de autoavaliação institucional, do curso e avaliações externas**

Os cursos da UCB são submetidos à autoavaliação desde os anos de 1996. Ao longo de todo esse tempo, a Universidade vem desenvolvendo melhorias no processo e cuidando da relação com a comunidade interna e externa, para que melhor subsidie suas decisões estratégicas.

Com a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicada em 2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) passaram a ser uma determinação e a UCB reestruturou o processo instituindo sua CPA de acordo com as determinações da regulação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA/UCB) foi criada pela Portaria/Reitor UCB nº 154/04, de 27/5/2004 e revisada pela Resolução CONSUN nº 15/2010, de 25/6/2010. Em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a comissão é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade. É integrada por profissionais e cidadãos com reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade, representando os seguintes segmentos: I - Corpo Docente, II - Corpo Discente, III - Corpo Técnico-administrativo (Comunidade Universitária UCB) e IV - Sociedade Civil Organizada, sendo composta por:

- 3 representantes do Corpo Docente;
- 2 representantes do Corpo Discente;
- 3 representantes do Corpo técnico-administrativo;
- 2 representantes da Sociedade Civil Organizada.

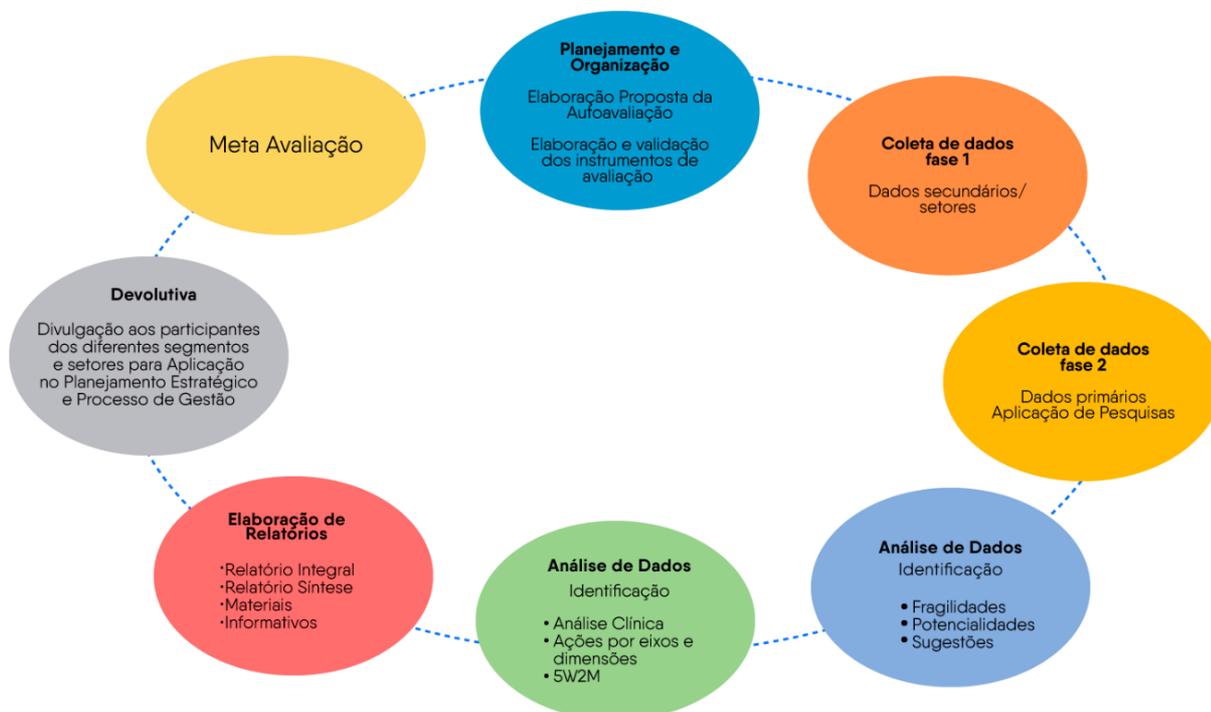
A CPA estruturou instrumentos de autoavaliação para que fossem aplicados semestralmente. Os instrumentos avaliam: os serviços terceirizados; a estrutura de apoio ao ensino (englobando infraestrutura e biblioteca) e o ensino/aprendizagem, utilizando-se de 3 modelos, um para o docente, outro para o discente e outro para técnicos administrativos. Os instrumentos vêm sendo melhorados ao longo do tempo e do desenvolvimento dos trabalhos, com reuniões da CPA e outros eventos relativos. Assim, além de atender às normas federais, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planejamento Estratégico (PE) e Instrumentos

Avaliativos externos, articulando aspectos políticos, estratégicos e operacionais da evolução institucional.

A autoavaliação da UCB, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, constitui um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os sujeitos que atuam na Instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

Neste sentido, a autoavaliação se constitui como um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela Instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

A Comissão Própria de Avaliação da UCB utiliza uma metodologia processual, contínua e cíclica de Autoavaliação, que busca atender às perspectivas da Universidade, ao mesmo tempo em que se mantém focada nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal metodologia apoia-se no envolvimento de toda a comunidade, que participa fornecendo dados, recebendo a devolutiva das informações geradas pela CPA e auxiliando na análise destas, a fim de que sejam evidenciadas as potencialidades e fragilidades de cada dimensão.



Os períodos de aplicação são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, intranet, e-mail marketing, cartazes etc., visando à participação de todos.

Após o período de aplicação, a CPA prepara o relatório e as devolutivas pelos para a comunidade interna e externa pelos mesmos canais de divulgação, além do CPA Day, momento voltado para que os setores da instituição conversem com os estudantes sobre os resultados. A CPA também se utiliza da ferramenta 5W2H, definindo as tarefas e os responsáveis por elas, de maneira seja evidenciado com clareza a necessidade, ou não, de uma mudança, e formular um plano para alcançar esse objetivo.

Outra avaliação institucional de grande importância para os cursos de Graduação é o Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante em formação nos Cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). O SIAE está ancorado na proposta geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), art. 5º da lei nº10.861 de 14/04/2004, qual seja a de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, bem como as habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (Portaria nº 211, art. 1º. de 22/06/2012).

Com o intuito de alcançar o melhor acompanhamento dos estudantes, o SIAE se fundamenta na proposta de uma avaliação interna, diagnóstica e integrada ao processo de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva projetiva. É um instrumento direcionado à avaliação do desenvolvimento das competências dos estudantes em suas áreas específicas de formação, por meio da aplicação do exame para aqueles que já possuem 50% ou mais de carga horária concluída. Os resultados possibilitam a revisão da formação dos estudantes em um movimento permanente de melhoria do processo educativo.

Os cursos participam do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE) conforme o calendário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como regra geral, essa avaliação deve ser priorizada em relação a outras formas de avaliação realizadas por iniciativa dos cursos.

A análise da participação dos estudantes na prova SIAE gera relatórios, entregues às Coordenações de Curso, com resultados do desempenho dos estudantes. Esses resultados servem de apoio à gestão e visam à implementação de ações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Ademais, os cursos são recorrentemente avaliados externamente, conforme prevê o SINAES. O Curso de Medicina também é avaliado anualmente pela participação do Teste de Progresso da Associação Brasileira de Educação Média (ABEM) em sua regional o centro-oeste. Os resultados obtidos são, sem dúvida, balizadores para melhorias nos projetos pedagógicos dos cursos a partir das reflexões, análises e acompanhamentos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do curso

O delineamento atual do PPI da UCB, com base no plano de desenvolvimento institucional, conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na

busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas. O curso de Medicina Veterinária da UCB conta com uma gestão colaborativa e colegiada, com processos de planejamento, acompanhamento, controle e avaliação de diferentes indicadores do curso que vão desde a análise acadêmico-pedagógica, até a análise de mercado e sustentabilidade financeira, com controle de evasão, matrículas novas e mensalidade, por exemplo. Sendo assim, considera a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso. Desta forma, há análises sobre indicadores de desempenho do estudante, conceitos institucionais da regulação da educação superior, resultados das pesquisas da CPA, além da avaliação diária da rotina e dos processos do curso. Estes subsídios são base para projetos e planos de ação de melhorias do curso de Medicina Veterinária da UCB e seus resultados são divulgados sistematicamente para a comunidade acadêmica, por meio de diferentes canais de comunicação. A autoavaliação do curso é feita por meio de instrumento próprio, onde a coordenação pode revisitar seus processos e indicar oportunidades de aprimoramentos em termos pedagógicos, acadêmicos, administrativos e de infraestrutura, com vistas à inovação de processos e recursos para que o curso permaneça dinâmico, ativo, sustentável e que represente diferenciais de qualidade para a comunidade acadêmica.

## **22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)**

O curso de Medicina Veterinária da Universidade Católica de Brasília está integrado ao sistema de saúde (SUS), por meio da formalização de convênio para a aplicação prática do que é mediado nas unidades curriculares do curso que apontam para as unidades temáticas enumeradas pela DCN do curso que tratam de políticas de saúde do SUS. Para tanto, metodologicamente, há a significação social dos conteúdos acadêmicos em diferentes contextos e cenários sociais, por meio da ilação da teoria à prática multidisciplinar e multiprofissional.

## **23. Atividades práticas de ensino para áreas de saúde**

As atividades práticas de ensino para a área de saúde no contexto do curso de Medicina Veterinária contemplam todos os parâmetros definidos nas DCN do curso, com regulamentação, fluxo definido e gerenciável, com supervisão e responsabilidade docente para que, de forma multidisciplinar, o estudante possa vivenciar experiências em cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), como mais uma ação planejada do curso para a formação do perfil profissional do egresso no contexto do Distrito Federal e região.

### **III. CORPO SOCIAL**

#### **1. Formas de ingresso do Corpo Discente**

O ingresso ao Curso, conforme consta nas Normas e Procedimentos Acadêmicos e nos Editais dos processos seletivos, poderá ocorrer por diversas formas a saber:

- Processo seletivo para acesso ao Ensino Superior: vestibular ou nota do ENEM;
- Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005);
- transferência;
- transferência ex-officio;
- portador de Diploma.

#### **Registro Acadêmico**

A comunidade acadêmica, para acesso aos registros acadêmicos, está organizada em grupos/perfis, identificados por código de acesso único (RA/ID).

Os estudantes possuem acesso exclusivamente via Portal do Estudante, para informações relativas à sua Vida Acadêmica (Histórico Escolar, Declarações, Renovação de Matrícula, Dados Cadastrais etc.). Fisicamente, a documentação do estudante está arquivada em pastas suspensas, ordenadas cronologicamente pelo “Registro Acadêmico do Estudante” (RAA) regularmente matriculado ou ainda vinculado ao Curso, além de compor o acervo digital da Secretaria Acadêmica. A Documentação dos Estudantes Formados, Desligados e ou Cancelados, estão armazenadas em envelopes numerados e caixas do tipo “Box”. O acesso a este acervo é restrito.

Os professores contam com os recursos do Portal Institucional para o relacionamento com as suas turmas durante o período letivo e realização dos registros de acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. Pelo Portal o docente registra a frequência, as atividades realizadas com as turmas, e lança os resultados finais. No AVA e por meio de outros recursos tecnológicos os professores podem entrar em contato com a turma e enviar material de apoio à aprendizagem.

Os gestores (Coordenadores) acessam o sistema e possuem permissões para consulta às informações acadêmicas do Curso para análise e validação de diferentes processos acadêmicos como o aproveitamento de disciplinas, análise de proficiência, revisão de notas, entre outros.

Funcionários administrativos lotados na Secretaria Acadêmica, no Atende ou áreas estratégicas da instituição também têm acesso às ferramentas e relatórios do Sistema, conforme perfil, para consulta de dados, orientação aos discentes e andamento de

processos acadêmicos, sempre orientados pelas diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## **2. Apoio e atenção ao discente**

A proposta institucional da Universidade Católica de Brasília visa proporcionar ao discente a atenção e o apoio necessários ao acesso a uma trajetória acadêmica de aprendizado representada numa formação profissional integral e ética. Para tanto reforça seu compromisso com práticas educacionais e assistenciais que fomentam o acolhimento, a inclusão, o cuidado e o humanismo solidário. As atividades configuradas para promoção da inclusão e atenção aos discentes visam ainda o fortalecimento de redes, pessoais e institucionais, de forma a fomentar a qualidade das relações interpessoais e coletivas para além do espaço universitário.

Para isso a UCB investe na configuração e funcionamento do Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica – NIOP, estruturado para oferecer a experiência da vivência acadêmica de forma produtiva e interativa, proporcionando a formação integral dos estudantes.

O Núcleo está estruturado para a oferta de ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes que identificam desafios de natureza psicopedagógica, proporcionando espaços coletivos e/ou individuais para atividades de orientação pedagógica e reorientação profissional, que visam contribuir para um melhor aproveitamento acadêmico.

As atividades do Núcleo estão organizadas e direcionadas de forma a proporcionar uma rotina de avaliação, acompanhamento e enfrentamento de possíveis dificuldades que se apresentem ao processo de ensino-aprendizagem, em especial ocorrências que comprometam ou inviabilizem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a serem desenvolvidas na formação discente.

O Núcleo oferece ainda uma atenção diferenciada e proporcional aos estudantes que, em situação de deficiência e/ou vulnerabilidade necessitam de estratégias específicas de acessibilidade, seja esta de natureza comunicacional, metodológica, digital, instrumental, etc.

O Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, e visa com isso ofertar atividades e serviços de atenção e acompanhamento de discentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente suas dificuldades, em especial as de natureza acadêmica. A partir da identificação e mapeamento de situações que podem comprometer e/ou impossibilitar o processo de ensino-aprendizagem é possível traçar estratégias de intervenção e acompanhamento que possam assegurar o desenvolvimento profissional e pessoal discente, assim como qualificar as práticas docentes.

As ações executadas no contexto do NIOP podem se configurar em atividades individuais ou coletivas de apoio e orientação psicopedagógicas, assim como atividades de

promoção de saúde e de fortalecimento das práticas educacionais, como a realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, intervenções psicossociais, dentre outros. Tais atividades têm por objetivo a melhoria do desempenho acadêmico, social e emocional da comunidade acadêmica em geral, podendo contar para isso com membros da comunidade acadêmica mediante articulações institucionais assim como com parcerias externas.

Considerando ainda que o apoio discente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, exige a articulação com os docentes responsáveis pelo acolhimento a tais estudantes, o NIOP tem ainda como finalidade a oferta de suporte e assessoria ao corpo docente em práticas pedagógicas inclusivas. Esse suporte pode ser ofertado por meio de orientações e sugestões de estratégias de adequações pedagógicas, com a finalidade de acompanhar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

A Universidade Católica de Brasília reforça seu compromisso com a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade ao estabelecer, conforme previsto na Lei 13.146/2015, que os projetos pedagógicos dos diversos cursos contemplem de forma institucional a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento, representado nos diferentes serviços ofertados pelo Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica, visa organizar e proporcionar as adaptações necessárias para atendimento dos discentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional diferenciada, de forma a garantir “o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL, 2015).

Cumprir registrar que as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Núcleo junto aos diferentes setores da Universidade são configuradas a partir do entendimento e definição da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura que “*pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas*”.

Sendo assim, toda a proposta de acompanhamento e adaptações razoáveis e necessárias é configurada pela equipe do Núcleo, em parceria com os respectivos discentes, de forma a assegurar sua participação ativa em todo o processo, reforçando com isso a necessidade do fomento a sua autonomia e participação ativa. Nesse sentido, o Núcleo trabalha em prol das necessidades e recursos identificados pela equipe multidisciplinar juntamente com o discente, sendo as estratégias periodicamente reavaliadas a partir dos resultados, assim como desafios encontrados.

O objetivo inicial do Núcleo é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos em todas as atividades que compõem o seu processo de ensino aprendizagem. É imprescindível como estratégia de fomento à autonomia que a própria pessoa com deficiência, neste caso o discente, indique o que é relevante para a acessibilidade com base

em sua experiência. A razoabilidade das adaptações necessárias deve estar diretamente vinculada ao atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, é importante que as ações do NIOF visem assegurar estratégias e serviços que ofereçam condições de acessibilidade considerando o princípio da acessibilidade como as ações que garantam a igualdade de direitos e a equidade de oportunidade às pessoas com deficiência. Para tanto é fundamental que as ações de acessibilidade contemplem os seguintes aspectos:

- acessibilidade instrumental: tem por objetivo assegurar o acesso aos diferentes recursos de tecnologia assistiva considerando a avaliação prévia das necessidades de cada discente acompanhado pelo Núcleo. A utilização de tais recursos assistivos, assim como das adaptações necessárias visam tão somente reduzir ao máximo as dificuldades de acesso a ferramentas e instrumentos de estudo, trabalho e interação sociocultural para o discente no contexto da rotina acadêmica;

- acessibilidade metodológica: as intervenções e o suporte ofertados aos docentes em suas respectivas práticas pedagógicas visam garantir esse tipo de acessibilidade aos discentes, considerando a necessidade de adaptação de metodologias de ensino, práticas laborais e atividades comunitárias, de forma a assegurar a participação ativa e formativa de todos os discentes envolvidos em cada componente curricular;

- acessibilidade digital: sempre que necessário e conforme o princípio da razoabilidade, a instituição têm por responsabilidade viabilizar o acesso dos discentes aos recursos e ferramentas tecnológicas e físicas e que envolvam o uso de equipamentos, seja proporcionando as adaptações necessárias e/ou oferecendo alternativas compatíveis;

- acessibilidade atitudinal: inclui ações de fomento à diversidade e à inclusão como estratégias de enfrentamento de atitudes estereotipadas e preconceituosas que possam comprometer a qualidade das interações interpessoais e institucionais no contexto da vida acadêmica dos discentes em geral. A qualidade da vida acadêmica está diretamente relacionada a um ambiente institucional que fomente a solidariedade, a fraternidade e a comunhão entre os diferentes.

- acessibilidade comunicacional: apoio à implementação de ações que utilizem e reforcem diferentes estratégias de fomento à comunicação, com o uso de linguagens diversificadas, claras e acessíveis. Tais ações favorecem o acesso às informações compartilhadas, assim como a interação com as mesmas e a devida contribuição para a formação integral de todos os membros da comunidade acadêmica.

- acessibilidade arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.

- acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma

como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Dentre as várias ações de acessibilidade desenvolvidas no âmbito do NIOP é possível identificar: a organização e preparação da infraestrutura logística e física junto aos demais setores e serviços da Universidade, de forma a assegurar e disponibilizar o apoio necessário quando de ações específicas, bem como promover conhecimentos sobre acessibilidade.

A adequação curricular deverá ser produzida de forma individual a partir da configuração e avaliação das necessidades educacionais diferenciadas, apresentadas pelo estudante e em consonância com a avaliação da equipe técnica do NIOP, da participação de docentes e Coordenação do respectivo Curso ao qual o estudante esteja vinculado, e dos recursos institucionais disponíveis.

Em linhas gerais, a adequação a ser proposta e organizada pelo NIOP com os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas deverá contemplar duas grandes referências, entendendo que as adequações se caracterizam como respostas educacionais de enfrentamento às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes. Podem ser caracterizadas com adequações pontuais e transitórias aplicadas a situações cotidianas do cenário universitário, ou exigir recursos diferenciados e/ou de longo alcance frente a dificuldades mais intensas e persistentes.

Em linhas gerais os objetivos da adequação curricular devem compreender um processo de “planificação pedagógica” (BRASIL, 2003) a partir da avaliação conjunta da equipe técnica com os estudantes e os respectivos docentes e coordenações de curso de forma a conjuntamente definirem claramente:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- a identificação das formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o estudante.

Os pontos de partida para essa avaliação e conseqüente proposição das adequações curriculares necessárias serão: o Projeto Pedagógico do respectivo curso ao qual o estudante está vinculado, assim como as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação profissional correspondente. As adequações curriculares deverão ser propostas e operacionalizadas a partir da interação entre as necessidades do estudante e os recursos e possibilidades institucionais disponíveis e indicadas pela equipe técnica do NIOP. Essa adequação pode ser progressiva e regular tendo como finalidade o favorecimento da promoção de autonomia e independência do estudante frente ao seu processo de aprendizagem e a sua formação profissional.

Cumprê destacar que as ações de inclusão e atenção ao discente realizadas pelo Núcleo visam contemplar os discentes durante toda a sua trajetória acadêmica. O

acompanhamento deve ser feito durante todo curso, mediante a formalização do cadastro discente junto ao NIOP e a apresentação de laudo/relatório médico atualizado (com validade de 1 ano, exceto em casos de deficiências sensoriais e físicas).

A partir do cadastro formal do discente junto ao Núcleo os respectivos Coordenadores(as) e docentes que acompanham semestralmente os discentes em seus cursos e disciplinas são informados sobre as necessidades educacionais desses estudantes. O informe visa orientar e acompanhar os docentes na necessidade de adequação e adaptação de suas respectivas práticas pedagógicas de tal forma a assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

É fundamental que estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação e fomento às diferentes ações de acessibilidade citadas sejam realizadas com a regularidade necessária para garantir a qualidade nos serviços prestados, e/ou os ajustes necessários. Reforçando sempre que possível a necessidade do desenvolvimento da consciência inclusiva na Universidade e para além dela.

Além do NIOP, a UCB disponibiliza para a comunidade acadêmica outros serviços que visam acolher, e dar apoio e atenção ao discente de maneira a viabilizar uma vida acadêmica que lhe permita explorar todo seu potencial, e cujo foco seja de fato a formação integral desse estudante.

A própria concepção pedagógica dos cursos contribui para que o estudante receba toda a atenção de que necessita logo ao chegar à Universidade. Os componentes curriculares nos primeiros semestres trazem em sua gênese a proposta de que o estudante será acolhido em um contexto diferenciado de estudo, que é a Educação Superior e, dessa forma, terá uma visão do que é Universidade e condições de compreender os sentidos da formação acadêmica, ambientando no espaço da Universidade e conhecendo as melhores práticas de comunicação no meio acadêmico.

O estudante é, ainda, estimulado a participar de eventos internos e externos e de projetos de pesquisa e/ou extensão que irão compor sua formação acadêmica como componente curricular, tendo carga horária reconhecida para a integralização de seu curso. Eventos e atividades acadêmicas de relevância são divulgados pelos cursos a seus estudantes, bem como as possibilidades de intercâmbio.

No que tange ao processo de intercâmbio, os cursos contam com o apoio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem como missão estimular o processo de internacionalização da Universidade Católica de Brasília. O estudante participante de tais programas é beneficiado com a isenção de taxas escolares durante sua permanência no exterior. Outro instrumento de estímulo para a participação dos estudantes em ações de mobilidade internacional é a oferta de bolsas de estudo em parceria com instituições conveniadas à UCB.

A UCB conta também com o Projeto de Relacionamento Estudantil (PRELEST) tem por objetivo contribuir para a articulação e formação política e cidadã dos estudantes, em uma perspectiva de fortalecer o movimento estudantil na UCB, através de projetos de formação, de espaço de diálogo e reflexão sobre as questões fundamentais que envolvem a Educação Superior e a Universidade, tendo em vista uma educação de qualidade e o protagonismo juvenil. O PRELEST apoia e acompanha as ações das entidades estudantis: Centros e Diretórios Acadêmicos, Ligas Acadêmicas e Associações Atléticas. A Pró-Reitoria Acadêmica e os cursos são responsáveis pelo suporte às ações de mobilização e representação estudantil.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos tratam dos interesses; apresentam e discutem ideias; reúnem os estudantes; solucionam problemas; reivindicam direitos, realizam acolhimentos aos calouros e podem promover eventos em parceria com a coordenação dos cursos.

As Ligas Acadêmicas são constituídas por meio de grupos de estudantes com interesse acadêmico comum que se reúnem para realizar atividades práticas e teóricas sobre um Tema ou Unidade Curricular do curso de origem, sob supervisão de um ou mais docentes da UCB. As ações consistem em criar grupos de estudos; organizar e ofertar palestras, minicursos e ações solidárias, em consonância com a coordenação dos cursos.

Outra modalidade de agremiações são as Associações Esportivas, conhecidas por Atléticas, formadas por grupos de estudantes atletas, organizadas por curso ou universidade, sob a liderança da Liga Geral da UCB. A Liga Geral tem o objetivo de acompanhar, orientar e o apoiar às associações atléticas da UCB nas atividades esportivas e encaminhamentos às autoridades. Já as Atléticas fomentam o esporte no âmbito dos cursos e da Universidade, promovem a participação dos estudantes em jogos universitários e selecionam equipes de diversas modalidades.

Todos os cursos de Graduação da UCB elegem representantes de semestre, buscando promover a escuta ativa dos seus estudantes. A representação de semestre é exercida, única e exclusivamente, em ambientes acadêmicos da UCB. A UCB destaca de modo específico, as seguintes contribuições da função de representante de semestre:

- I - permitir a participação do corpo discente, de maneira mais intensa, no processo acadêmico;
- II - viabilizar a representação dos alunos junto à Coordenação de Curso e aos outros setores da UCB, por delegação do coordenador;
- III - ampliar e facilitar a comunicação entre o corpo discente e os docentes, coordenação e direção.

Em relação ao acompanhamento de egressos, a Universidade Católica de Brasília segue os princípios de relacionamento continuado e de parceria pedagógica estratégica. O princípio de relacionamento continuado (PRC) refere-se ao postulado de que o

acompanhamento dos egressos é apenas uma das etapas de um processo ou sistema de relacionamentos da Instituição. Esse processo ou sistema inicia-se ainda antes da entrada do estudante na UCB, na parceria entre Escolas de Educação Básica e os Cursos. A segunda etapa dá-se quando da passagem do estudante pela instituição. A terceira consiste na oferta de serviço de apoio dado especificamente aos estudantes da Graduação, atendendo às especificidades de cada um deles. Por fim, a última etapa do processo de relacionamento continuado consiste no acompanhamento dos egressos, por meio da manutenção de vínculo com a Universidade.

O princípio de Parceria Pedagógica Estratégica (PPE) é referente ao postulado de que o protagonismo do estudante (preconizado pelos fundamentos das metodologias de aprendizagem ativa) não é interrompido ou finalizado com a cerimônia de colação de grau. Na UCB, os egressos são concebidos e tratados como um rico cabedal de conhecimentos sobre a Universidade e seus cursos, sobre o mercado de trabalho e as demandas da sociedade, e sobre os diferentes setores da economia nos quais os egressos estão diretamente inseridos e atuando.

Pelas razões acima, o capital de conhecimento dos egressos é tido na UCB como insumo fundamental para retroalimentar o seu sistema de ensino e de aprendizagem e para o repensar de suas práticas didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão. Desse modo, os egressos são vistos não como “ex-estudantes”. Para muito além disso, são tidos como “parceiros” privilegiados da Instituição, a qual beneficiam e por meio da qual são beneficiados.

A operacionalização da política de acompanhamento de egressos dos cursos de Graduação da UCB se dá por meio de quatro canais ou ferramentas, como encontros e participação de Egressos e Concluintes em atividades dos Cursos. Os encontros e a participação de Egressos em atividades dos cursos são estimulados institucionalmente, promovendo entre os estudantes do curso a divulgação e a troca de experiência com profissionais egressos de destaque no mercado de trabalho, por um lado, e fortalecendo o vínculo e favorecendo a formação continuada, por outro.

Outro serviço de apoio que merece destaque é a Ouvidoria, uma instância de constante diálogo com a comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando para soluções as manifestações desta. Cabe à Ouvidoria administrar com independência, imparcialidade e autonomia toda a demanda do setor, dialogando constantemente com os demais gestores, tanto da área acadêmica quanto da administrativa e outros agentes externos na busca de respostas e soluções às questões que lhe são formuladas.

### 3. Políticas de inclusão e de acessibilidade

Segundo a legislação brasileira, o termo acessibilidade é definido como “possibilidade e condição de alcance para utilização, como segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência” (BRASIL, 1994).

A partir dessa definição, pode-se considerar que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a seus usuários. Sabe-se que a dificuldade de acesso não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez e lactantes.

Semestralmente, são verificadas as condições de acessibilidade dos espaços de uso e passagens de áreas livres da UCB, seguindo orientações das normas de acessibilidade NBR 90/50. Isso contribui para que os setores específicos que cuidam da infraestrutura façam a manutenção adequada das rotas de passagens da pessoa com deficiência física, por exemplo, ou para a verificação e ajuste de qualquer barreira nas edificações e mobiliário.

A Universidade Católica de Brasília atende aos critérios de acessibilidade especificados na Portaria Federal Nº 3.284/2003 e do Decreto 6581/08, possibilitando ao estudante, ao colaborador e ao público com deficiência, autonomia nos espaços de aprendizagem, de atendimento ao público e nas demais áreas do espaço acadêmico.

Em atendimento a essa demanda por inclusão e permanência de seus estudantes, a UCB oferece inúmeras ações, criando as condições para que todos usufruam em plenitude de todas as oportunidades de aprendizagem e formação. Os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013, p. 36-39) apresentam um quadro síntese com o espectro de acessibilidade, sua definição e prática/exemplos relacionados às IES, o qual reproduzimos abaixo, indicando as ações realizadas institucionalmente para atender aos requisitos legais previstos no documento em epígrafe:

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
<b>Acessibilidade atitudinal</b>	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	<p>A UCB investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, e em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais.</p> <p>Há uma evidente preocupação institucional com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		<p>prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas.</p> <p>Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em as palestras abertas ao público interno e externo contam com intérpretes de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes.</p> <p>A UCB também atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência.</p>
<b>Acessibilidade arquitetônica</b>	<p>Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.</p>	<p>O espaço físico da UCB foi projetado para atender a diferentes necessidades de sua comunidade acadêmica, contando com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- rampas de acesso em vários pontos da área externa da Universidade e, na área interna dos edifícios, rampas ou elevadores, possibilitando a circulação;</li> <li>- vagas nos estacionamentos próximas às rampas e porta de acesso aos blocos, que permitem o embarque e desembarque de pessoas em condição de mobilidade reduzida;</li> <li>- adaptações dos banheiros estão de acordo com as exigências arquitetônicas de acessibilidade. Há adaptações nas bancadas (lavabos), algumas portas são de estilo sanfonadas (PVC), o que permite o acesso de cadeiras de rodas; as barras de apoio encontram-se fixadas à parede; o vaso sanitário é de modelo comum com altura adaptada; e há espaço condizente para locomoção das cadeiras de rodas;</li> <li>- existem bebedouros adaptados na área de circulação interna e telefones públicos em todos os blocos e uma unidade de telefone público próprio para deficientes auditivos (TDD);</li> <li>- há também mobiliário adaptado nas salas de aula.</li> </ul>
<b>Acessibilidade pedagógica</b>	<p>Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.</p>	<p>Os estudantes da UCB com deficiências são encaminhados atendidos e recebem a apoio e orientação inclusiva realizada por profissionais, contando com tratamento acolhedor e especializado. A eles são disponibilizados: acesso a <i>Softwares</i> que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; ledores e transcritores; entre serviços e apoios outros.</p> <p>Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante, criando uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem.</p> <p>O atendimento inclusivo na UCB desenvolveu materiais informativos e orientações específicas ao docente que recebe em sua turma o estudante com deficiência, além de desenvolver oficinas e atividades formativas que são realizadas nas semanas e jornadas pedagógicas realizadas semestralmente.</p> <p>Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente acerca do processo de adaptação curricular e do atendimento aos estudantes com deficiência e distúrbios de aprendizagem.</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
<b>Acessibilidade Programática</b>	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).	<p>A UCB promove processos de sensibilização como a inclusão componentes curriculares específicos institucionais para a formação dos estudantes, como: LIBRAS e outras unidades curriculares de formação geral e humanística, além de diferentes ações que tratam do respeito à diversidade, às relações étnico-raciais e de gênero, etc.</p> <p>Ademais, promove recorrentemente eventos de conscientização e informação sobre as temáticas da inclusão e os direitos que vão sendo paulatinamente agregados a essa população. Cuida ainda dos estudantes que chegam com dificuldades advindas da formação precária ao ofertar como mecanismos de nivelamento, e monitorias.</p>
<b>Acessibilidade nas comunicações</b>	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	<p>A UCB conta com a presença de intérpretes e letores na sala de aula, em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.</p> <p>Investe na acessibilidade às formas digitais de comunicação com a comunidade interna e externa.</p>
<b>Acessibilidade digital</b>	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	<p>A UCB promove todas as condições para que os recursos digitais para facilitar a aprendizagem do estudante sejam disponibilizados de forma fácil e rápida.</p> <p>No portal da UCB, evidenciam-se as condições de acessibilidade visual, como aumento de fonte, alteração de cor. Os estudantes também recebem suporte técnico para utilização plena dos recursos digitais no AVA, os quais são adaptados de acordo com a necessidade e realidade do estudante.</p> <p>Para os estudantes com deficiência visual, os recursos oferecidos são: <i>scanner</i> acoplado ao computador, régua de leitura, kit de escrita Braille com prancheta, reglete, punção e folhas Braille; digitalização de textos; leitor e transcritor; impressão em Braille em parceria com a Biblioteca Braille de Taguatinga – Dorina Nowill.</p> <p>Está ainda disponível, no Sistema de Biblioteca da UCB, o total geral de 203 exemplares em Braille (coleções de livros, periódicos e folhetos). Em audiolivros, são 144 gerais de títulos e 198 exemplares.</p>

Como se pode constatar, a UCB, em conformidade com os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (2013, p. 5), contribui efetivamente para “materializar os princípios da inclusão educacional que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes”.

## 4. Gestão do curso

### 4.1 Perfil da Coordenação de curso

O delineamento atual do PPI da UCB conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas.

A coordenadora de curso realiza a gestão do funcionamento do curso sob a sua coordenação, respondendo pela construção e ou atualização do Projeto Pedagógico do Curso, como pela sua implementação, bem como pela representatividade dos órgãos colegiados (NDE e colegiado de curso). É responsável pela articulação, pelo desempenho dos professores e pela qualidade da aprendizagem dos alunos, com a finalidade de concretizar todos os objetivos e metas definidas para o curso. Realiza, também, a gestão dos colaboradores que atuam diretamente sob a sua coordenação, coordenando, supervisionando e acompanhando o desempenho de cada um com a finalidade de alcançar os resultados propostos, promovendo o crescimento do curso e o bom ambiente de trabalho. O Coordenador de Curso responde pelo cumprimento de todas as questões legais referentes ao curso sob a sua coordenação, atendendo à legislação vigente e às normas da Instituição. É responsável pela gestão dos processos acadêmicos, responsabilizando-se pelas deliberações, encaminhamento e resolução. Favorece o processo de trabalho em equipe, buscando a integração com todos os setores com os quais tem ligação funcional. E, ainda, responde por todas as atividades que tenham como finalidade a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para consolidar a imagem do curso sob a sua coordenação. Cabe ao coordenador monitorar os indicadores de desempenho do curso para promover ajustes e melhorias necessárias para alcançar os objetivos, perfis e metas.

O perfil do coordenador do curso está contemplado no PPC do curso como um gestor que, para além de acompanhar, atua de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas (docentes, discentes e colaboradores administrativos), no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. Este gestor é também o principal mediador das relações interinstitucionais do curso com os cenários conveniados.

A coordenadora de curso atua no planejamento, avaliação e estruturação do PPC, construído e reformulado coletivamente, centrado no estudante como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo atividades humanísticas e estimulando a aprendizagem ativa. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A atuação do coordenador está de acordo com o PPC, atende à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores,

é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas.

O coordenador do curso possui regime de tempo integral, permitindo a gestão contínua das demandas da gestão do curso, nas atividades docentes e discentes, com projetos e planos de ação documentados para o funcionamento do curso com metas e indicadores de desempenho.

O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral e permite o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Há Atas e as portarias de nomeação da coordenadora de curso como presidente do NDE e do Colegiado, evidenciando assim a sua representatividade em órgãos colegiados.

O Curso operacionaliza um planejamento anual, que segue uma metodologia específica institucional, de atividades pedagógicas, acadêmicas e administrativas, com previsão orçamentária própria. Este planejamento compreende um conjunto de plano de ação alinhado aos objetivos do curso e do perfil do egresso, bem como aos objetivos de sua escola superior e os objetivos estratégicos institucionais. Para a confecção de todos os Planos de ação, há indicadores de conformidade aos relatórios emanados das pesquisas da CPA, com vista a melhoria contínua dos serviços ofertados à comunidade acadêmico-administrativa.

O Colegiado do Curso está regularmente constituído e realiza reuniões periodicamente para discutir e aprovar as questões que exigem a sua participação. Participam de sua composição três representantes do Corpo Docente; um representante do corpo discente e o Coordenador do Curso, que preside o órgão. Esse órgão discute e delibera para a comunidade acadêmica demandas relacionadas aos processos acadêmicos e administrativos do Curso Superior. A renovação do Colegiado do Curso ocorre sempre que necessário, em conformidade com o Regimento Interno. Todas as reuniões são registradas em atas que estão arquivadas na Coordenação do Curso.

O colegiado atua, está institucionalizado, possui representatividade dos segmentos, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

Deste modo, o Colegiado de Curso realiza, no mínimo, 02 (duas) reuniões ordinárias durante o semestre letivo. Participam como membros do Colegiado os docentes com mais tempo de permanência no Curso e discentes com relevante representatividade dos pares. Todas as reuniões estão devidamente registradas em atas, que estão arquivadas na Coordenação do Curso e demonstram a representatividade dos segmentos, a periodicidades das reuniões/encontros e o encaminhamento das deliberações. Insta salientar que as deliberações do colegiado são emanadas do NDE, dos relatórios da CPA, como das reuniões com docentes, discentes do curso.

#### **4.2 Processos de avaliação interna e externa do curso**

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação Institucional, a avaliação do curso de Medicina da UCB é periódica e continuamente avaliado por meio dos instrumentos internos (avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Sistema Interno de Avaliação do Estudante - SIAE) e pelas avaliações externas (avaliações do MEC)

A Avaliação Institucional na UCB realiza-se mediante a articulação dos seguintes processos:

a) avaliação externa: compreende as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou outros órgãos e contempla, entre outras, a avaliação da Instituição, as avaliações de curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

b) autoavaliação: compreende os processos avaliativos realizados pela própria UCB e inclui a análise dos relatórios gerados pelas avaliações externas. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que define a metodologia, os procedimentos e os objetivos dos processos avaliativos, bem como constrói e avalia a proposta da autoavaliação.

A autoavaliação dos cursos de graduação presenciais é realizada semestralmente via processo eletrônico e aberta aos estudantes e docentes dos cursos.

O objetivo é subsidiar a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem e dos recursos e métodos didático- pedagógicos. Os instrumentos de autoavaliação são analisados e organizados pela CPA e avaliam as seguintes dimensões: o componente curricular; as estratégias de ensino; as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a atuação da coordenação de curso. Os instrumentos são elaborados de forma que o preenchimento seja facilmente realizado e possibilite resposta rápida.

Também compõem a autoavaliação dos cursos de graduação:

- os aspectos relacionados à Instituição, como a infraestrutura física, os serviços oferecidos e prestados, a comunicação institucional, entre outros. Eles são analisados permanentemente por meio do formulário da Avaliação de Serviços e

Infraestrutura no site da UCB, possibilitando aos estudantes, professores e técnico-administrativos o envio de sugestões, elogios e críticas durante todo o ano, agilizando a resolução de eventuais problemas identificados;

- a Pesquisa de Satisfação, aplicada a cada dois anos e que verifica a satisfação dos estudantes;
- a Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos no curso verifica a contribuição da UCB na formação e trajetória profissional dos diplomados.

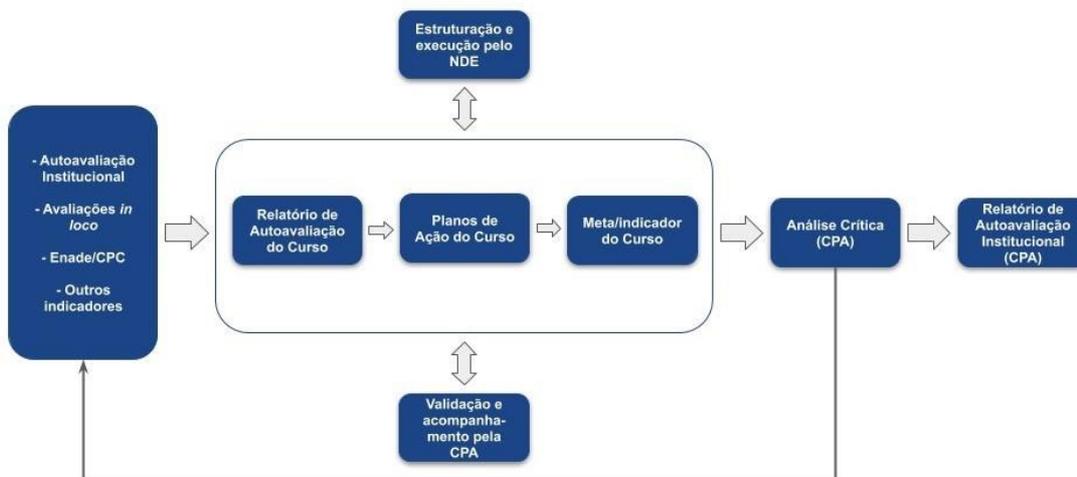
Os instrumentos de avaliação são aplicados com o apoio técnico-operacional do setor de Avaliação e Regulação, com acompanhamento da CPA. Os estudantes são estimulados a participar e são informados sobre os períodos de avaliação por meio de campanhas. A participação no processo é democrática e voluntária.

A partir do resultado dessas avaliações a coordenação do curso decide que ações promover, juntamente com o NDE, de modo a resolver todas as necessidades apontadas. Além disso, o coordenador do curso mantém abertos diversos canais que possibilitam o diálogo com os estudantes, professores e funcionários administrativos. Em cada turma são apontados dois representantes discentes que se comunicam diretamente com a coordenação do curso e o NDE. Entre os professores, é escolhido também aquele que representará duas turmas, para que faça a interlocução dos demais professores daquelas turmas com a coordenação. Em acréscimo, reuniões periódicas com o NDE, Colegiado e Centro Acadêmico balizam a relação dialógica que a coordenação do curso tanto preza. Finalmente, há a opção de contato direto dos estudantes e professores— seja pessoalmente ou por meio virtual – com o coordenador do curso ou a assessoria pedagógica.

Como resultado dos processos de avaliação externa e da autoavaliação são elaborados planos de ação a serem implementados visando à qualificação e ao aperfeiçoamento contínuo do curso e da qualidade dos serviços prestados pela UCB. Nas reuniões do Conselho de Curso em que estão presentes representantes dos discentes é apresentado o planejamento para atendimento das sugestões ou demandas oriundas dos processos avaliativos.

Da autoavaliação dos cursos resulta o Relatório de Autoavaliação Institucional, redigido pela CPA e enviado eletronicamente ao Ministério da Educação de acordo com as regulamentações vigentes. A figura 15 demonstra o fluxo de análise dos resultados das avaliações.

FIGURA 15 – Fluxo de análise dos resultados das avaliações



A divulgação dos resultados dos processos de avaliação é realizada por meio da página da Avaliação Institucional no *site* da UCB; em notícias no *site* da UCB e nas redes sociais; em reuniões periódicas entre a Reitoria e a comunidade discente; e em reuniões semestrais da Reitoria com representantes de turma; entre outros.

A atuação do coordenador de curso é avaliada permanentemente. A coordenadora possui portaria de nomeação. Há planos de ação documentados para o funcionamento das rotinas e do planejamento anual do curso com base em metas e indicadores de desempenho. O coordenador deve ser um líder reconhecido na área de conhecimento do curso, “motivador” de professores e alunos e o representante do seu curso. - Ademais, o coordenador deve ser o responsável pela indicação da aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do Curso, pelo estímulo e controle da frequência docente e discente; pela indicação da contratação de docentes e pela indicação da demissão deles. Deste modo, o Coordenador de Curso deve compreender que sua imagem está diretamente relacionada ao Curso que coordena e que, portanto, a sua relação com todos estes atores citados deve ser respeitosa e bem produtiva. Dessa maneira, a atuação do Coordenador de Curso considera a gestão de todos os processos relacionados ao curso, a amistosa e comprometida relação com os professores e discentes do curso, bem como a sua liderança e representatividade no Colegiado e NDE do Curso.

## 5. Colegiado do Curso e Perfil do Núcleo Docente Estruturante

O Colegiado de Curso corresponde a um fórum que tem por finalidade promover a racionalização e a otimização dos procedimentos pedagógicos e administrativos, por meio da discussão e deliberação sobre assuntos referentes ao cumprimento da missão, visão de futuro e valores da UCB, bem como do cumprimento das propostas constantes no PPC.

O Colegiado do Curso é um órgão representativo de caráter consultivo cuja composição e critérios de representatividade são definidos por cada curso.

No Curso Superior de m, o Colegiado de Curso é formado por:

- docentes vinculados ao curso;
- representantes do corpo discente;
- representante do corpo técnico-administrativo.

Compete ao Colegiado de Curso assessorar a Coordenação do curso na administração dos assuntos acadêmicos, bem como encaminhar à Coordenação do curso assuntos de ordem ética e disciplinar no âmbito do curso. O Colegiado do curso se reúne, ordinariamente semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação do curso ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos seus membros.

O NDE está implantado e sua composição segue os critérios da Resolução CONAES 1/2010, com Portarias de composição. As ações do NDE estão registradas em Atas que comprovam o seu papel na concepção e atualização do PPC. O Regimento NDE prevê a permanência de parte dos seus membros, atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. (Resolução CONAES n. 01/2010, art.1). O PPC passa por avaliações do NDE, tendo como ponto de partida os relatórios anuais da Comissão Própria de Avaliação, que contempla os resultados da avaliação institucional, os relatórios do Sistema Interno de Avaliação do

Estudante (SIAE), do último ENADE e das visitas in loco de avaliadores do INEP. Estas informações e dados subsidiam as reuniões do NDE para reavaliação do Projeto e de sua aderência com o mercado de trabalho e o marco legal vigente. Os critérios para a constituição do NDE, seu papel, função e atuação estão descritos no Regulamento Geral da Graduação.

De acordo com o artigo 8º da resolução 053/2016 CONSEPE da UCB, são atribuições do NDE:

I. Cuidar da qualidade pedagógica do curso por meio:

a) da análise dos Instrumentos de Avaliação interna e externa;

b) do apoio aos processos de avaliação institucionais;

c) do acompanhamento, da sensibilização e da mobilização dos estudantes para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);

d) da análise das avaliações realizadas e, conseqüente, elaboração de relatório e plano de ação que deve ser encaminhado à Comissão Própria de Avaliação (CPA);

e) do acompanhamento e da discussão de estratégias de atenção e orientação da aprendizagem de estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou com deficiências que necessitem de adaptação curricular;

f) do acompanhamento e intervenção nos processos relacionados à evasão e repetência;

g) da discussão e revisão periódica da proposta formativa do curso e de seu PPC;

h) de outros procedimentos que se reconheça necessário.

II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da Pós-Graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O NDE contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zela pela integração curricular interdisciplinar; indica formas de incentivo à pesquisa e extensão; e, sobretudo, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas ao Curso. O NDE do Curso é constituído por membros do corpo docente com relevante experiência no magistério superior, com formação acadêmica na área de Tecnologia com vasto tempo de permanência e atuação neste Curso Superior e com participação ativa no desenvolvimento do Curso.

## 6. Perfil do Corpo docente

O corpo docente da UCB é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos:

- conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos;
- estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução;
- valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas;
- manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem;
- utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania;
- dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações;
- dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O perfil docente descrito confere homogeneidade e identidade ao curso, mantendo-se coerente com o perfil do educador descrito no PPI. Homogeneidade, contudo, não implica ausência de diversidade. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes experiências profissionais e acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O corpo docente do Curso de Medicina Veterinária é formado por especialistas, mestres e doutores. A Universidade Católica de Brasília fomenta os seus grupos de estudo e de pesquisa, bem como viabiliza a produção científica e comunicação científica com publicações em diferentes canais de comunicação. Nas unidades curriculares, há articulação entre ensino, extensão e pesquisa de ponta.

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

O corpo docente deve estar comprometido com a aprendizagem do estudante, a partir do respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal. Assumir a sua função no processo pedagógico, qual seja, desempenhar a orientação da aprendizagem do estudante, tendo clareza como se aprende, como se facilita o aprendizado e como se avalia o caminho percorrido pelo estudante.

O docente da Universidade Católica de Brasília é incentivado a adaptar-se às novas tecnologias e aplicá-las na educação. Acima de tudo, o educador da UCB tem caráter de permanente pesquisador acerca das novas tendências referentes à sua área de atuação, buscando sempre a geração e disseminação do conhecimento adquirido e aliando-o à realidade da Universidade Católica de Brasília.

Os docentes entregam semestralmente planos de ensino que permitem ajustar o conteúdo dos componentes curriculares de acordo com as necessidades da atuação profissional e nivelamento dos discentes, com objetivo de aprimorar o raciocínio clínico e visão crítica. Nestes, indicam sugestões de leitura para discussão nos encontros presenciais, relacionando o objetivo de cada encontro com atuação profissional que o egresso exercerá. Estes planos são avaliados por assessoria pedagógica do curso, que conjuntamente com cada docente atualiza e otimiza os planos para aprimorar a prática docente e oferecer ao discente conhecimento e metodologias atualizadas para sua prática profissional futura.

Diversos professores pertencem a grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, são orientadores de ligas acadêmicas e orientam monitores, incentivando a realização de produção em congressos e em revistas científicas.

A Universidade Católica de Brasília prima pela contratação de docentes com pós-graduação stricto sensu, na medida em que um percurso formativo com ênfase na pesquisa, tem a capacidade de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. A perspectiva de uma titulação adequada visa também constituir um corpo docente que seja capaz de articular os conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso, com a formatação de um plano de ensino inovador, que dote o discente de uma consciência crítica e investigativa. Dessa maneira, a IES percebe em seu corpo docente a capacidade de potencializar a qualidade sua prática e busca por meio da participação nas atividades promovidas pelo estímulo à formação continuada e outras iniciativas próprias que buscam o desenvolvimento da professoralidade. A IES é consciente de que o professor é um dos principais contribuintes no sucesso de seus alunos e sabe de seu papel na formação e na qualificação do seu

principal agente. Deste modo, o corpo docente do Projeção é um dos referenciais de qualidade da instituição. A indissociabilidade das políticas de ensino, pesquisa e extensão, aliada à qualificação acadêmica dos professores, e à sua competência técnica e política para o magistério superior, constituem-se a base para a oferta de serviços educacionais de excelência.

## **7. Regime de trabalho do corpo docente do curso**

O corpo docente do Curso de Medicina Veterinária é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos: conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos; estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução; valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem, e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas; manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem; utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que esses processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania; dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações; dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

O corpo docente registra sua proposta de atividade no Plano de Ensino que contempla didática, cronograma de encontros presenciais/remotos, avaliação, competências a serem desenvolvidas. O corpo docente registra as notas e as atividades individuais realizadas em

pauta eletrônica. A liberação da pauta pela coordenação, bem como do professor depende do correto preenchimento deste documento. Portanto, é de extrema importância o acompanhamento da frequência e lançamento das notas dos alunos, preenchendo pontualmente os diários de classe, evitando desgastantes futuros com correções e pedidos de revisão após o término do semestre.

## **8. Experiência profissional do docente**

O corpo docente possui atividade profissional ativa no mercado de trabalho, proporcionando ao discente raciocínio integrado da teoria com a prática médica, com discussões de situações clínicas atualizadas e condutas interdisciplinares. Essa atuação no mercado de trabalho favorece a atualização do perfil do egresso de acordo com as exigências profissionais de cada área de atuação. A diversidade de cenários de práticas oferecidos aos estudantes, aliada ao fato de que vários destes cenários tem docentes do curso como responsáveis, permite a contextualização dos problemas práticos da atuação do profissional.

O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

Observando as orientações do Ministério da Educação, além da preferência por professores com titulação mínima de Mestre e considerável experiência docente no magistério superior, a IES também considera o tempo de experiência profissional nas demais organizações ligadas à área de aderência. O papel do docente hoje é muito mais do que ser mediador, é também o de oportunizar o saber e a sua produção. Acredita-se, portanto, que a vivência profissional deste docente o auxiliará a mediar o conhecimento considerando os meios de comunicação de massa que oportunizam, de forma veloz, o acesso dos alunos à informação. O corpo docente do Curso possui, portanto, vasta e relevante experiência profissional, compreende muito bem o mercado profissional público e privado, e, deste modo, relaciona os conteúdos dos componentes curriculares em sala de aula com o mundo do trabalho. Os docentes têm experiência profissional (excluída as atividades do magistério superior) superior a 5 anos. Entende-se que este período de experiência é necessário para que o docente possa agregar ao conteúdo curricular sua experiência profissional com exemplos práticos e contextualizado, de modo que o acadêmico, além de ter seu potencial de aprendizagem alavancado, possa ter uma apresentação do que o aguarda no mercado de trabalho.

## **9. Experiência no exercício da docência superior**

O corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

O corpo docente do Curso possui vasta e relevante experiência no magistério superior, compreende muito bem o ambiente acadêmico, o processo de ensino e aprendizagem e a sua importância na formação de novos profissionais e/ou pesquisadores. O curso possui docentes com experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 (três) anos.

## **10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica**

O corpo docente do Curso realiza publicações em seminários, colóquios, eventos acadêmicos e científicos participando com artigos, resenhas, ensaios em revistas de instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como participando de corpo editorial e grupos de pesquisa. Além disso, atua em produções artístico-tecnológicas do campo comunicacional, contribuindo para o incremento do saber à prática profissional. Desta forma, a produção do corpo docente é plural e compreende vários tipos de produções, conforme as definidas pelo CNPq, tais como: artigos, livros, capítulos de livros, material didático, recurso didático, apresentações artísticas e culturais, etc. Pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 9 produções nos últimos 3 anos.

## **11. Formação Continuada Docente**

A formação continuada docente na UCB tem privilegiado a reflexão e a problematização da prática docente a partir de sua articulação com o PPI e com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), fomentando o planejamento do ensino com foco na aprendizagem ativa e no protagonismo do estudante. Assim, convidamos nossos professores a assumirem a prática docente como objeto de sua curiosidade, questionando-a e reelaborando-a permanentemente na busca de sua qualificação. Este movimento de ação-reflexão-ação, por sua vez, se dá tanto no âmbito individual, da prática de cada professor, quanto no âmbito coletivo, através da promoção de espaços de colaboração e socialização de boas práticas e de experiências exitosas.

## Objetivo Geral

Realizar um processo formativo que valorize a atualização e o aprimoramento contínuo da prática docente, buscando garantir a qualidade e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela UCB.

## Específicos

- a. Promover a articulação do planejamento docente com o PPI e com o PPC, compatibilizando as concepções de aprendizagem no desenvolvimento do perfil de egresso;
- b. Fomentar os professores ao desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas docentes, tendo a aprendizagem ativa como foco do planejamento das atividades de ensino;
- c. Estimular os professores ao questionamento e à elaboração do fazer docente;
- d. Incentivar o uso de tecnologias educativas como facilitadoras do processo de aprendizagem;
- e. Estimular a interação entre professores, a partir da reflexão, discussão e socialização das práticas docentes;
- f. Promover a reflexão sobre a prática docente, reconhecendo os desafios da educação superior, e a realidade como complexa e marcada pela diversidade;
- g. Favorecer a articulação entre o contexto pedagógico e a avaliação contínua do desempenho discente e docente;
- h. Estimular os professores no engajamento pela transformação da sociedade, por meio de suas práticas educativas.

O Plano de Formação Continuada Docente se organiza a partir de 03 (três) eixos:

- Reflexão sobre a prática: a partir do fazer concreto dos professores nos diferentes espaços de aprendizagem, refletir sobre como percebem a própria atuação e promover a busca por diferentes soluções para os desafios do cotidiano educativo.
- Atualização, qualificação e aperfeiçoamento: realização de estudos, discussão e vivências que promovam a adoção de novas práticas, por meio da socialização de conhecimentos e experiências positivas, inspirando novas reflexões e práticas que respondam de forma mais efetiva aos desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes espaços de aprendizagem.
- Elaboração e reelaboração das práticas docentes: adoção efetiva de novas práticas alinhadas ao perfil docente delineado no PPI, e que promovam a autoria, a autonomia e o protagonismo discente na construção da aprendizagem ativa e significativa.

Para efetivação e articulação desses eixos são desenvolvidas diferentes ações:

- a. Acolhida docente: realizada no início de cada semestre e que tem como propósito mobilizar, despertar a reflexão e inspirar novas práticas aos professores;
- b. Reuniões docentes: realizadas ao longo do semestre e que objetivam o debate e a troca de experiências entre os docentes;
- c. Oficinas e formações: realizadas principalmente no início e final de cada semestre, tem como propósito a atualização, a qualificação e o aprofundamento de conhecimentos didático-pedagógicos;
- d. Orientações e debate em espaço virtual docente, disponível permanentemente, onde podem ser acessados documentos institucionais, como o Guia de Orientação para a Docência Centrada na Aprendizagem Ativa e a utilização de ferramentas de tecnologia para a facilitação da aprendizagem.

As atividades de formação continuada são realizadas especialmente nos períodos destinados às atividades pedagógicas e de formação docentes, previstas no Calendário Acadêmico. Ao longo de todo ano ainda são organizadas e ofertadas atividades de formação continuada de acordo com as demandas e necessidades identificadas juntos aos Cursos, considerando o interesse, as necessidades e a disponibilidade dos docentes.

### **Resultados Esperados:**

- Reflexão crítica contínua acerca da prática docente frente aos desafios da Educação Superior no Brasil;
- Percepção da prática docente como fundamento essencial do processo de construção do perfil de egresso do curso e da UCB;
- Articulação e alinhamento entre as práticas docentes, o PPI e o PPC;
- Utilização crítica e consciente de metodologias de aprendizagem ativa;
- Difusão e uso de tecnologias educativas por professores e estudantes;
- Melhoria das práticas docentes, verificadas pela avaliação institucional, e da aprendizagem discente, observada nas avaliações internas e externas.

A formação docente também participa do processo de acolhida e adaptação do docente recém-contratado. A Coordenação Acadêmica disponibiliza aos docentes um espaço de interação, troca de experiências e formação on-line no ambiente virtual de aprendizagem.

Além das Oficinas e Formações já realizadas para o público docente, com foco nas atividades de ensino, são ofertadas ainda formações específicas para docentes em funções de Gestão (Coordenadores de Curso e Assessores) e NDEs. Estas formações têm como temáticas especiais: Planejamento Estratégico, Planejamento e Acompanhamento do trabalho docente (PPC e Plano de Ensino); Acompanhamento e Avaliação de Cursos

(Avaliações internas e externas), Avaliação da aprendizagem e relatórios ENADE e Tecnologias aplicadas à Gestão Acadêmica.

## **12. Corpo técnico-administrativo**

Entende-se que o corpo técnico e administrativo da UCB é parte integrante e fundamental na consolidação dos objetivos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UCB. Assim, o perfil desse funcionário relaciona-se com:

- criação de uma responsabilidade coletiva, partilhada com todos os atores do processo de formação, por meio da colaboração;
- compromisso com o desenvolvimento profissional para o bom desempenho das suas atividades na UCB;
- compromisso com a sustentabilidade e conservação do patrimônio da UCB e dos recursos físicos sob sua responsabilidade;
- cuidado no trato e encaminhamento dos processos e trâmites documentais, fornecendo e divulgando informações pertinentes, com respeito ao sigilo e privacidade exigidos.

A UCB oferece regularmente cursos que visam à contínua formação de seus funcionários.

## **13. Política de atendimento ao docente e ao corpo técnico-administrativo**

O cuidado, o respeito, a valorização e o acolhimento são aspectos centrais nas relações humanas, pessoais, profissionais e acadêmicas no âmbito da Universidade. A comunidade acadêmica, de forma geral, e seus educadores - docentes e técnico-administrativos, de forma especial, zelam pela construção e manutenção de um ambiente amistoso e acolhedor, onde as relações se estabeleçam de forma afetuosa. Esta perspectiva deve inspirar todos os processos, os procedimentos e as comunicações que se estabelecem e se desenvolvem na UCB.

Neste sentido, diferentes espaços de acolhimento, escuta e apoio foram instituídos na universidade e servem para a melhoria permanente do clima organizacional, bem como da promoção e qualificação dos processos educativos que se realizam na UCB. No que diz respeito ao corpo docente, a Pró-Reitoria Acadêmica é o eixo deste processo, zelando pelas políticas de atenção e valorização do corpo docente. Já o corpo técnico-administrativo encontra na Pró-Reitoria Administrativa as diretrizes e ações de promoção do cuidado e da melhoria do ambiente de trabalho e de valorização das pessoas.

São instâncias importantes neste processo: os gestores em seus diferentes níveis, a Coordenação de Pastoral, a Ouvidoria, a Comissão Disciplinar, os serviços de atendimento e apoio à comunidade acadêmica e a Coordenação de Recursos Humanos, como

articuladora das políticas institucionais voltadas para os educadores (docentes e administrativos).

Em nível macro, todos os educadores da UCB são assistidos e orientados pelas políticas institucionais da Mantenedora que, amparadas nos valores cristãos e nos carismas de seus santos fundadores, apresentam à comunidade acadêmica os parâmetros que regem suas relações e seus processos. Exemplos importantes destes parâmetros podem ser encontrados na política de contratação e dispensa de colaboradores, no código de conduta ética, na política de segurança da informação e na política de incentivo à qualificação.

- **Política de Contratação e Dispensa dos Colaboradores**

Objetivos: Incentivar processos e soluções justos, eficientes e equitativos, de acordo com a legislação vigente para os conflitos decorrentes de relações de trabalho relacionadas com a contratação e dispensa de colaboradores; apoiar os gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para a contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa de colaboradores sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e com as convenções sindicais que regulam esse tema; definir as diretrizes para a realização de contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa sejam realizadas de forma transparente, ética, justa, segura, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

- **Código de Conduta Ética**

Objetivos: Fortalecer a cultura ética da Organização, elevando o nível de confiança, respeito e solidariedade em todas as suas relações internas e externas; administrar, prevenindo, reduzindo ou eliminando conflitos de interesse entre pessoas e grupos ou áreas da instituição; servir de referência na avaliação de eventuais violações das Normas do Código de Conduta Ética; preservar a imagem e a reputação da instituição ante as comunidades na quais atua.

- **Política de Segurança da Informação**

Objetivos: Assegurar a proteção de nossas informações e nossos sistemas de informação incluindo-se, mas não se limitando a: computadores, dispositivos móveis, equipamentos de rede, software e dados; e a mitigação de riscos associados com o roubo, perda, mau uso ou dado aos nossos sistemas; fornecer um ambiente de trabalho e sistemas de informação protegidos e seguros para colaboradores, alunos e quaisquer outros usuários autorizados; assegurar que todos os nossos usuários autorizados compreendam e cumpram esta política e quaisquer outras políticas, normas, procedimentos relacionados, e também trabalhem de acordo as melhores práticas; certificar que todos os usuários compreendam suas próprias responsabilidades para proteger a confidencialidade e a integridade dos dados que eles acessam; proteger nossa organização de uma eventual responsabilização ou de eventuais danos sobre o uso indevido de suas informações, sistemas de informação e recursos de TI; responder às demandas legais e institucionais sobre o assunto e iniciar um ciclo de melhoria contínua dos mecanismos de governança.

- Política de Incentivo à Qualificação

Objetivos: Manter elevados padrões de desempenho no trabalho; melhorar a compreensão dos fatores que afetam o desempenho no trabalho; compartilhar ideias e divulgar boas práticas; melhorar a efetividade da gestão e a implementação de mudanças efetivas; construir equipes capazes e eficazes; aumentar a motivação e a satisfação dos colaboradores para o trabalho; facilitar o desenvolvimento profissional dos colaboradores; apoiar gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para o incentivo à qualificação dos colaboradores; assegurar que cada indivíduo seja encorajado a desenvolver seu potencial pessoal e profissional; assegurar que a aprendizagem ao longo da vida seja apoiada e incentivada para todos os colaboradores; proteger a instituição de eventuais litígios, sanções, responsabilizações ou eventuais inconformidades, ilegalidades decorrentes de eventuais incentivos à qualificação de colaboradores sem a observação da legislação e das normas em vigor; definir as diretrizes para a realização de incentivo à qualificação; assegurar que os incentivos à qualificação sejam realizados de forma transparente, ética, justa, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

Todos estes documentos se fundamentam numa perspectiva qualificada e humanizadora, atenta aos aspectos individuais e coletivos na defesa dos valores cristãos e na consecução de uma gestão acadêmica justa, transparente, coerente e eficaz.

A Coordenação de Recursos Humanos, em consonância com os princípios institucionais, tem como principal objetivo oferecer atendimento e encaminhamento de cunho trabalhista aos colaboradores do corpo técnico-administrativo e corpo docente, assim bem como, no desenvolvimento profissional.

Releva notar a obtenção do selo Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar), um indicador de gestão de pessoas em uma dada organização, obtido a partir de uma pesquisa com os colaboradores, para avaliar uma série de critérios relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional e gestão de pessoas.

Em 2022 as Unidades de Missão da UBEC participaram da pesquisa, onde foram avaliadas as seguintes dimensões:

Dimensões	Como elas atuam no ambiente de trabalho
<b>Credibilidade</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação informativa e acessível</li> <li>• Competência na condução de pessoas e negócios</li> <li>• Integridade e consistência na condução da visão</li> </ul>
<b>Respeito</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento em decisões relevantes</li> <li>• Reconhecimento</li> <li>• Apoio para desenvolvimento profissional</li> </ul>
<b>Imparcialidade</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equidade e equilíbrio no reconhecimento</li> <li>• Ausência de favoritismo</li> <li>• Justiça no tratamento</li> </ul>
<b>Orgulho</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orgulho do trabalho realizado individualmente</li> <li>• Orgulho do trabalho realizado coletivamente</li> <li>• Orgulho da imagem e atuação da empresa na comunidade e mercado</li> </ul>
<b>Camaradagem</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço para ser espontâneo</li> <li>• Ambiente amigável e hospitaleiro</li> <li>• Sentimento de "família" ou "equipe"</li> </ul>

Cada dimensão foi avaliada a partir das visões da empresa e de área. A Visão da Empresa (VE) representa a percepção dos colaboradores em relação à empresa como um todo. Já a Visão da Área (VA) corresponde à área de trabalho e ao gestor imediato.

Os resultados da pesquisa apontam que 80% (oitenta por cento) dos funcionários reconhecem o Grupo UBEC como um ótimo lugar para trabalhar.



**UNIAO BRASILEIRA  
DE EDUCACAO  
CATOLICA**

Atualizado em novembro de 2022.



dos funcionários dizem que este é um ótimo lugar para trabalhar

## IV. INFRAESTRUTURA

### 1. Instalações gerais

A instituição reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes espaços acadêmicos e extrapola o ambiente da sala de aula tradicional. Entretanto, não há como negar que, na atualidade, a sala de aula ainda se revela um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para atender a comunidade universitária, a sala de aula dos tempos modernos precisa incorporar elementos de conforto ambiental e de modernização, a exemplo de equipamentos e ferramentas tecnológicas tais como recursos audiovisuais, internet, entre outros. Esses elementos viabilizam a utilização de novas metodologias de ensino e imprimem uma nova dinâmica às aulas, motivam estudantes e professores e elevam a qualidade do ensino.

A UCB tem 18 blocos de edifícios, 5 auditórios, 2 ginásios, 2 bibliotecas e espaços que permitem a formação integral de acordo com o perfil do egresso de seus cursos, conta com 160 laboratórios, sendo que destes, 61 são de uso comum e 99 de uso específico e continua o seu projeto de expansão, inovação, alta tecnologia agregada ao ensino de qualidade com os novos espaços:

- **Laboratório Colaborativo de Ideias (Colabid)**, em que parte do conceito co-working para se situar como um ambiente voltado para o desenvolvimento de processos criativos;

- **Startup Católica**, uma sala que acolhe empresas selecionadas pelo programa de pré-aceleração que ajuda no amadurecimento dos projetos e na sua transformação em negócios;

- **Laboratório de Empreendedorismo**, novo espaço de conhecimento, ensino e pesquisa da Universidade em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

- **Laboratório de Nanobiotecnologia**, um dos mais importantes e completos do Brasil (em construção).

A **Seção de Laboratórios de Informática (SLAB)** oferece aos alunos e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de Informática, instalados nos Câmpus Taguatinga. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade:

- disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de monografias, trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet;
- apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais;
- oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes.

Das 04 salas públicas, uma é preparada e equipada exclusivamente para os estudantes dos cursos de Tecnologia de Informação que encontram neste espaço todas as características e *softwares* específicos do seu curso.

Os outros 17 laboratórios são destinados ao desenvolvimento das aulas, utilizados pelos mais diversos cursos, conforme descrição a seguir:

LABORATÓRIOS	ESPECÍFICO			LOCALI- ZAÇÃO	ÁREA (M <sup>2</sup> )	CAPACI- DADE
	FG/B	FP/E	PP/PSC			
Laboratório de rede de computadores		X		C103	77	30
Laboratório de Informática – Perícia Digital		x		B007	74	35
Laboratório de Informática	X	X		A013	52	27
Laboratório de Informática	X	X		B106	78	35
Laboratório de Informática	X	X		B107	78	34
Laboratório de Informática	X	X		C102	77	35
Laboratório de Informática	X	X		R01A	80	40
Laboratório de Informática	x	x		R01B	80	36
Laboratório de Informática	x	x		K033	40	21
Laboratório de Informática	x	x		K134	54	27
Laboratório de Informática	x	x		K261	54	21
Laboratório de Informática	x	x		M107	93	54
Laboratório de Informática	x	x		M108	80	44
Laboratório de Informática	x	x		M109	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M110	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M111	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M113	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M114	80	44

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, também demanda laboratórios bem equipados que respondam à pluralidade e às especificidades dos cursos oferecidos pela instituição no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, bem como a implantação de ações de inovação técnico-científica.

A Universidade, a partir de uma perspectiva de crescimento e atualização constantes, exige um contínuo redimensionamento da sua estrutura física, particularmente dos espaços de aprendizagem, de investigação e de cultura. Nesse sentido, a reorganização e a ampliação de espaços obedecem necessariamente a um projeto arquitetônico institucional, respeitando as diretrizes de mobilidade e acessibilidade, a harmonia das suas edificações, a criação de espaços acolhedores, as finalidades acadêmicas, e de conservação. Entre as inovações presentes, destacamos as salas de aula inovativas.

### Recursos audiovisuais e multimídia

A Universidade dispõe de equipamentos audiovisuais tais como projetores, tela interativa, máquina fotográfica, filmadora, DVD e equipamentos de som para atender a demanda de professores e estudantes da instituição.

## 2. Espaços físicos utilizados para o desenvolvimento do curso

A Universidade Católica de Brasília conta com ampla estrutura física. Neste contexto, o curso dispõe de salas de aula com microcomputadores ligados à internet, recursos multimídia como data show e caixas de som, além de quadro branco.

Os estudantes também contam com auditórios nos quais são realizadas atividades das disciplinas e eventos científicos, que vão desde palestras com profissionais convidados externos à instituição a eventos científicos, amplamente incentivados pela instituição.

Além destes, o curso usufrui dos seguintes espaços:

- Sala de professores e sala de reuniões

A Universidade Católica de Brasília dispõe de quatro salas de professores, uma em cada um dos blocos: Prédio São João Batista de La Salle – Bloco Central (sala B108); Prédio São Gaspar Bertoni – Bloco M (sala M112); Prédio São Marcelino Champagnat – Bloco K (sala K241); Prédio Papa Francisco – Bloco S (sala S212). Atendem adequadamente aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade, instalações sanitárias e comodidades necessárias às atividades desenvolvidas. A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

Em todas as salas de professores existem gabinetes de trabalho para uso coletivo dos docentes com os seguintes equipamentos/mobiliário: computadores; recursos de software; internet; scanner; impressoras; armários do tipo escaninho, com chave, para que o professor possa guardar objetos pessoais com segurança; mesa e sofás que, para além de permitir o desenvolvimento do trabalho docente, favorece o descanso e a convivência entre os professores, permitindo assim uma maior integração entre os pares. Os professores contam também com armários de uso pessoal, com chave.

- Gabinetes de trabalho para docentes de tempo integral:

Em todas as salas de professores, existem gabinetes de trabalho para uso dos professores, com computadores e recursos de software e internet, além de espaços propícios a pequenas reuniões. Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Os espaços de trabalho para os docentes com regime de trabalho integral são disponibilizados de acordo com a natureza e atividades desenvolvidas, com mesa específica, computador, impressora, telefones e demais materiais necessários para o pleno exercício de suas atividades. Sendo possível o desenvolvimento de forma adequada do planejamento didático-pedagógico, com atendimento de discentes, com privacidade e segurança que se fazem necessárias para um bom andamento do processo acadêmico.

- Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.

O curso possui um espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e também para atender

o estudante individualmente, além de computador recursos de software, internet e impressora. O curso possui dois espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e também para atender o estudante individualmente, além de computador recursos de software, internet e impressora. Uma sala fica localizada dentro da clinica veterinaria e outra no bloco S. O espaço de trabalho para a coordenação e curso permite o atendimento a grupos de estudantes com privacidade. Conta com climatização e iluminação adequada, além de limpeza e condições confortáveis de trabalho. A infraestrutura física e lógica da sala da coordenação de curso permite formas distintas de trabalho, com uso de recursos tecnológicos inovadores e de análise de dados.

- Salas de aula

A UCB dispõe atualmente de 129 salas de aula, equipadas com projetor, equipamento de som, computador com monitor e acesso à internet, 04 destas salas possuem projetor com tela interativa, e todas possuem mesas para os professores, cadeiras estofadas e sistema de ventilação ou ar-condicionado. A quantidade de salas atende a demanda de oferta dos componente curriculares dos cursos. Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza chromebooks para uso individual dos estudantes. Todas as salas são identificadas e possuem acessibilidade arquitetônica. Há cadeiras para pessoas canhotas, obesas e anãs. A Universidade conta também com salas inovativas que permitem várias configurações flexíveis de ambientes, possibilitando a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa. Nessas salas há cadeiras e mobiliário que podem ser deslocados criando ambientes diferentes, mais de uma tela para projeção em vários locais da sala e quadro interativo. Ressalta-se que há manutenção periódica do mobiliário.

- Salas inovativas

Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza chromebooks para uso individual dos estudantes.

- Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. A Seção de Laboratórios de Informática – SLAB oferece aos estudantes e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de Informática. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade: disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet; apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais; oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes. A Universidade rotineiramente avalia e atualiza a qualidade de todos os equipamentos de informática, estando atualmente disponíveis em todos os computadores o sistema operacional Windows. Além dos laboratórios, a Universidade disponibiliza rede de acesso à internet wi-fi em todos o campus, permitindo a estudantes, professores e colaboradores técnico-administrativos acesso à rede livremente e a qualquer tempo. Os Laboratórios de Informática supracitados são utilizados pelos professores do curso de Medicina Veterinária para aulas, simulações e avaliações, sendo necessária a reserva prévia do espaço junto ao setor competente.

### **3. Laboratórios didáticos e ambientes de formação básica e específica do Curso de Medicina Veterinária**

Os laboratórios citados a seguir foram equipados com mobiliário adequado, bem como recebem a necessária manutenção de iluminação e ventilação:

Laboratório de Química Orgânica  
Bloco "M" 301  
Área: 96,93 m<sup>2</sup>

Laboratório de Biologia Celular e Molecular  
Bloco "M" 326  
Área: 123,03 m<sup>2</sup>

Laboratórios de Microscopia  
Localização: Bloco "M" salas 311 e 312  
Área: 120,65 m<sup>2</sup>

Laboratório de Histologia e Embriologia

Localização: Bloco "M" sala 328

Área: 70,92 m<sup>2</sup>

Laboratório de Histopatologia

Localização: Bloco "S" salas 202 e 203

Área: 141,76 m<sup>2</sup>

Laboratório de Parasitologia

Localização: Bloco "M" sala 122

Área: 79,39 m<sup>2</sup>

Laboratório de Imunogerontologia

Localização: Bloco "M" sala 224

Área: 71,10 m<sup>2</sup>

Laboratório de Microbiologia

Localização: Bloco "M" salas 123 e 124

Área: 150,07 m<sup>2</sup>

Laboratórios para o estudo anatômico - Os laboratórios de Anatomia Humana encontram-se distribuídos em uma área de, aproximadamente, 600,00 m<sup>2</sup> e constituem-se em espaços apropriados para o ensino e para pesquisas anatômicas:

Museu de Anatomia

Localização: Bloco "M" 313

Área: 62,37 m<sup>2</sup>

Salas Teórico-Práticas de Anatomia

Localização: Bloco "M" 315/316

Área: 70,65 m<sup>2</sup> e 57,83 m<sup>2</sup>, respectivamente

Laboratório Anatômico Descritivo

Localização: Bloco "M" 317

Área: 70,63 m<sup>2</sup>

Laboratório Anatômico Clínico

Localização: Bloco "M" 318

Área: 64,35 m<sup>2</sup>

Laboratório Anatômico Topográfico

Localização: Bloco "M" 319

Área: 52,20 m<sup>2</sup>

Laboratório de Anatomia Funcional

Localização: Bloco "M" 320

Área: 61,20 m<sup>2</sup>

Laboratório de Anatomia Radiológica

Localização: Bloco "M" 322

Área: 43,92 m<sup>2</sup>

Laboratório de Técnicas Anatômicas

Localização: Bloco "M" 323/324

Área: 66,40 m<sup>2</sup>

Laboratório de Osteotécnicas

Localização: Bloco "M" 325

Área: 26,55 m<sup>2</sup>

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB.

O Curso de Medicina Veterinária respeita a capacidade de cada laboratório em relação ao número de alunos nas aulas práticas, uma vez que, nessas, os professores prestam um atendimento mais individualizado aos estudantes, facilitado pela participação de estudantes monitores.

A UCB preocupa-se em garantir a segurança das pessoas que constituem a comunidade interna e externa à Universidade, cumprindo os preceitos legais sobre o tema, bem como a segurança e proteção ambiental no espaço interno e externo à Instituição. Assim, foram regulados os procedimentos de segurança na utilização dos Espaços de Aprendizagem Prático-Profissionais (EAPs). Todos os usuários dos laboratórios (professores, técnicos e alunos) utilizam obrigatoriamente os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de acordo com a especificidade do Laboratório. Os extintores de incêndio são conferidos e recarregados (se necessário) a cada semestre, de acordo com as normas técnicas correspondentes. Chuveiros e lava-olhos são averiguados e sua água é trocada semanalmente. Todas as capelas e bancadas são limpas, os lixeiros conferidos quanto a inexistência de luvas, rejeitos de reações ou vidraria quebrada após o término de cada aula prática.

Da mesma forma, a Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos

por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

Outra preocupação da UCB refere-se à comodidade e acessibilidade para seus usuários, com especial atenção para as pessoas com deficiência. Todos os prédios da Instituição dispõem de acesso específico, seja por rampas ou elevadores, desde a via pública à sala de aula. Os prédios possuem também banheiros adaptados, vagas específicas nos estacionamentos e sinalização de acordo com a NBR9050.

A Universidade prima pela atualização dos equipamentos a fim de garantir a quantidade, tipos de equipamentos; as condições de uso são adequadas e atendem às exigências de formação da área básica. As atualizações e aquisições de novos equipamentos, vidrarias e reagentes, bem como qualquer outra melhoria no espaço físico (consertos, ampliações, reformas, etc.) ocorrem em conformidade com o planejamento anual da instituição (orçamento). Este planejamento vem ocorrendo há vários anos e nele são contemplados todos os gastos necessários para atender a demanda do curso de Medicina e dos demais cursos que utilizam os laboratórios. Com o objetivo de fortalecer tal processo, a UCB trabalha de forma colegiada entre a coordenação do curso, Gerências e Pró-Reitorias Acadêmica e de Administração com vista a priorizar os melhores investimentos para seus cursos.

### **3.1 Laboratórios didáticos de formação básica**

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almojarifado Central da UCB.

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas mediadas.

Com o intuito de favorecer o ambiente universitário de diálogo e convívio entre futuros profissionais, a UCB oferta disciplinas comuns, entendendo que esse é um caminho importante para a formação do egresso, uma vez que estimula a atuação interdisciplinar e

multiprofissional, preconizadas pelas diretrizes curriculares nacionais. Os espaços de aprendizagem comuns aos cursos são os laboratórios de anatomia, biologia celular, biologia molecular, histologia, imunologia, microbiologia, microscopia, parasitologia, patologia e química. Todos esses ambientes são bem equipados e atendem às particularidades da área, nos quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o suporte técnico às atividades práticas nesses espaços é realizado por profissionais habilitados.

Laboratório de Química Orgânica  
Bloco "M" 301  
Área: 96,93 m<sup>2</sup>

Laboratório de Biologia Celular e Molecular  
Bloco "M" 326  
Área: 123,03 m<sup>2</sup>

Laboratórios de Microscopia  
Localização: Bloco "M" salas 311 e 312  
Área: 120,65 m<sup>2</sup>

Laboratório de Histologia e Embriologia  
Localização: Bloco "M" sala 328  
Área: 70,92 m<sup>2</sup>

Laboratório de Histopatologia  
Localização: Bloco "S" salas 202 e 203  
Área: 141,76 m<sup>2</sup>

Laboratório de Parasitologia  
Localização: Bloco "M" sala 122  
Área: 79,39 m<sup>2</sup>

Laboratório de Imunogerontologia  
Localização: Bloco "M" sala 224  
Área: 71,10 m<sup>2</sup>

Laboratório de Microbiologia  
Localização: Bloco "M" salas 123 e 124  
Área: 150,07 m<sup>2</sup>

Os laboratórios são coordenados por uma área específica da Universidade, que gerencia administrativamente esses espaços de aprendizagem, visando à aquisição de equipamentos e reagentes necessários ao funcionamento adequado das aulas práticas das disciplinas atendidas, bem como o acompanhamento dos profissionais que desempenham atividades de suporte técnico. Cabe destacar ainda que, nos laboratórios nos quais a Agência Nacional de Vigilância Sanitária solicita um colaborador responsável técnico, essa exigência é obedecida.

**LABORATÓRIOS DE ANATOMIA VETERINÁRIA:** Os laboratórios de Anatomia Veterinária atendem aos estudantes de disciplinas e atividades extraclasse. Esses espaços apresentam um acervo adequado de peças veterinárias, bem como um excelente acervo de peças sintéticas de diversas espécies animais. Nas aulas, as peças anatômicas são expostas em bancadas adequadas, e grupos de estudantes se revezam para observar as principais estruturas do corpo dos animais domésticos, com a orientação do professor.

**LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR:** O laboratório de Biologia Celular e Molecular, além de ser utilizado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, está adequadamente equipado para atender a aulas práticas de disciplinas. Os equipamentos desse laboratório possibilitam a espectrofotometria, cultura e transformação bacteriana, extração, purificação e caracterização de proteínas, extração de DNA e proteínas e amplificação de regiões específicas de DNA de diferentes genomas via reação em cadeia da polimerase (PCR), testes sorológicos, dentre outros. Nesses espaços as aulas acontecem em grupos, que realizam as atividades práticas com orientação do docente.

**LABORATÓRIOS DE MICROSCOPIA:** Os laboratórios de Microscopia compreendem o laboratório de Histologia e Embriologia, laboratório Multidisciplinar e laboratório de Histopatologia. Nesses ambientes são desenvolvidas as aulas práticas de disciplinas que contemplam conteúdos de histologia, embriologia e patologia. Estão equipados com microscópios para uso individual, sistema de captação de imagem microscópica, laminário histológico e histopatológico. Além disso, para o estudo anatomopatológico, os laboratórios de microscopia e histopatologia disponibilizam peças anatômicas com processos patológicos, alguns dos quais são raros, representando, portanto, uma oportunidade de aprendizado.

**LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E HIGIENE DOS ALIMENTOS:** No laboratório de Microbiologia e Higiene de Alimentos acontecem as atividades práticas que contemplam o conteúdo de microbiologia. Nesses espaços grupos de estudantes realizam as atividades práticas com orientação do professor. Durante as aulas práticas, os estudantes aprendem sobre as principais características relacionadas à classificação dos microrganismos, fatores relacionados ao crescimento microbiano, dentre outros.

**LABORATÓRIOS DE QUÍMICA:** Nos laboratórios de química da UCB são desenvolvidas as atividades práticas de disciplinas de Biologia Celular e Molecular. Esses espaços estão adequadamente equipados para a realização de práticas de Bioquímica, realizada nessas disciplinas.

**LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA:** No laboratório de Parasitologia acontecem as aulas práticas da disciplina Mecanismos de Lesão e Reparo. Esse ambiente apresenta microscópios binoculares, lupas estereoscópicas binoculares, lâminas parasitológicas permanentes, além de equipamentos e materiais adequados ao preparo de lâminas a fresco. Durante as aulas práticas, são realizados estudos da identificação e diagnóstico parasitológico, genético e imunológico.

**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA:** A Seção de Laboratórios de Informática – SLAB oferece aos estudantes e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica, disponibilizando uma estrutura de 27 (vinte e sete) Laboratórios de Informática.

A Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

### **3.2 Laboratórios didáticos de formação específica**

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB. Todos os laboratórios têm regulamentos, normas de uso, procedimentos operacionais padrão e mapa de riscos.

Museu de Anatomia

Localização: Bloco "M" 313

Área: 62,37 m<sup>2</sup>

Salas Teórico-Práticas de Anatomia

Localização: Bloco "M" 315/316

Área: 70,65 m<sup>2</sup> e 57,83 m<sup>2</sup>, respectivamente

Laboratório Anatômico Descritivo

Localização: Bloco "M" 317

Área: 70,63 m<sup>2</sup>

Laboratório Anatômico Clínico

Localização: Bloco "M" 318

Área: 64,35 m<sup>2</sup>

Laboratório Anatômico Topográfico

Localização: Bloco "M" 319

Área: 52,20 m<sup>2</sup>

Laboratório de Anatomia Funcional

Localização: Bloco "M" 320

Área: 61,20 m<sup>2</sup>

Laboratório de Anatomia Radiológica

Localização: Bloco "M" 322  
Área: 43,92 m<sup>2</sup>

Laboratório de Técnicas Anatômicas  
Localização: Bloco "M" 323/324  
Área: 66,40 m<sup>2</sup>

Laboratório de Osteotécnicas  
Localização: Bloco "M" 325  
Área: 26,55 m<sup>2</sup>

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas mediadas.

Com o intuito de favorecer o ambiente universitário de diálogo e convívio entre futuros profissionais, a UCB oferta disciplinas comuns, entendendo que esse é um caminho importante para a formação do egresso, uma vez que estimula a atuação interdisciplinar e multiprofissional, preconizadas pelas diretrizes curriculares nacionais. Os espaços de aprendizagem comuns aos cursos são os laboratórios de anatomia, biologia celular, biologia molecular, histologia, imunologia, microbiologia, microscopia, parasitologia, patologia e química. Todos esses ambientes são bem equipados e atendem às particularidades da área, nos quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o suporte técnico às atividades práticas nesses espaços é realizado por profissionais habilitados.

Os laboratórios são coordenados por uma área específica da Universidade, que gerencia administrativamente esses espaços de aprendizagem, visando à aquisição de equipamentos e reagentes necessários ao funcionamento adequado das aulas práticas das disciplinas atendidas, bem como o acompanhamento dos profissionais que desempenham atividades de suporte técnico. Cabe destacar ainda que, nos laboratórios nos quais a Agência Nacional de Vigilância Sanitária solicita um colaborador responsável técnico, essa exigência é obedecida.

**LABORATÓRIOS DE ANATOMIA VETERINÁRIA:** Os laboratórios de Anatomia Veterinária atendem aos estudantes de disciplinas e atividades extraclasse. Esses espaços apresentam um acervo adequado de peças veterinárias, bem como um excelente acervo de peças sintéticas de diversas espécies animais. Nas aulas, as peças anatômicas são

expostas em bancadas adequadas, e grupos de estudantes se revezam para observar as principais estruturas do corpo dos animais domésticos, com a orientação do professor.

**LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR:** O laboratório de Biologia Celular e Molecular, além de ser utilizado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, está adequadamente equipado para atender a aulas práticas de disciplinas. Os equipamentos desse laboratório possibilitam a espectrofotometria, cultura e transformação bacteriana, extração, purificação e caracterização de proteínas, extração de DNA e proteínas e amplificação de regiões específicas de DNA de diferentes genomas via reação em cadeia da polimerase (PCR), testes sorológicos, dentre outros. Nesses espaços as aulas acontecem em grupos, que realizam as atividades práticas com orientação do docente.

**LABORATÓRIOS DE MICROSCOPIA:** Os laboratórios de Microscopia compreendem o laboratório de Histologia e Embriologia, laboratório Multidisciplinar e laboratório de Histopatologia. Nesses ambientes são desenvolvidas as aulas práticas de disciplinas que contemplam conteúdos de histologia, embriologia e patologia. Estão equipados com microscópios para uso individual, sistema de captação de imagem microscópica, laminário histológico e histopatológico. Além disso, para o estudo anatomopatológico, os laboratórios de microscopia e histopatologia disponibilizam peças anatômicas com processos patológicos, alguns dos quais são raros, representando, portanto, uma oportunidade de aprendizado.

**LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E HIGIENE DOS ALIMENTOS:** No laboratório de Microbiologia e Higiene de Alimentos acontecem as atividades práticas que contemplam o conteúdo de microbiologia. Nesses espaços grupos de estudantes realizam as atividades práticas com orientação do professor. Durante as aulas práticas, os estudantes aprendem sobre as principais características relacionadas à classificação dos microrganismos, fatores relacionados ao crescimento microbiano, dentre outros.

**LABORATÓRIOS DE QUÍMICA:** Nos laboratórios de química da UCB são desenvolvidas as atividades práticas de disciplinas de Biologia Celular e Molecular. Esses espaços estão adequadamente equipados para a realização de práticas de Bioquímica, realizada nessas disciplinas.

**LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA:** No laboratório de Parasitologia acontecem as aulas práticas da disciplina Mecanismos de Lesão e Reparo. Esse ambiente apresenta microscópios binoculares, lupas estereoscópicas binoculares, lâminas parasitológicas permanentes, além de equipamentos e materiais adequados ao preparo de lâminas a fresco. Durante as aulas práticas, são realizados estudos da identificação e diagnóstico parasitológico, genético e imunológico.

A Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover

a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

### **3.3 Laboratórios de ensino para a área de saúde**

Os laboratórios de ensino para a área de saúde configuram espaços específicos e multidisciplinares, em conformidade com as DCN, que permitem a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida, atendem ao PPC, possuem recursos e insumos necessários para atender à demanda discente e apresentam recursos tecnológicos comprovadamente inovadores. Todos os laboratórios têm regulamentos, normas de uso, procedimentos operacionais padrão e mapa de riscos.

**LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA:** Com área de 99,06 m<sup>2</sup>, o laboratório de Zoologia conta com uma coleção didática composto por 2.200 amostras em meio líquido ou seco, além de 581 lâminas permanentes de microscopia, microscópios, lupas e material para coleta em campo, como redes, armadilhas, entre outros. Atende às disciplinas obrigatórias (Fundamentos de Biodiversidade, Biologia Animal, Introdução aos Metazoários, Arthropoda e filos relacionados, Animais Deuterostômios) e optativas dessa área de conhecimento.

**MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL:** Com metragem aproximada de 61 m<sup>2</sup>, o museu comporta uma exposição permanente de animais, plantas e fósseis, com foco evolutivo e conservação da biodiversidade do Cerrado. Os exemplares são preparados, em grande parte, pelos estudantes envolvidos no projeto. Funciona também como um espaço de visitação para estudantes de escolas do ensino fundamental e médio, difusão e popularização da Ciência, iniciação científica e realização de trabalhos de conclusão de curso, além de treinamento técnico e prática profissional.

**LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR:** O laboratório de Biologia Celular e Molecular, além de ser utilizado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, está adequadamente equipado para atender a aulas práticas de disciplinas. Os equipamentos desse laboratório possibilitam a espectrofotometria, cultura e transformação bacteriana, extração, purificação e caracterização de proteínas, extração de DNA e proteínas e amplificação de regiões específicas de DNA de diferentes genomas via reação em cadeia da polimerase (PCR), testes sorológicos, dentre outros. Nesses espaços as aulas acontecem em grupos, que realizam as atividades práticas com orientação do docente.

**LABORATÓRIOS DE MICROSCOPIA:** Os laboratórios de Microscopia compreendem o laboratório de Histologia e Embriologia, laboratório Multidisciplinar e laboratório de Histopatologia. Nesses ambientes são desenvolvidas as aulas práticas de disciplinas que contemplam conteúdos de histologia, embriologia e patologia. Estão equipados com microscópios para uso individual, sistema de captação de imagem microscópica, laminário

histológico e histopatológico. Além disso, para o estudo anatomopatológico, os laboratórios de microscopia e histopatologia disponibilizam peças anatômicas com processos patológicos, alguns dos quais são raros, representando, portanto, uma oportunidade de aprendizado.

**LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E HIGIENE DOS ALIMENTOS:** No laboratório de Microbiologia e Higiene de Alimentos acontecem as atividades práticas que contemplam o conteúdo de microbiologia. Nesses espaços grupos de estudantes realizam as atividades práticas com orientação do professor. Durante as aulas práticas, os estudantes aprendem sobre as principais características relacionadas à classificação dos microrganismos, fatores relacionados ao crescimento microbiano, dentre outros.

**LABORATÓRIOS DE QUÍMICA:** Nos laboratórios de química da UCB são desenvolvidas as atividades práticas de disciplinas de Biologia Celular e Molecular. Esses espaços estão adequadamente equipados para a realização de práticas de Bioquímica, realizada nessas disciplinas.

A Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

### **3.4 Laboratórios de habilidades**

Os laboratórios de habilidades da atividade médica ou de saúde, em conformidade com o PPC, que permitem a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso, com recursos tecnológicos comprovadamente inovadores. Todos os laboratórios têm regulamentos, normas de uso, procedimentos operacionais padrão e mapa de riscos.

**LABORATÓRIO DE PRÁTICAS VETERINÁRIAS (CLÍNICA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA – CATOLICAVET):** O laboratório de Práticas Veterinárias atende estudantes de disciplinas e atividades extraclasse. Esse ambiente apresenta um espaço adequado para simulação de situações reais e atendimento clínico de pequenos animais. O laboratório conta com um acervo de simuladores veterinários, bem como um com um excelente acervo de peças sintéticas de diversas espécies animais. Nas aulas, as peças são expostas em bancadas adequadas e grupos de estudantes se revezam para observar as principais estruturas do corpo dos animais domésticos e desenvolver as habilidades profissionais com a orientação do professor.

**LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA:** Com área de 99,06 m<sup>2</sup>, o laboratório de Zoologia conta com uma coleção didática composto por 2.200 amostras em meio líquido ou seco, além de 581 lâminas permanentes de microscopia, microscópios, lupas e material para coleta em campo, como redes, armadilhas, entre outros. Atende às disciplinas obrigatórias (Fundamentos de Biodiversidade, Biologia Animal, Introdução aos Metazoários, Arthropoda e filos relacionados, Animais Deuterostômios) e optativas dessa área de conhecimento.

**MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL:** Com metragem aproximada de 61 m<sup>2</sup>, o museu comporta uma exposição permanente de animais, plantas e fósseis, com foco evolutivo e conservação da biodiversidade do Cerrado. Os exemplares são preparados, em grande parte, pelos estudantes envolvidos no projeto. Funciona também como um espaço de visitação para estudantes de escolas do ensino fundamental e médio, difusão e popularização da Ciência, iniciação científica e realização de trabalhos de conclusão de curso, além de treinamento técnico e prática profissional.

A Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

### **3.5 Biotério**

As atividades realizadas no laboratório são todas voltadas para a pesquisa. O espaço físico está dividido em: Laboratório de Bioensaios e Biotério Central. O Laboratório de Bioensaios visa atender aos projetos propostos por pesquisadores da UCB assim como de outras instituições, disponibilizando estrutura para a realização de ensaios biológicos envolvendo animais experimentais com o objetivo de investigar processos diversos, incluindo: potencial anti-inflamatório, analgésico, antibacteriano, antitumoral e antiparasitário de novos compostos, dentre outros. O espaço é frequentado não apenas por pesquisadores, mas também por estudantes de Iniciação Científica e pós-graduação. O Biotério Central tem seu foco na produção de camundongos, que são encaminhados para a experimentação no Laboratório de Bioensaios e para as aulas práticas e para outras instituições, quando solicitado. O biotério atende às necessidades práticas do ensino, possuindo insumos necessários à demanda docente e discente e apresentando protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes e suporte técnico, experimental e pedagógico.

#### 4. Biblioteca

Desde que foi instituído, o Sistema de Bibliotecas (SIBI) disponibiliza mecanismos de apoio ao processo pedagógico, implementando ferramentas utilizadas nas melhores bibliotecas universitárias do Brasil e exterior de modo a fornecer aos seus usuários subsídios para o desenvolvimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O SIBI também é responsável por reunir, organizar, preservar e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UCB.

O SIBI participa de redes de cooperação com instituições que produzem e oferecem acesso à informação especializada. Entre seus principais parceiros estão: ABEC Brasil, CAPES; CBBU; IBICT; OPAS/BIREME; ReBAP e Rede Pergamum.

O SIBI é constituído pela Biblioteca Central e pelos Polos de Atendimento de Ceilândia e Sobradinho. A Biblioteca Central executa de forma centralizada, para todo o Sistema de Bibliotecas, as atividades técnicas e administrativas para formação, desenvolvimento e manutenção do acervo bibliográfico. O atendimento aos usuários é oferecido pelas três unidades

A Biblioteca Central, localizada no Campus de Taguatinga, ocupa uma área de 4.197m<sup>2</sup>, distribuídos em andar térreo e pavimento superior, e dispõe dos seguintes espaços:

- Sala Google: com capacidade para 50 pessoas, é destinada à realização de treinamentos, aulas, palestras e seminários, dispendo de um espaço inovador com 40 *chromebooks* e 1 retroprojektor.
- Sala Interativa e. e. *cummings*: com capacidade para 30 pessoas, foi criada em parceria com o Curso de Letras e a Embaixada dos Estados Unidos. Dispõe de lousa interativa e retroprojektor para apresentação de treinamentos, aulas, palestras e seminários.
- Sala Docente Prof. Nazareth: sala de uso exclusivo dos docentes da instituição, dispõe de uma mesa com capacidade para 12 pessoas.
- Cabines de Estudo em Grupo: são 25 cabines de estudo para uso exclusivo dos docentes e alunos regularmente matriculados.
- Áreas de Estudo Individual: diversas mesas de estudo individual estão distribuídas nos dois pisos da Biblioteca.
- Sala Audiovisual: sala destinada exclusivamente à reprodução de materiais da Coleção Multimeios, podendo ser usada em grupo ou individualmente, por docentes e alunos regularmente matriculados.
- Esquina da Ciência: espaço americano criado para divulgar e promover as ciências. Única no Brasil, ela é aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em obter mais informações sobre meio ambiente, tecnologia, saúde e muitos outros temas. Dispõe de materiais de apoio para ensino e aprendizado da língua inglesa, programas culturais e estudo nos Estados Unidos.

- Memorial Prof. Nazareth: espaço destinado à organização e registro dos fatos históricos da UCB. Tem como objetivo manter e preservar o patrimônio, material e imaterial, relacionado à instituição, e os bens a ela historicamente vinculados.

O acervo do SIBI é composto por aproximadamente 300 mil volumes, sendo eles: livros, folhetos, teses, dissertações, DVD, Blu-ray, CD-ROM, audiolivros, jornais, revistas científicas e documentos eletrônicos. Além disso, o SIBI assina as seguintes bases de dados:

- ABNT Coleção: plataforma eletrônica que oferece acesso a várias normas técnicas nacionais e internacionais.
- Minha Biblioteca: plataforma que reúne mais de 10 mil livros eletrônicos publicados pelas principais editoras acadêmicas do Brasil. O acervo, em português, atende às bibliografias de mais de 250 cursos de Graduação.
- Portal de Periódicos da Capes: plataforma que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional. Oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

O SIBI também é responsável pela administração e alimentação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Repositório Institucional e do Portal de Revistas Eletrônicas da UCB, sistemas responsáveis por reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica da UCB.

## **5. Comitês de ética e pesquisa (CEP) e na utilização de animais (CEUA)**

### **Princípios e Diretrizes**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília (CEP-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEP promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa em seres humanos poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEP-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética em Pesquisa. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos voluntários/participantes da pesquisa que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEP-UCB. Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEP-UCB deverão ser submetidos através do Sistema Plataforma Brasil, respeitando a normas exigidas pelo CEP-UCB.

É vedado a qualquer membro do CEP- UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

### **Funcionamento**

O Comitê de Ética em Pesquisa se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros. As reuniões são realizadas com a presença mínima de metade mais um (50%+1) do total de membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do Comitê de Ética. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa apresentados para apreciação. As deliberações do CEP serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;

- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;
- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;
- Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;
- Suspenso: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa;
- Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEP na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo da CONEP, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEP, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEP-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa, o CEP-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

### **Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:**

Resolução CNS 510/16; Art. 1º Parágrafo Único.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

- I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
- II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

### **Projetos que devem ser encaminhados para apreciação da CONEP:**

Resolução CNS 466/12, IX.4

1. genética humana, quando o projeto envolver:

1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;

1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniada com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;

1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização *in vivo*;

1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);

1.5. pesquisas em genética do comportamento; e

1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;

2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados “participantes da pesquisa” todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:

- 2.1. reprodução assistida;
- 2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e
- 2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;
4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;
5. estudos com populações indígenas;
6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;
7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;
8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e
9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

## **Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) utilizadas na apreciação ética.**

### **Normativas**

Resolução CNS 580/2018	Pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde – SUS <a href="https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf">https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf</a>
Resolução CNS 510/2016	Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais <a href="https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html">https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html</a>
Resolução CNS 466/2012	Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Revoga a Resolução 196/96) <a href="https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html">https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html</a>
Resolução CNS 441/2011	Armazenamento e uso de materiais biológicos armazenados em pesquisas (Revoga a Resolução 347/05) <a href="https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/Reso441.pdf">https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/Reso441.pdf</a>
Resolução CNS 346/2005	Pesquisas multicêntricas do Grupo I <a href="https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/res0346_13_01_2005.html">https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/res0346_13_01_2005.html</a>

Resolução Pesquisa em genética humana  
CNS 340/2004 [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0340\\_08\\_07\\_2004.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0340_08_07_2004.html)

Resolução Pesquisas com povos indígenas  
CNS 304/2000 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Reso304.doc>

Resolução Pesquisas em reprodução humana  
CNS 303/2000 <https://bit.ly/3b7UfMj>

Norma Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP  
Operacional [http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma\\_Operacional\\_001-2013.pdf](http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf)  
CNS nº  
001/2013

### **Principais documentos para Submissão:**

Conforme Norma Operacional CNS 001/13;

- a. Folha de rosto: todos os campos devem ser preenchidos, datados e assinados, com identificação dos signatários. As informações prestadas devem ser compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas deve conter, com clareza, o nome completo e a função de quem assina, preferencialmente, indicados por carimbo. O título da pesquisa será apresentado em língua portuguesa e será idêntico ao do projeto de pesquisa;
- b. Declarações pertinentes, conforme a lista de checagem apresentada no Anexo II da presente norma, devidamente assinadas;
- c. Declaração de compromisso do pesquisador responsável, devidamente assinada, de anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais;
- d. Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- e. Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação; forma e valor da remuneração do pesquisador; apresentar em moeda nacional ou, quando em moeda estrangeira, com o valor do câmbio oficial em Real, obtido no período da proposição da pesquisa; apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação e compensação material nos casos ressaltados no item II.10 da Resolução do CNS 466/12;

- f. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- g. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- h. Termo de Anuência: Demonstrativo da existência de infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com documento que expresse a concordância da instituição e/ou organização por meio de seu responsável maior com competência;
- i. Outros documentos que se fizerem necessários, de acordo com a especificidade da pesquisa;
- j. Projeto de pesquisa original na íntegra.

\*Modelos de documentos se encontram na página do CEP:  
<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comite-de-etica-em-pesquisa/>

## **CEUA: Princípios e Diretrizes**

O Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Católica de Brasília (CEUA-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio de 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo animais, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEUA promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa envolvendo animais vertebrados poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEUA-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética no Uso de Animais. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos animais envolvidos da pesquisa que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEUA-UCB.

Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEUA-UCB deverão ser submetidos de acordo com as instruções no site da CEUA-UCB (<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comissao-de-etica-no-uso-de-animais-ceua/>), respeitando a normas exigidas pela entidade.

É vedado a qualquer membro do CEUA- UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

## Funcionamento

O Comitê de Ética em Pesquisa se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros. As reuniões são realizadas com a presença mínima de metade mais um (50%+1) do total de membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do Comitê de Ética. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa apresentados para apreciação. As deliberações do CEP serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;
- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais

simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;

- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;

- Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;

- Suspenso: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa;

- Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEP na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo da CONEP, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEP, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEP-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa, o CEP-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

### **Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:**

Resolução CNS 510/16; Art. 1º Parágrafo Único.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

### **Projetos que devem ser encaminhados para apreciação da CONEP:**

Resolução CNS 466/12, IX.4

1. genética humana, quando o projeto envolver:

1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;

1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniada com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;

1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização *in vivo*;

1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);

1.5. pesquisas em genética do comportamento; e

1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;

2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados “participantes da pesquisa” todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:

- 2.1. reprodução assistida;
- 2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e
- 2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;
4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;
5. estudos com populações indígenas;
6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;
7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;
8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e
9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

## **Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) utilizadas na apreciação ética.**

### **Normativas**

- Resolução CNS 580/2018 Pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde – SUS  
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf>
- Resolução CNS 510/2016 Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais  
[https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)
- Resolução CNS 466/2012 Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Revoga a Resolução 196/96)  
[https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)
- Resolução CNS 441/2011 Armazenamento e uso de materiais biológicos armazenados em pesquisas (Revoga a Resolução 347/05)  
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/Reso441.pdf>
- Resolução CNS 346/2005 Pesquisas multicêntricas do Grupo I  
[https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/res0346\\_13\\_01\\_2005.html](https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/res0346_13_01_2005.html)

Resolução CNS 340/2004	Pesquisa em genética humana <a href="https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0340_08_07_2004.html">https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0340_08_07_2004.html</a>
Resolução CNS 304/2000	Pesquisas com povos indígenas <a href="http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Reso304.doc">http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Reso304.doc</a>
Resolução CNS 303/2000	Pesquisas em reprodução humana <a href="https://bit.ly/3b7UfMj">https://bit.ly/3b7UfMj</a>
Norma Operacional CNS nº 001/2013	Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP <a href="http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf">http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf</a>

### Principais documentos para Submissão:

Conforme Norma Operacional CNS 001/13;

- a. Folha de rosto: todos os campos devem ser preenchidos, datados e assinados, com identificação dos signatários. As informações prestadas devem ser compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas deve conter, com clareza, o nome completo e a função de quem assina, preferencialmente, indicados por carimbo. O título da pesquisa será apresentado em língua portuguesa e será idêntico ao do projeto de pesquisa;
- b. Declarações pertinentes, conforme a lista de checagem apresentada no Anexo II da presente norma, devidamente assinadas;
- c. Declaração de compromisso do pesquisador responsável, devidamente assinada, de anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais;
- d. Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- e. Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação; forma e valor da remuneração do pesquisador; apresentar em moeda nacional ou, quando em moeda estrangeira, com o valor do câmbio oficial em Real, obtido no período da proposição da pesquisa; apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação e compensação material nos casos ressalvados no item II.10 da Resolução do CNS 466/12;
- f. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;

- g. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- h. Termo de Anuência: Demonstrativo da existência de infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com documento que expresse a concordância da instituição e/ou organização por meio de seu responsável maior com competência;
- e. Outros documentos que se fizerem necessários, de acordo com a especificidade da pesquisa;
- f. Projeto de pesquisa original na íntegra.

\*Modelos de documentos se encontram na página do CEP:  
<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comite-de-etica-em-pesquisa/>

## **CEUA: Princípios e Diretrizes**

O Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Católica de Brasília (CEUA-UCB) é um comitê permanente vinculado ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), e criado pela PORTARIA nº 090/2015 da Reitoria da UCB, de setembro 2015, e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas e ensino envolvendo animais, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e segurança dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEUA promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas e projetos de ensino, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa ou ensino envolvendo animais poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEUA-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética no Uso de Animais. Dados e documentos relacionados aos animais envolvidos na pesquisa e seus tutores que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEUA-UCB. Todos os protocolos de pesquisa e ensino a serem analisados pelo CEUA-UCB deverão ser submetidos por email, respeitando a normas exigidas pelo CEUA-UCB.

É vedado a qualquer membro do CEUA-UCB a revelação de quem seja o relator da proposta em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar

um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

## Funcionamento

O Comitê de Ética no Uso de Animais se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do CEUA. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa ou ensino apresentados para apreciação. As deliberações do CEUA serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEUA/CONCEA incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos animais envolvidos na pesquisa ou ensino. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEUA/CONCEA a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos sujeitos. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;
- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa ou ensino. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;
- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;
- Arquivado: quando o pesquisador ou docente descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;

- **Suspensão:** quando a pesquisa ou ensino aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente aos sujeitos da pesquisa ou ensino;

- **Retirado:** quando o Sistema CEUA/CONCEA acatar a solicitação do proponente responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEUA na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo do CONCEA, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEUA, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEUA-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa ou ensino nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa ou de Ensino, o CEUA-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa ou ensino. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

### **Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:**

- Projetos que envolvem o uso de cadáveres de animais mortos ou sacrificados por motivos não-relacionados ao projeto de pesquisa ou ensino. Neste caso, os pesquisadores ou docentes devem obter e guardar um termo de doação do cadáver;
- Propostas de ensino envolvendo a observação de procedimentos clínicos rotineiros ou sendo executados por motivos não-relacionados ao curso em questão;
- Pesquisas e ensino envolvendo invertebrados.

## Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) utilizadas na apreciação ética.

### Normativas

Resolução Normativa Que dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética CONCEA nº 20, de no Uso de Animais (CEUAs).

30.12.2014

[https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros\\_atos/resolucoes/migracao/Resolucao\\_Normativa\\_CONCEA\\_n\\_20\\_de\\_30122014.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CONCEA_n_20_de_30122014.html)

Resolução Normativa Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no nº 1/2010 Uso de Animais (CEUAs).

[https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros\\_atos/resolucoes/migracao/Resolucao\\_Normativa\\_CONCEA\\_n\\_1\\_de\\_09072010.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CONCEA_n_1_de_09072010.html)

Resolução Normativa Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para 12, de 20 de setembro Fins Científicos e Didáticos - DBCA de 2013

[https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.\(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030\).pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030).pdf)

## V. REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. *Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. 2013. Disponível em: <[http://www.ampesc.org.br/\\_arquivos/download/1382550379.pdf](http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf)>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 de ago. 2015.

BRASIL. INEP/MEC. *Censo Escolar da Educação Básica 2013 Resumo Técnico*. 2014. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012*. Julho de 2014. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2015.

Constituição Apostólica do Sumo Pontífice Francisco *Veritatis gaudium* sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. – Brasília, DF: CNBB, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. *Indicadores de acesso e participação 2014: rede pública estadual DF*. 2014. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850\\_dados\\_indicado](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850_dados_indicado)>

res\_educacionais/ii\_c\_taxa\_escolarizacao\_totaldf\_2014.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *Síntese Histórica UCB - 39 Anos de Educação Superior, 18 Anos de Universidade*. Página UCB, Out, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Carta de Princípios da Universidade Católica de Brasília*. Brasília:UCB,1998. 15p.

\_\_\_\_\_. *Estatuto*. Série UCB Legislação e Normas. Brasília, DF. 2010. Disponível em:<<http://portal.ucb.br/docs/estatuto2010.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA*. Portaria UCB nº 154 de 27/05/2004. BRASÍLIA, 2010.

\_\_\_\_\_. *INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO*. Resolução CONSEPE, 63/2009. BRASÍLIA: UCB, 2009.

\_\_\_\_\_. *NORMAS E PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO*. BRASÍLIA: UCB, 2007.

\_\_\_\_\_. *NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE*. Parecer CONSEPE n.º 91 de 24 de agosto de 2010. BRASÍLIA, 2010.

\_\_\_\_\_. *PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL*. BRASÍLIA: UCB, 2008.

\_\_\_\_\_. *PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL*. BRASÍLIA: UCB, 2013.

\_\_\_\_\_. *Regimento Interno da UCB*. Brasília, DF. 2010.

Disponível em:<<http://www.ucb.br/textos/2/1358/UniversidadeCatolicaDeBrasilia/?sIT=1>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

## VI. EMENTÁRIO

### EMENTÁRIO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

UNIDADE CURRICULAR: COMPORTAMENTO E BEM ESTAR ANIMAL			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA 20	C.H. PRÁTICA 30	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
<b>EMENTA</b> Histórico sobre o bem-estar animal; Introdução ao Comportamento Animal; Fundamentos do Comportamento e Bem-estar Animal; Classes Comportamentais. Introdução ao Bem-estar animal. Avaliação do bem-estar e as cinco liberdades. Indicadores fisiológicos e imunológicos de bem-estar. Indicadores comportamentais de bem-estar. Interações homem-animal. Transporte e abate de animais de produção. Controle populacional de animais de companhia. Eutanásia. Legislação. O papel do médico veterinário. Influência do mercado.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>CARTHY, J.D. &amp; HOWSE, P.E. (1979). Comportamento Animal. Caps. 1, 2, 3 e Coleção Temas de Biologia, Editora Pedagógica Universitária - EPU.CROCKETT, C.M. (1996)</li> <li>DAWKINS, M.S. (1989). Explicando o Comportamento Animal. Caps. 1, 2, e 3, pags 3- 45. Editora Manole Ltda, São Paulo.</li> <li>DEAG, J. M. (1981). O Comportamento Social dos Animais. Caps. 1, 2, 3 e 4, pags. 1-50. EPU, São Paulo. DEL</li> <li>LEVAL, L.F. Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles. Campos de Jordão, Editora Mantiqueira, 1998</li> </ol>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>CLARO, K. (2004). Comportamento Animal, uma introdução à Ecologia Comportamental.</li> <li>DEL-CLARO, K.; PREZOTO, F.; SABINO, J. (2008). As Distintas Faces do Comportamento Animal. Caps. 4.8 à 4.11 pags. 211 à 255. Sociedade Brasileira de Etologia &amp; Livraria Conceito, Jundiaí.</li> <li>DETHIER, V.G. &amp; STELLAR, E. (1988). Comportamento Animal. Caps. 1, 2, 3, 4, 5, e 6 pags. 13-87. Editora Edgar Blucher Ltda.</li> <li>YAMAMOTO, M.E. &amp; VOLPATO, G. L. (2006). Comportamento Animal. NATAL, RN: EDUFRN - EDITORA DA UFRN, 298 pags.</li> <li>HÄNNINEN, L., LEXER, D., MELLOR, D.J., MOLENTO, C.F.M., ÖDBERG, F.O., SERPELL, J.A., SISTO, A.M., STAFFORD, K.J., STOOKEY, J.M. &amp; WALDAY, P. Approaches to teaching animal welfare at 13 veterinary schools worldwide . J. Vet. Med. Ed., 2005. 32, 422-437.</li> </ol>			

UNIDADE CURRICULAR: CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA 0	C.H. PRÁTICA 0	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 0	C.H. TOTAL 120
<b>EMENTA</b> Ciência e fundamentos do conhecimento científico. Método científico. Investigação científica baseada em evidências. Etapas de elaboração da pesquisa científica. Estudo das práticas de Comunicação, narrativas e oralidade. Aprendizagem baseada em experimentação e os conceitos de aprendizagem criativa. Cultura Maker e Design Thinking. Extensão Universitária e Intervenção Sociocultural a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>BRITO, Maria Eduarda et al. Desenvolvendo competências comportamentais no meio acadêmico. ANALECTA-Centro Universitário Academia, v. 5, n. 5, 2020.</li> <li>NUNES, Suzana Gilioli; MORAES, Nelson Russo de; SOUZA, Fernando da Cruz. As mídias digitais e a nova sociedade: um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 2020.</li> <li>SÍVERES, Luiz. A extensão como princípio de aprendizagem. 2008. Disponível em: <a href="https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266">https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266</a> . Acesso em: 24 fev. 2022.</li> </ol>			

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

6. AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos avançados, v. 31, p. 75-87, 2017.
7. GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: [http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)
8. LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. - (Série Trilhas)
9. PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. [https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao\\_Criatividade\\_DesignThinking\\_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf](https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividade_DesignThinking_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf)
10. RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079>. Acesso em: 04 ago. 2021.

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICA PROFISSIONAL - MEDICINA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	0	0	120
<b>EMENTA</b> Contextualização histórica, social e mercadológica da Medicina Veterinária. Princípios de bioética e deontologia em Medicina Veterinária. Introdução as diversas áreas da Medicina Veterinária, como clínica médica de pequenos animais, clínica cirúrgica de pequenos, grandes animais e animais silvestres, animais de produção, piscicultura, inspeção de produtos de origem animal, nutrição, medicina integrativa, Saúde única, Controle de zoonoses, representação comercial, empreendedorismo. Interface da Medicina Veterinária com o Conselho Federal e Regional de Medicina Veterinária, Sindicato dos Médicos Veterinários, Associações de classe e Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde-SUS. Papel do terceiro setor na Medicina Veterinária. Pesquisa e Extensão em Medicina Veterinária envolvendo ações sociais, humanistas e educação em saúde.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>9. Tratado de Fisiologia Veterinária - 5ª Edição 2014 - Cunningham, James G. – Elsevier</li> <li>10. - Anatomia dos Animais Domésticos - 2 Vols. 5 ed. Getty, Robert - Guanabara Koogan</li> <li>11. HECK, J. N. Bioética: autopreservação, enigmas e responsabilidade. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2011. Consulta Veterinária em 5 Minutos: Espécies Canina e Felina - 5ª Edição Autores Tilley, Larry P. / Smith Jr., Francis W. K.</li> <li>12. Técnicas Cirúrgicas em Grandes Animais. Hendrickson D.A. 3ª Ed. 2010– Guanabara Koogan</li> </ol>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>11. CLARO, K. (2004). Comportamento Animal, uma introdução à Ecologia Comportamental.</li> <li>12. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução Nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário. Disponível em: <a href="http://portal.cfmv.gov.br/uploads/RESO%201138_2016%20C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20M%C3%A9dico%20Veterin%C3%A1rio.pdf">http://portal.cfmv.gov.br/uploads/RESO%201138_2016%20C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20M%C3%A9dico%20Veterin%C3%A1rio.pdf</a>. [Acesso em 12/06/2018].</li> <li>13. Animais Silvestres e Exóticos na Clínica Particular Oliveira, P, Agria D – 1ª Ed. 2003-Roca</li> </ol>			

UNIDADE CURRICULAR: SAÚDE COLETIVA, EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Análise de programas de saúde, de sistemas de informação em saúde e de ações de vigilância epidemiológica. Compreensão das principais atribuições do Médico Veterinário no âmbito da Saúde Pública Veterinária. Estudo dos principais problemas relativos ao saneamento básico de áreas urbanas, peri-urbanas e especialmente de áreas rurais. Notificação e comunicação de eventos de saúde pública veterinária. Saneamento ambiental e gerenciamento de resíduos. Processo saúde doença. Análise de dados epidemiológicos de doenças transmissíveis. indicadores			

epidemiológicos; planos de investigação de surtos e epidemias; vigilância epidemiológica; interpretação e validação de testes de diagnóstico; estratégias de prevenção e controle de enfermidades. Epidemiologia analítica e qualitativa.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

13. ALMEIDA FILHO, N., BARRETO, M.L.; VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Teoria epidemiológica hoje. Fundamentos, interfaces e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998. 256 p.
14. FORRATINI, O. P. Ecologia, Epidemiologia e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 1992. 529 p.
15. GORDIS, L. Epidemiologia, 3ª ed., Madri: Elsevier, 2005.
16. MAUSNER, J.S., KRAMER, S. Introdução à Epidemiologia, 5ª ed., Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009. 542p.
17. MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. Epidemiologia. 2ª ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2009. 685p.
18. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de vigilância Epidemiológica. Disponível em [www.portal.saude.gov.br](http://www.portal.saude.gov.br).

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

14. EREIRA, M. G. Epidemiologia - Teoria e Prática. 3ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 596 p.
15. ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia & Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1988. 492p.
16. THRUSFIELD, M. V. Epidemiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004. 556 p.
17. BOLETIM ELETRÔNICO EPIDEMIOLÓGICO. Disponível em [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)
18. BERLINGUER, G., 1996. Ética da Saúde. São Paulo: Editora Hucitec.

<b>UNIDADE CURRICULAR: ANATOMIA DO SISTEMA LOCOMOTOR DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS</b>			<b>SEMESTRE: 2º</b>
---	--	--	---------------------

C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80

#### EMENTA

Busca-se promover uma abordagem teórica e prática da Anatomia Veterinária, em especial ao que diz respeito aos aspectos sistêmicos esquelético do organismo dos diferentes animais domésticos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

19. CUNNINGHAM, J.G, Tratado de Fisiologia Veterinária - 5 ed. Elsevier, 2014.
20. DYCE, K.M. Tratado de Anatomia Veterinária. - 4 ed., Guanabara, 2010.
21. GETTY, R. Anatomia dos Animais Domésticos - 2 Vols. 5 ed. Guanabara Koogan, 1986.
22. KONIG, H.E.; LIEBICH, H.G. Anatomia dos animais domésticos - texto e atlas colorido - órgãos e sistemas. Artmed, 2003.
23. REECE, W.O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos - 3ª ed. Roca, 2008.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

19. BOYD, J.S. Atlas colorido de anatomia clínica do cão e do gato. Manole, 1997.
20. DONE, S.H. Atlas Colorido de Anatomia Veterinária do Cão e Gato - 2 ed. Elsevier, 2011
21. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
22. LEVY, M. N.; STANTON, B. A.; KOEPPEN, B. M. Berne & Levy Fundamentos de fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
23. SALOMON, F.V., GEYER, H. Atlas da Anatomia Aplicada dos Animais Domésticos - 2 ed. - Guanabara Koogan, 2006.

<b>UNIDADE CURRICULAR: BIOQUÍMICA GERAL</b>			<b>SEMESTRE: 2º</b>
---	--	--	---------------------

C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80

#### EMENTA

Estrutura e função dos carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas: estrutura e regulação; cinética enzimática; tipos de reações catalisadas pelas enzimas. Processos de obtenção de energia. Introdução ao metabolismo, conceitos, principais vias metabólicas (Glicólise, Gliconeogênese, síntese e degradação de glicogênio e via das pentoses). Ciclo de Krebs, cadeia transportadora de elétrons e fosforilação oxidativa. Respiração celular. Estrutura das

vias metabólicas, visão geral de regulação metabólica. Biofísica aplicada para detecção de biomoléculas. Lei de Lambert-Beer. Estudos estruturais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

24. NELSON, D.L.; COX, M. M. Lehninger: Princípios de bioquímica. 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014.
25. STRYER, L.; BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L. Bioquímica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010.
26. DEVLIN, T.M. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

24. MARZZOCO. A.; TORRES, B.B. Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
25. QUIRINO, B.F. (Org.). Técnicas Laboratoriais em Bioquímica. 2. ed. Brasília: Universa, 2006.
26. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica Celular e Biologia Molecular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1999. - VOET, D.; VOET, J.G. Bioquímica. São Paulo: Artmed, 2004.

UNIDADE CURRICULAR: DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO E TECIDOS DE ANIMAIS			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b>			
Introdução ao estudo da citologia. Métodos de estudo em microscopia óptica: organelas celulares e suas funções; Introdução à Histologia e Embriologia. Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular, a partir do ovócito fertilizado, que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário e fetal. Processos de fecundação, implantação, gastrulação, neurulação, dobramentos e fechamento do corpo do embrião, anexos fetais, período fetal e malformações congênitas. Embriologia e histologia dos sistemas: nervoso, endócrino, digestório, respiratório, urinário, cardiovascular. Estudo da estrutura histológica dos diversos tecidos orgânicos, suas características e funções, desenvolvendo as noções de microscopia e técnica laboratorial histológica. Estudo dos tecidos epiteliais, conjuntivos, adiposo, cartilaginoso, ósseo, nervoso e muscular			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>27. JUNQUEIRA, L.C. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</li> <li>28. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</li> <li>29. MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N. Embriologia Básica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</li> <li>30. ALMEIDA, J.M. Embriologia Veterinária Comparada - Guanabara Koogan, 1999.</li> <li>31. EURELL. J.A.FRAPPIER, B.L. Histologia Veterinária de Dellmann 6ª Edição, 2012.</li> </ol>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>27. DE ROBERTIS, E.M.F.; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</li> <li>28. EYNARD, A.R.; VALENTICH, M.A.; ROVASIO, R.A. Histologia e Embriologia Humanas: Bases Celulares e Moleculares. Porto Alegre: Grupo A, 2011.</li> <li>29. GLERAN, A.; SIMÕES, M.J. Fundamentos de histologia. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013.</li> <li>30. ROSS, M.H. Histologia texto e atlas: em correlação com biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2012.</li> <li>31. SOBOTTA, J, WELSCH, U. Sobotta – Atlas de Histologia, Citologia e Anatomia Microscópica 7ª ed. Guanabara-Koogan: Rio de Janeiro, 2007.</li> </ol>			

UNIDADE CURRICULAR: GENÉTICA BÁSICA E DE POPULAÇÕES			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b>			
Variabilidade fenotípica normal e patológica. Genomas na determinação fenotípica. Variabilidade normal e patológica dos genomas. Aplicações da variabilidade. Mapas genéticos. Transmissão mendeliana de fenótipos. Exceções à transmissão mendeliana. Fenótipos poligênicos. Herança epigenética. Variações cromossômicas numéricas. Variações cromossômicas estruturais. Equilíbrio de Hardy-Weinberg. Cálculo de risco em aconselhamento genético. Discussão de conceitos de biotecnologia moderna, inclusive sequenciamento de DNA e edição de genomas.			

<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>32. NUSSBAUM R. L., McINNIS R. R., WILLARD H. F., Thompson &amp; Thompson. Genética Médica 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>33. SNUSTAD, D. P., SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.</p> <p>34. PASTERNAK, J. J. Uma Introdução à Genética Molecular Humana. Mecanismos das Doenças Hereditárias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>32. SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. Fundamentos de genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>33. GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à genética. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>34. BORGES-OSÓRIO, M. R. L.; ROBINSON, W. M. Genética Humana 3. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2013.</p> <p>35. GRIFFITHS, A. J. F. Genética Moderna. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.</p> <p>36. KLUG, W. S et al. Conceitos de Genética. 9 ed. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2010.</p> <p>37. STRACHAN, T; READ, A. Genética Molecular Humana.</p>

UNIDADE CURRICULAR: RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>35. BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>36. FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.</p> <p>37. ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>38. BOFF, L. Espiritualidade: um caminho de transformação. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2001 recurso online.</p> <p>39. BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J.A.; GUIMARÃES, S.E.R. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, recurso online.</p> <p>40. DWIGHT, F. Ética. Porto Alegre: Artmed, 2017 recurso online.</p> <p>41. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2018 recurso online.</p> <p>42. PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 recurso online.</p>			

UNIDADE CURRICULAR: ANATOMIA DA ESPLANCNOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Busca-se promover uma abordagem teórica e prática da Anatomia Veterinária, em especial ao que diz respeito aos aspectos organismo dos diferentes animais domésticos em relação ao sistema cardiovascular, sistema respiratório, Sistema muscular, órgãos do sentido, Sistema reprodutor do macho e da fêmea, Sistema urinário, Sistema Digestório, Sistema hepático, Sistema nervoso, órgãos do sentido, glândulas endócrinas.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>38. CUNNINGHAM, J.G, Tratado de Fisiologia Veterinária - 5 ed. Elsevier,2014.</p> <p>39. DYCE, K.M. Tratado de Anatomia Veterinária.- 4 ed., Guanabara, 2010.</p> <p>40. GETTY, R. Anatomia dos Animais Domésticos - 2 Vols. 5 ed. Guanabara Koogan, 1986.</p>			

41. KONIG, H.E.; LIEBICH, H.G. Anatomia dos animais domésticos - texto e atlas colorido - órgãos e sistemas. Artmed, 2003.
42. REECE, W.O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos - 3ª ed. Roca, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

43. BOYD, J.S. Atlas colorido de anatomia clínica do cão e do gato. Manole, 1997.
44. DONE, S.H. Atlas Colorido de Anatomia Veterinária do Cão e Gato - 2 ed. Elsevier, 2011.
45. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
46. LEVY, M. N.; STANTON, B. A.; KOEPPEN, B. M. Berne & Levy Fundamentos de fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
47. SALOMON, F.V., GEYER, H. Atlas da Anatomia Aplicada dos Animais Domésticos - 2 ed. - Guanabara Koogan, 2006.

UNIDADE CURRICULAR: ECOLOGIA E BIOCLIMATOLOGIA			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> Conceitos fundamentais e níveis de abordagens em Ecologia e Biodiversidade. Padrões de distribuição e abundância em gradientes ambientais. Biodiversidade e indicadores de qualidade ambiental. Causas do empobrecimento e da perda da biodiversidade. Serviços ecológicos da biodiversidade e os impactos decorrentes da sua redução. Estudo a influência do ambiente sobre o animal.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
43. Fundamentos em Ecologia - 3ª Edição 2010 – Colin R. Townsend; Michael Begon; John L. Harper.			
44. - Fundamentos de Ecologia - 6ª Edição 2007 - Odum, E.			
45. - Ciência ambiental: Terra Planeta vivo. 7ª Edição 2011 - Botkin, D. B.			
46. Introdução à Bioclimatologia Animal - SILVA, R.G. São Paulo – SP: Nobel, 2000			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
48. A Economia da Natureza - 6ª Edição 2011 - Robert E. Ricklefs.			
49. - Ciclo de Capacitação em Monitoramento da Biodiversidade. Biologia dos indicadores biológicos. 2014 - Apostila/ Marcelo Kinouchi.			
50. - Biodiversidade e Interações Ecológicas – 2017 – Apostila/Cerqueira LLM, Ferreira LAD.			
51. Ciclo de Capacitação em Monitoramento da Biodiversidade. Biologia dos indicadores biológicos. 2014 - Apostila/ Marcelo Kinouchi.			
52. - Biodiversidade e Interações Ecológicas – 2017 – Apostila/Cerqueira LLM, Ferreira LAD.			

UNIDADE CURRICULAR: FISILOGIA ANIMAL			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Introdução à fisiologia dos animais domésticos: Conceito, Homeostase, Integração funcional. Agentes e mecanismos regulatórios gerais e específicos. Visão global integrada das funções dos diversos órgãos e aparelhos; Teoria dos aspectos básicos da fisiologia normal do sistema nervoso central e periférico; Fisiologia do Tecido Muscular; Fisiologia do Tecido e Sistema Nervoso; Fisiologia do Aparelho Digestório, Fisiologia do Sistema CardioRespiratório, Fisiologia Aparelho Reprodutor Masculino e Feminino, Fisiologia Endócrina.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
47. CUNNINGHAM, J.G, Tratado de Fisiologia Veterinária - 5 ed. Elsevier, 2014.			
48. DYCE, K.M. Tratado de Anatomia Veterinária.- 4 ed., Guanabara, 2010.			
49. REECE, W.O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos - 3ª ed. Roca, 2008.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
53. BOYD, J.S. Atlas colorido de anatomia clínica do cão e do gato. Manole, 1997.			
54. DONE, S.H. Atlas Colorido de Anatomia Veterinária do Cão e Gato - 2 ed. Elsevier, 2011. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. LEVY, M. N.; STANTON, B. A.;			

KOEPPEN, B. M. Berne & Levy Fundamentos de fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. SALOMON, F.V., GEYER, H. Atlas da Anatomia Aplicada dos Animais Domésticos - 2 ed. - Guanabara Koogan, 2006.

UNIDADE CURRICULAR: IMUNOLOGIA E PATOLOGIA GERAL VETERINÁRIA			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Mecanismos de resposta imunopatológica às situações de agressão ao organismo. Principais características biológicas, morfológicas e patogênicas de bactérias, vírus, fungos, helmintos, protozoários, artrópodes. Morfologia, ciclo evolutivo, patogenicidade, diagnóstico, epidemiologia.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
50. ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
51. TAYLOR, M.A, COOP, R.L., WALL, R.L. Parasitologia Veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.			
52. TORTORA, G. L.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
55. REY, L. Bases da parasitologia médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.			
56. FERREIRA, A.W.; LAGO, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes: correlações clínico-laboratoriais. 3. ed.-Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.			
57. ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			
58. TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.			
59. KUMAR, V. et al. Robbins patologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.			

UNIDADE CURRICULAR: MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Teoria e prática que abordam todo o estudo da Microbiologia dividido em módulos (Virologia, Micologia, Bacteriologia Geral e Especial; Estudo da identificação, da biologia e do diagnóstico laboratorial dos artrópodes, insetos e protozoários de importância médica veterinária, assim como os aspectos referentes à relação hospedeiro-parasito envolvida nas parasitoses.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
53. Flores, E.F. Virologia Veterinária. 23 Ed. Editora UFSM, Santa Maria, 2012, 888p. Trabulsi, L.R.; Alterthum, F. Microbiologia 6ª ed.; Atheneu, 2015, 920p.			
54. Donnelly, W.J.; Leonard, F.C. Microbiologia Veterinária e doenças infecciosas, Artmed, 2005 FORTES, Elinor. Parasitologia Veterinária. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ícone, 2004. 607 p., il.			
55. TAYLOR, M.A.; COOP, R.L.; WALL, R.L. Parasitologia Veterinária, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 742 p.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
60. Carter, G.R.; Wise, D.J. and Flores, E.F. (Eds.) A Concise Review of Veterinary Virology at: <a href="http://www.ivis.org">www.ivis.org</a> (disponível em Português) Quinn, P.J.; Markey, B.K.; Carter, M.E.; 512p. Hirsh, D. C.; Zee, Y. C. Microbiologia Veterinária 2ª Ed.; Guanabara Koogan, 2003, 464p Sidrim, J. J.C.; Rocha, M. F. G. Micologia médica a luz de autores contemporâneos; Guanabara Koogan, 2004 388p. JAY, J. Microbiologia de Alimentos. 63 Ed.. Porto Alegre. Artmed, 2005. 708p.			
61. CERESÉR, V.H. Parasitologia Veterinária, Canoas: Ed. Ulbra, 2005. 126p., il (Cadernos Universitários; 229)			
62. GEORGI, J.R. Parasitologia Veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1988. 353 p., il.			

UNIDADE CURRICULAR: BROMATOLOGIA E NUTRIÇÃO ANIMAL			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA 20	C.H. PRÁTICA 30	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
<b>EMENTA</b> Classificação e utilização dos nutrientes (carboidratos, lipídios, proteínas, minerais, vitaminas e água) para as diferentes espécies de interesse zootécnico e de animais domésticos. Classificação e valor energético dos alimentos. Análise da composição dos alimentos. Exigências nutricionais de diferentes espécies de interesse zootécnico e de animais domésticos. Formulação de dietas. Fatores que interferem no consumo voluntário. Importância da energia na nutrição animal. Cálculo de concentrados e volumosos.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 56. ANDRIGUETTO, J. M. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal: os alimentos. V1 e V2, São Paulo: Nobel, 2002. 57. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2 ed. Ver. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. 58. COTTA, J. T. de B. Minerais e vitaminas para bovinos, ovinos e caprinos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 59. NUNES, I. J. Nutrição animal básica. 2. ed. Belo Horizonte: Fep-mvz, 1998. 60. LUCCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, 1997.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 63. CASE, L. P. Nutrição canina e felina: manual para profissionais. Madri: Harcourt Brace, 1997. 64. ALCANTARA, P. B. Plantas forrageiras: gramíneas & leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. 65. FURUYA, W. M. Tabelas brasileiras para a nutrição de tilápia. Toledo: Gráfica & Editora, 2010. 66. KUBITZA, F. Nutrição e alimentação dos peixes cultivados. 3. ed. Jundiaí: F. Kubitza, 1999. 67. LEWIS, L. D. Nutrição clínica e equina: alimentação e cuidados. São Paulo: Roca, 2000. 68. CARVALHO, F. A. N. Nutrição de bovinos a pasto. Belo Horizonte: Papelform, 2003.			

UNIDADE CURRICULAR: FARMACOLOGIA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA 20	C.H. PRÁTICA 30	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
<b>EMENTA</b> Introdução a Farmacologia. Farmacodinâmica e alvos terapêuticos. Farmacocinética no processo saúde e doença e sua relação com as vias de administração e formas farmacêuticas. Correlações fisiopatológicas da farmacoterapia nas principais patologias. Farmacocinética e farmacodinâmica dos sistemas (nervoso, cardiovascular, digestório, genito-urinário, endócrino, respiratório) e das medicações (antinflamatórios, antiparasitários, antimicrobianos e antineoplásicos, analgésicos e anestésicos).			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 61. ADAMS, H. R. Farmacologia e terapêutica em veterinária. 8. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2003. 62. ANDRADE, S. F. Manual de terapêutica veterinária. 3. ed. São Paulo, SP: Roca, 2008. 63. BRUNTON, L.L. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. Rio de Janeiro: Mc Graw-Hill, 2012. 64. BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo patologia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 65. GOLAN, D.E. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 66. SPINOSA, H. de S.; GÓRNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. Farmacologia aplicada à medicina veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 69. BRUNTON, L. L. et al. Goodman & Gilman: Manual de Farmacologia e Terapêutica: O Manual Portável do Melhor Livro-Texto de Farmacologia do Mundo. Porto Alegre: Grupo A, 2014. 70. ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Tratado de medicina interna veterinária: doenças do cão e do gato. 2 v.5. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2004. 71. FORD, R. B.; MAZZAFERRO, E. M.; KIRK, R. W.; BISTNER, S. I. Manual de procedimentos veterinários e tratamento emergencial: segundo Kirk e Bistner. 8 ed. São Paulo, SP: Roca, 2007. 72. RANG, H. P.; DALE, M. M. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 73. MASSONE, F. Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas. 5 ed. ampl.atual. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2008.			

74. PAPICH, M. G. Manual Saunders terapêutico veterinário. 2. ed. São Paulo:MedVet, 2009.  
75. 829 TOZER, T. N.; ROWLAND, M. Introdução à farmacocinética.

UNIDADE CURRICULAR: PATOLOGIA VETERINÁRIA ESPECIAL			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Principais alterações anatomopatológicas que ocorrem nos vários órgãos e sistemas, a compreender seus mecanismos fisiopatológicos e a estabelecer correlações apropriadas com os sinais, sintomas e achados laboratoriais correspondentes as afecções dos diversos sistemas. Os conteúdos estudados serão divididos em: alterações congênitas, doenças metabólicas, doenças inflamatórias e parasitárias e, neoplasias de cada um dos sistemas			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 67. CARLTON, W. W. Patologia veterinaria especial de thomson. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 68. CHEVILLE, N. F. Introducao a patologia veterinaria. 3. ed. Barueri, Sp: Manole, 2009. 69. KUMAR, V. Patologia: Bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 70. VAN DJIK, J.E. Atlas colorido de Patologia Veterinária. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008. 71. THOMSON, R. G. Patologia geral veterinaria. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 76. ALMOSNY, N. Hemoparasitoses em pequenos animais domésticos e como zoonoses. L.F. LIVROS, 2002. 77. CAMARGO, J. L. V. de; DEILSON, E. O. Patologia geral: abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 78. COELHO, H. E. Patologia veterinaria. São Paulo: Manole, 2002. 79. SANTOS, R. L. Patologia veterinaria. Sao Paulo: Roca, 2010. 80. ZACHARY, J. F. Bases da patologia em veterinaria. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			

UNIDADE CURRICULAR: PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. Hard and Soft Skills. Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 72. BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 73. BRUM TORRES, J. C. (org.) Manual de ética - questões de ética teórica e prática. Petrópolis: Vozes, 2014. 74. DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto L. (Coord.). Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 303 p.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 81. PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 82. SÁ, A. L. Ética profissional [recurso eletrônico]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 83. TUCHERMAN, Sonia Eva. Autoestima. São Paulo Blucher 2019 1 recurso online. 84. BERGAMINI, Cecília Whitaker. Competência a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online. 85. CODA, Roberto. Competências comportamentais. Rio de Janeiro: Atlas. 2016. recurso online.			

UNIDADE CURRICULAR: SEMIOLOGIA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Subsídios propedêuticos adequados que possibilite o reconhecimento dos sinais e sintomas das doenças. Procedimentos de exploração semiológica, exame completo (resenha, anamnese, exame físico geral e específico e exames complementares). Métodos de abordagem e contenção de animais domésticos, sistema linfático, mucosas visíveis, funções vitais principais e suas principais alterações. Pele e anexos; sistema respiratório; sistema cardiovascular; sistema digestivo, fígado e vias biliares ; sistema vestibulococlear, olhos , sistema neural, sistema genitourinário, sistema locomotor.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 75. DIRKSEN, G., GRUNDER, H, STOBER, M Rosemberger : exame clinico de bovinos, 3 ed., Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2008. 76. EURIDES, D. Metodos de contenção de bovinos. Guaiba:Agropecuária, 1998. 77. FEITOSA, F L F(org) Semiologia a arte do diagnóstico., 2 ed. São Paulo: Roca, 2008.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 86. BUSH, B.M. Inerpretação de resultados laboratoriais para clínicos de pequenos animais. São Paulo:Roca, 2004. 87. CARLOTTI, D N , PIN , D Diagnostico Dermatologico: avaliação clínica e exames imediatos.São Paulo: Roca, 2004. 88. GROSS, T L, Doenças de pele do cão e do gato: diagnóstico clínico e histopatológico. 2ed., São Paulo:Roca, 2009. 89. NELSON, R W, COUTO, C G Medicina Interna de pequenos animais . 4 ed., Rio de Janeiro :Elsevier, 2010. 90. SMITH, B P Medicina Interna de grandes animais. 3ed, ed manole, 2006.			

UNIDADE CURRICULAR: DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Estudo da etiologia, patogenia, sinais clínicos, diagnóstico, tratamento de doenças infecciosas de animais de companhia, ruminantes e equídeos causadas por bactérias, fungos, vírus e príons com destaque as características epidemiológicas e as medidas de profilaxia e controle.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 78. CORREA, W. M Enfermidades Infecciosas dos Mamíferos Domésticos, 2 ed. 1992, Medsi QUINN, F.J. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas, Porto Alegre –RS, Artmed 2005. 79. RAMSEY, I.K; TENNANT, B.J. Manual de doenças infecciosas em cães e gatos. 1ed. Roca, 2010.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 91. FLORES, E.F. Virologia Veterinaria. Editora UFSM, Santa Maria , 2012. 92. NELSON, R.W. Medicina Interna de Pequenos Animais . 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 SMITH, B.P. Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais . vol. 1 e2, São Paulo: Manole, 2006 VERONESI, R. Tratado de Infectologia. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 93. WINN, Jr.W.C; et al. Koneman, Diagnóstico microbiológico Texto e atlas colorido. 6 ed.: Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.			

UNIDADE CURRICULAR: LABORATÓRIO CLÍNICO ANIMAL			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Capacitar o aluno a executar as técnicas diagnósticas de exames de rotina, bem como solicitar adequadamente e interpretar as alterações observadas nesses exames complementares. Colheita de material para exames laboratoriais. Introdução à Hematologia. Eritropoiese e granulopoiese. Anemias: classificação morfológica, etiopatogênica e quanto à resposta medular. Policitemias. Funções dos leucócitos. Alterações na contagem de leucócitos: leucocitose e leucopenias. Desvios à esquerda e direita. Hemostasia: hemodinâmica e provas laboratoriais para hemostasia primária			

e secundária. Avaliação da função renal: urinálise e bioquímica sérica. Perfil hepático: enzimologia e provas de função hepática. Alterações laboratoriais da função pancreática. Análise e classificação das efusões.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

80. GARCIA-NAVARRO, C. E. K. Manual de hematologia veterinária. São Paulo: Varela, 1994.
81. GARCIA-NAVARRO, C. E. K. Manual de urinálise veterinária. São Paulo: Varela, 2005.
82. GAUTIER, A. Os exames de laboratório na prática veterinária. 2. ed. São Paulo: Organização Andrei, 1987.
83. MEYER, D. J.; COLES, E. H.; RICH, L. J. Medicina de laboratório veterinária: interpretação e diagnóstico. São Paulo: Roca, 1995.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

94. COWELL, R. L. Diagnostic cytology and hematology of the dog and cat. 2. ed. St. Louis: Mosby, 1999.
95. FISCHBACH, F. T.; DUNNINGIII, M. B. Manual de enfermagem exames laboratoriais & diagnósticos. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
96. KERR, M. G. Exames laboratoriais em medicina veterinária: bioquímica clínica e hematologia. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.
97. CARTER, G. R. Fundamentos de bacteriologia e micologia veterinária. São Paulo: Roca, 1988.

UNIDADE CURRICULAR: MANEJO DE PASTAGENS E FORRAGICULTURA			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b>			
Morfofisiologia e taxonomia das plantas forrageiras. Sucessão vegetal e ecologia dinâmica. Características agrônomicas das principais espécies forrageiras. Pastagens nativas. Implantação de pastagens. Melhoramento das pastagens naturais. Manejo das pastagens. Flutuação estacional das pastagens. Conservação de forragem. Integração lavoura pecuária. Métodos de avaliação da produção e composição botânica das pastagens. O solo pastoril e suas relações com as plantas e com os animais, sob o comando humano. A biocenose. Princípios de fisiologia vegetal aplicadas ao manejo racional dos pastos. O crescimento do pasto e a qualidade da forragem produzida. Ingestão			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
84. FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Ed. UFV. 2010.			
85. MACHADO, L. A. Z. Manejo de pastagem nativa. Guaíba: Agropecuária, 1999.			
86. MELADO, J. Manejo de pastagem ecológica: um conceito para o terceiro milênio. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.			
87. VILELA, H. Pastagem: seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação. Editora Aprenda Fácil, 2011.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
98. FERREIRA, M. F., ALONÇO A. S., MACHADO, A. L. T. Máquinas para silagem. Pelotas: UFPEL, 2003.			
99. FUNDAMENTOS DO PASTEJO ROTACIONADO, ANAIS DO 14º SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM. Editores: Aristeu Mendes Peixoto, José Carlos de Moura, Vidal Pedrosos de Faria. FEALQ, 2005.			
100. KLUTHCOUSKI, J.; STONE L. F.; AIDAIR, H. Integração lavoura-pecuária. Santo Antônio de Goiás; EMBRAPA Arroz e Feijão. 2003.			
101. SIMPÓSIO SOBRE CALAGEM E ADUBAÇÃO DE PASTAGENS, 1. 1985, Nova Odessa, SP. Calagem e adubação de pastagens. Piracicaba: Associação Brasileira para a Pesquisa do Potássio e do Fósforo, 1986.			
102. SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 15., 1998. Piracicaba, SP. Manejo de pastagens de tifton, coastcross e estrela. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1998.			

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICAS EM ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b>			
Capacitar o aluno a compreender os tipos, uso, indicações, efeitos colaterais das principais medicações anestésicas e pré anestésicas. Anestesiologia: conceitos. Vias de administração. Intubação orotraqueal. Medicação pré-anestésica. Anestesia geral. Planos anestésicos. Anestesia local. Principais anestésicos. Parada cardíaco-respiratória.			

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
88. MASSONE, F. Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.			
89. KESTER, M.; VRANA, K. E.; QURAIISHI, S. A.; KARPA, K. D. Farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.			
90. RANG, H. P. Farmacologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
91. NATALINI, C. C. Teoria e técnicas em anestesiologia veterinária. Porto Alegre - RS: Artmed, 2007.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
103.FANTONI, D. T. Anestesia em cães e gatos. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.			
104.KATZUNG, B. G. Farmacologia básica e clínica. 10. ed. Porto Alegre - RS: Amgh Editora, 2010.			
105.LULLMANN, H.; MOHR, K.; HEIM, L.; BIEGER, D. Farmacologia: texto e atlas. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.			
106.SPINOSA, H. S.; GORNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. Farmacologia aplicada a medicina veterinária. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.			
107.STOELTING, R. K.; HILLIER, S. C. Manual de farmacologia e fisiologia na prática anestésica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.			

<b>UNIDADE CURRICULAR: DISCIPLINA OPTATIVA</b>			<b>SEMESTRE: 5º</b>
<b>C.H. TEÓRICA</b> 0	<b>C.H. PRÁTICA</b> 0	<b>C.H. AUTOINSTRUCIONAL</b> 0	<b>C.H. TOTAL</b> 80
<b>EMENTA</b> DISCIPLINA OPTATIVA			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 92. DISCIPLINA OPTATIVA			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 108.DISCIPLINA OPTATIVA			

<b>UNIDADE CURRICULAR: COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES</b>			<b>SEMESTRE: 6º</b>
<b>C.H. TEÓRICA</b> 0	<b>C.H. PRÁTICA</b> 0	<b>C.H. AUTOINSTRUCIONAL</b> 0	<b>C.H. TOTAL</b> 120
<b>EMENTA</b> Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania. Atuação profissional comunitária.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
93. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.			
94. HOYOS GUEVARA, A. J. et al. Educação para a era da sustentabilidade: Abrindo caminhos, promovendo valores, por um mundo melhor. São Paulo: Saint Paul, 2011.			
95. SUNG, J. M.; SILVA, J. C. Conversando sobre ética e sociedade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
109.JONAS, H. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.			
110.LEITE, M. B. A questão da dimensão ética em ser e tempo [recurso eletrônico]. 2. São Paulo: Blücher, 2017.			

UNIDADE CURRICULAR: DIAGNÓSTICO POR IMAGEM			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> Introdução ao estudo do diagnóstico por imagem através do raio X, do ultra-som. Princípios físicos e tipos de técnicas utilizadas através dos meios de diagnóstico por imagem. Estudo da imagem radiográfica normal da cabeça, do pescoço, do torax, do abdome, da pelve e dos apêndices locomotores nas espécies: canina, felina e equina, através de radiografias simples e contratadas. Estudo da imagem ultra-sonográfica normal da cabeça, do pescoço, do tórax, do abdome, da pelve e dos apêndices locomotores em cães, gatos, bovinos e equinos.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 96. CASTRO J. R., A. Introducao a radiologia. 4. ed. Sao Paulo: Rideel, 2010. DAMAS, K. F. Tratado pratico de radiologia. 2. ed. Sao Caetano do Sul: Yendis, 2008. 97. PISCO, J. M. Radiologia e analise de imagens. São Paulo: Rideel, 2008. 98. TICER, J. W. Tecnicas radiologicas na pratica veterinaria. 2. ed. São Paulo: Roca, 1987.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 111. THRALL, M. A. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. 5ed, Ed. Elsevier Brasil 2010. 112. CARVALHO, C.F. Ultrassonografia doppler em pequenos animais. 1ed, Ed. Roca, 2009. 113. HAN, C.M.; HURD, C.D. Diagnóstico por imagem para a prática veterinária. 3ed, Ed. Roca, 2007. 114. MANNION, P. Ultrassonografia de Pequenos Animais. 1ed, Ed. Revinter, 2010. 115. O'BRIEN, T.R. Radiologia de equinos. 1ed, Ed. Roca, 2006. 116. VIEIRA, V. E. Radiologia para medicina veterinaria. Teresina: Edufpi, 1999.			

UNIDADE CURRICULAR: FISIOPATOLOGIA DA REPRODUÇÃO ANIMAL			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> fisiopatologia da reprodução de fêmeas e machos, fornecendo subsídios para a atuação do aluno na área da reprodução animal. Interação anatomo-funcional do aparelho reprodutor. Patologia da reprodução animal. Avaliação ginecológica e andrológica. Manipulação da reprodução animal. Técnicas que maximizam a eficiência reprodutivas. Fisiologia da fecundação, gestação, parto, puerpério e lactação. Patologias que ocorrem durante a gestação, parto e puerpério. Ciclos estrais das espécies domésticas. Endocrinologia gestacional. Diagnóstico da gestação nas diferentes espécies domésticas. Membranas fetais e placentação. Anormalidades gestacionais Pelvilogia e pelviometria nas espécies domésticas. Parto eutócico e distócico. Distocia materna e fetal. Patologias puerperais. Hiperplasia endometrial cística e piometra.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 99. GONÇALVES, P. B. D.; FIGUEIREDO, J. R.; FREITAS, V. J. F. Biotécnicas Aplicadas a Reprodução Animal. 2ª ed, São Paulo: Roca. 2002. NASCIMENTO, E. F. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. Reprodução animal. 7. ed. São Paulo: Manole, 2004			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 117. TONIOLO, G. H. Manual de obstetricia veterinaria. São Paulo: Varela, 1995. 118. ANIMAL reproduction. Belo Horizonte - Mg: Colegio Brasileiro de Reproducao Animal - Cbra, 2004. 119. MOORE, K. L. Embriologia básica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. 120. MOURA, J. C.; MERKT, H. A ultra-sonografia na reprodução equina. 2. ed. Salvador: Editora Universitária Americana, 1996. 121. LAZZARINI NETO, S. Reprodução e melhoramento genético. 2. ed. Vicosa: Aprenda Facil, 2000.			

UNIDADE CURRICULAR: PRODUÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO DE MONOGÁSTRICOS E RUMINANTES			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> Importância econômica dos animais domésticos; principais tipos e raças de animais domésticos; formação de raça, herança e meio, seleção, heterose, cruzamentos, parentesco, consangüinidade, noções de melhoramento genético animal. Sistemas de criação; Instalações, equipamentos e profilaxia ligados a espécies de interesse zootécnico; bioclimatologia na produção animal. Sustentabilidade.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 100.MACARI, M., FURLAN, R. L., GONZÁLES, E. (ed.). Fisiologia Aviária Aplicada a Frangos de Corte. Funep/Unesp, Jaboticabal, SP,2002. 101.MACARI M. e MENDES A. A. Manejo de Matrizes de Corte, Facta, Campinas/SP, 2005, 421 p. 102.UPNMOOR, I. Produção de suínos - 1. Da concepção ao desmame; 2. Período de creche; 3. Crescimento, terminação e abate; 4. Amatriz. Guaíba-RS:Agropecuária (Coleção de quatro livros). 2000. 103.TORRES, A. P. Manual de Zootecnia. 2º Ed. 1982. Editora Ceres. 302p DOMINGUES, O. Elementos de zootecnia tropical. 6.ed. São Paulo: Nobel, 1984. 143p. 104.DOMINGUES, O. Introdução à zootecnia. S. T. A. MA-RJ, 1986. FARIA, E. V. Zootecnia geral. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 122.ROSTAGNO, H.S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos, 2005, UFV. 123.SOBESTIANSK, J, BARCELLOS, D., MORES, N., CARVALHO, L.F., OLIVEIRA, S. de, Clínica e Patologia Suína. Goiânia: Art3,2001. 464p. 124.SOBESTIANSK, J., WENTZ, I., SILVEIRA, P.R.S., SESTI, L.A. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília:Embrapa-SPI; Concórdia:Embrapa-CNPISA, 1998.388p. 125.McDOWELL, R. E. Bases biológicas de la producción animal en zonas tropicales. Acribia, Zaragoza, 1975. 692 p.			

UNIDADE CURRICULAR: TÉCNICAS CIRÚRGICAS EM MEDICINA VETERINÁRIA			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Introdução ao estudo da cirurgia. Princípios da cirurgia/operação veterinária: assepsia cirúrgica, cicatrização de feridas, cuidados pré, trans e pós-cirúrgicos, instrumental, tipos de suturas (contínuas, especiais, interrompidas), tempos cirúrgicos. Diérese, hemostasia e Síntese. Nomenclatura cirúrgica da região abdominal de pequenos e grandes animais. Sufixação dos principais termos cirúrgicos utilizados na medicina veterinária. Paramentação e ética cirúrgica. Estudo teórico e prático das técnicas cirúrgicas básicas em pequenos animais, grandes animais, celiotomias, cirurgias da cavidade bucal, cirurgias do globo ocular, cirurgias da região cervical, cirurgias do sistema reprodutor masculino e feminino, cirurgias do sistema urinário, cirurgias do sistema digestório			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 105.BOJRAB, M. J. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 1996. 106.TURNER, A. S. Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte. São Paulo: Roca, 1998. 107.ROSENBERG, G. H. Bases técnicas e teóricas de fios e suturas. São Paulo: Roca, 1993.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 126.BOJRAB, M. J. Mecanismos da molestia na cirurgia dos pequenos animais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1996. 127.MAGALHAES, H. P. Técnica cirurgica e cirurgia experimental. Sao Paulo: Sarvier, 1996. 128.DALECK, C. R. Tópicos em cirurgia de caes e gatos. Jaboticabal: Funep, Unesp, 1992. 129.KNECHT, C. D. Tecnicas fundamentais em cirurgia veterinaria. 2. ed. Sao Paulo: Roca, 1985. 130.SLATTER, D. Manual de Cirurgia de Pequenos Animais. 3ed, Ed. Manole, 2007.			

UNIDADE CURRICULAR: BIOTÉCNICAS DA REPRODUÇÃO ANIMAL			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Abordagem de biotécnicas que estejam envolvidas com a monitorização e elevação da eficiência reprodutiva dos animais domésticos. Conhecimentos avançados para o estudo e aplicação prática de tecnologias relacionadas a monitorização da reprodução, avaliação, preservação de sêmen e inseminação artificial, tecnologias de reprodução assistida, produção preservação e criopreservação de embriões de animais domésticos. Abordagem de biotécnicas avançadas de clonagem, transgênese e terapia com célulastronco			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 108. ARUSELLI, P. S. et al. Evolução e perspectivas da inseminação artificial em bovinos. Rev. Bras. Reprod. Anim., v. 43, nº 2, p. 308-314, abr./jun. 2019. GONÇALVES, R. L. R.; VIANA, J. H. M. Situação atual da produção de embriões bovinos no Brasil e no mundo. Rev. Bras. Reprod. Anim, v. 43(2), p. 156-159, 2019. GONÇALVES, P. B. D.; FIGUEIREDO, J. R.; FIGUEIREDO FREITAS, V. J. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. São Paulo: Roca, 2008. HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. Reprodução animal. 7ª ed. Philadelphia: Lea & Febiger, 2004. PALHANO, H. B.; JESUS, V. L. T.; TRÉS, J. E.; JACOB, J. C. F.; MOREIRA ALVES, P. A. Reprodução em bovinos – fisiopatologia, terapêutica, manejo e biotecnologia. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2008. RODRIGUES, J. L.; RODRIGUES, B. A. Evolução da biotecnologia da reprodução no Brasil e seu papel no melhoramento genético. Rev. Ceres, v. 56, nº 4, p. 428-436, 2009. SALVADOR, Daniel Fábio. Impactos da biotecnologia – clonagem animal. Educação Pública, v. 19, nº 24, 8 de outubro de 2019. Disponível em: <a href="https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/24/impactos-dabiotecnologia-clonagem-animal">https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/24/impactos-dabiotecnologia-clonagem-animal</a> . VIEIRA, Rômulo José. Biotécnicas aplicadas à reprodução bovina: generalidades. Ciência Animal, v. 22(1), p. 55-65, 2012.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 131. Bertolini M, Bertolini LR, Gerger RPC, Batchelder CA, Anderson GB. Developmental problems during pregnancy after in vitro embryo manipulations. Rev Bras Reprod Anim, v.31, p.391-405, 2007. Bertolini M, Bertolini LR. Advances in reproductive technologies in cattle: from artificial insemination to cloning. Rev Med Vet Zoot, v.56, p.184-194, 2009. Betteridge KJ. A history of farm animal embryo transfer and some associated techniques. Anim Reprod Sci, v.79, p.203-244, 2003. Betteridge KJ. Farm animal embryo technologies: Achievements and perspectives. Theriogenology, v.65, p.905- 913, 2006. Biggers JD. IVF and embryo transfer: historical origin and development. Reprod BioMed Online, v.25, p.118-127, 2012. Foote RH. Development of reproductive biotechnologies in domestic animals from artificial insemination to cloning: a perspective. Cloning, v.1, p.133-142. 1999. Foote RH. The history of artificial insemination: Selected notes and notables. J Anim Sci, v.80, p.1-10, 2002. Gardner DK, Lane M, Watson AJ. A Laboratory Guide to the Mammalian Embryo, 2004. Gordon I. Laboratory production of cattle embryos. 2nd ed. Wallingford, UK: CABI Publishing. 548pp, 2003. (Biotechnology in Agriculture Series, n. 27).			

UNIDADE CURRICULAR: BOVINOCULTURA DE CORTE E DE LEITE			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> Avaliação das características morfológicas e raciais dos bovinos de corte e de leite. Manejo geral de rebanhos. Ações do ambiente sobre os animais domésticos. Noções de forragicultura, buscando assim, fornecer aos discentes conhecimentos básicos sobre a criação das diversas espécies de interesse zootécnico, fornecendo subsídios para sua atuação na área da produção animal de polígástricos.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 109. LUCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, 1997. MARQUES, D. C. Criação de bovinos. 7. ed. Belo Horizonte: Cvp, 2003. BOVINOCULTURA de corte: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: Fealq, 1999. BOVINOCULTURA leiteira: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: Fealq, 2000			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 132. ROSTAGNO, H.S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos, 2005, UFV. MARTIN, L. C. T. Confinamento de bovinos de corte. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1999. MARTIN, L. C. T. Bovinos-volumosos suplementares. São Paulo: Nobel, 1997. MARTIN, L. C. T. Nutrição mineral de bovinos de corte. São Paulo: Nobel, 1993.			

ALCANTARA, P. B. Plantas forrageiras: gramíneas & leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. RIBEIRO, S. D. A. Caprinocultura: criação racional de caprinos. São Paulo: Nobel, 1997. VILELA, D. M. Sustentabilidade da pecuária de leite no Brasil: qualidade e segurança alimentar. Brasília: Embrapa, 2001. VILELA, D. Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento. Juiz de Fora: Cnpq, 2001. CARVALHO, F. A. N. Nutrição de bovinos a pasto. Belo Horizonte: Papelform, 2003.

UNIDADE CURRICULAR: ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b>			
Compreender as implicações da implantação de políticas e práticas da análise organizacional e de processos como ferramenta estratégica para as empresas. Introdução à gestão de processos, fluxogramas, organogramas, indicadores de desempenho e monitoramento de resultados, compreendendo a relevância dessas ferramentas à gestão empresarial. O tema da administração pode ser considerado como um dos pilares da sociedade moderna. Independente de sistema econômico e político, o conhecimento da evolução dos conceitos, processos e funções administrativas é hoje um importante elemento para o incremento da eficiência de todas as atividades humanas, desde a gestão pessoal e familiar, até grandes economias nacionais, passando por empreendimentos públicos e/ou privados, com ou sem finalidade lucrativa. Para o profissional de Ciências Agrárias (Veterinária, Zootecnia e Agronomia), a disciplina fornece conhecimentos sobre as diferentes funções e processos administrativos nas organizações, sobretudo agrícolas, agropecuários e agroindustriais, qualificando-o a entender a gestão nas suas diferentes áreas e níveis estratégicos e operacionais			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
110. BATALHA, Mário. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais / Coordenador. São Paulo: Atlas, Vol 1 e 2, 1997. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 205 p. CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Mc Graw-Hill, Ltda., 1987. (pg 125 - 176).			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
133. BRUNSTEIN, Israel. Economia de empresas: gestão econômica de negócios. São Paulo: Atlas, 2011. 182 p. 134. HOFFMANN, R; SERRANO, O; NEVES, E. M.; THAME, A. C. M.; ENGLER, J. J. C. Administração da Universidade Católica de Brasília Campus I – QS 07 – Lote 01 – EPCT – Águas Claras – Brasília – DF CEP: 71966-700 Campus Avançado Asa Norte – SGAN 916 Módulo B Avenida W5 – CEP: 70790-160 – Brasília/DF – Telefone: (61) 3448-7134 Campus Avançado Asa Sul – SHIGS 702 Conjunto 02 Bloco A – CEP: 70330-710 – Brasília/DF – Telefone: (61) 3226-8210 3 empresa agrícola. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992. KAWASNICKA, E. L. Introdução a Administração. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007. 335 p. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo Atlas 2006 LEVI, David Simchi. Cadeia de suprimentos projeto e gestão. 3. Porto Alegre Bookman 2010.			

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICAS EM CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	120	0	120
<b>EMENTA</b>			
Diagnóstico e tratamento dos transtornos que alteram a hemodinâmica do paciente cirúrgico no pré, trans e pós operatório. Infecção cirúrgica, profilaxia e controle. Cicatrização e fatores que interferem na reparação de diferentes tecidos. Diagnóstico, prognóstico, conduta terapêutica, procedimentos cirúrgicos, reabilitação e prevenção de problemas nas afecções cirúrgicas que acometem os animais. Cirurgias oftálmicas, torácicas, gastrointestinais, genitourinária, tegumentar. Musculo-esquelética. Neoplasmas. Hérnias e paratopias e suas correções.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
111. SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1998. 112. BOJRAB, M. J. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 1996. 113. DALECK, C. R. Tópicos em cirurgia de cães e gatos. Jaboticabal: Funep, Unesp, 1992.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
135. BOJRAB, M. J. Current techniques in small animal surgery. 4. ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1998.			

- 136.FANTONI, D. T. Anestesia em caes e gatos. 2. ed. Sao Paulo: Roca, 2009.  
137.FOSSUM ,T. W. Small animal surgery. 2. ed. St. Louis, Missouri: Mosby, 2002.  
138.KNECHT,C. D. Tecnicas fundamentais em cirurgia veterinaria. 2. ed. Sao Paulo: Roca, 1985.  
139.PIERMATTEI, D. L. Manual de ortopedia e tratamento das fraturas dos pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Manole, 1999.

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICAS EM CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Estudo das principais doenças que acometem os cães e gatos. Definição, etiologia, sinais clínicos, diagnósticos, tratamentos das doenças dermatológicas, oftálmicas, digestórias, hepáticas, pancreáticas, neurológicas, neuromusculares, endocrinológicas, oncológicas, urinárias, cardiovasculares, respiratórias, neonatologia, pediatria, geriatria. Fluidoterapia, Transfusão sanguínea.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 114.MULLER, G. H. Dermatologia de pequenos animais. 5. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1996. 115.NELSON, R. W. Medicina interna de pequenos animais. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 116.ETTINGER, S. J. Tratado de medicina interna veterinaria. 4. ed. Sao Paulo: Manole, 1997. 117.BIRCHARD, S. J. Manual saunders clinica de pequenos animais. São Paulo: Roca, 1998.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 140.CAES e gatos: GESTAO E PROFISSIONALIZACAO DO MERCADO PET. Sao Paulo: Xclusive, 2005. 141.SHAW, D. H. Medicina interna de pequenos animais. Porto Alegre: Artmed, 1999. 142.HOSKINS, J. D. Pediatria veterinaria: caes e gatos do nascimento aos seis meses. 2. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1997. 143.MATTOS JUNIOR, D. G. Manual de helmintoses comuns em caes. Niteroi: Eduff, 1999. 144.MICHELL, A. R. Fluidoterapia veterinária. Espa A: Acribia, 1991.			

UNIDADE CURRICULAR: CLINICA MÉDICA DE ANIMAIS SILVESTRES E SELVAGENS			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Estudo introdutório sobre a medicina e o manejo de animais silvestres abordando condições de bem estar-animal, comportamento e terapêutica em répteis, mamíferos e aves.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 118.CUBAS, Z. S.; SILVA, J.C.R.; CATÃO-DIAS, J.L. Tratado de animais selvagens. São Paulo: Roca, 2007. 119.- TROIANO, J.C. Doenças dos répteis. 1 ed. Med vep. Brasil. 2018. 300p. 120.- FEITOSA, L.F.F. Semiologia veterinária: a arte do diagnóstico. 2.ed. São Paulo:Roca, 2008.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 145.FOWLER, M.E. Zoo & wild animal medicine. Philadelphia: Saunders, 8. ed. 2015. 773 p. 146.- KINDLOVITS, A. CLÍNICA E TERAPÊUTICA EM PRIMATAS NEOTROPICAIS. L.F. LIVROS, 2. ed. 2009. 535 p. 147.- FRANCISCO, L.R. Répteis do Brasil: manutenção em cativeiro. São José dos Pinhais: Amaro, 1997. 148.- SICK, H. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 149.- RAMBALDI, D.M. Espécies da fauna ameaçadas de extinção: recomendações para o manejo e políticas públicas. 2.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.			

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO RURAL, GESTÃO DA QUALIDADE E MEIO AMBIENTE - MED VET			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Conceituação da Extensão Rural, modelos de extensão rural, cientificação da Extensão Rural. Trajetória histórica da extensão rural no Brasil. Processos de Comunicação. Difusão de Tecnologias e Metodologias para o Desenvolvimento de Comunidades Rurais. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Perfil e práticas extensionistas. Agentes de desenvolvimento rural e suas funções. A estrutura fundiária brasileira. Produção e políticas agrícolas. Papel da mão de obra. Planejamento da ação extensionista. Desenvolvimento rural. Perspectivas futuras com foco no desenvolvimento sustentável.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 121.FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 122.RUAS, E. D. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Emater, 2006. 123.SANTOS, R. Q. Educação e extensão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 150.ALMEIDA, J. A. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília/DF: MEC: ABEAS 1989. 151.ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 152.CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Educação: a encruzilhada do ensino rural. São Paulo: Papyrus, 1991. 153.FERREIRA, P. Completa Legislação do inquilinato e do arrendamento rural. 2. ed. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Estácio de Sá, 1980. 154.MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICAS EM CLÍNICA CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Principais afecções cirúrgicas de equinos e ruminantes. Diagnóstico e tratamento de doenças do trato digestório, sistema respiratório, oftálmico, locomotor, genito-urinário, reprodutor masculino e feminino, neoplasmas.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 124.TURNER, A. S. Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte. São Paulo: Roca, 1998. 125.SMITH, B. Tratado de medicina interna de grandes animais. São Paulo: Manole, 1993. 126.MILNE, D. W. Atlas das abordagens cirúrgicas dos ossos do cavalo. São Paulo: Roca, 1987.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 155.KNECHT, C. D. Técnicas fundamentais em cirurgia veterinária. 2. ed. São Paulo: Roca, 1985. 156.MAGALHAES, H. P.. Técnica cirúrgica e cirurgia experimental. São Paulo: Sarvier, 1996. 157.NASCIMENTO, E. F. Patologia da reprodução dos animais domésticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 158.NOAKES, D. E. A. Veterinary reproduction and obstetrics. 8. ed. Philadelphia: W. B. Saunders, 2001. 159.YAMASHITA, A. M.; GOZZANI, J. L. Anestesia em obstetria. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.			

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICAS EM CLÍNICA MÉDICA DE GRANDES ANIMAIS			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Principais enfermidades e afecções dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. Neonato de risco, doenças do sistema digestório, enfermidades metabólicas, endócrinas e carências. Enfermidades da pele, sistema urinário, aparelho locomotor, sistema respiratório, sistema nervoso, sistema circulatório, sistema oftálmico, glândula mamária.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 127.SMITH, B. Tratado de medicina interna de grandes animais. São Paulo: Manole, 1993. 128.BLOOD, D. C. Clínica veterinária. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 129.MARCENAC, L. Enciclopedia do cavalo. 4. ed. Sao Paulo: Andrei, 1990.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 160.ADAMS, O. R. Claudificacao em equinos segundo adams. 4. ed. São Paulo: Roca, 1994. 161.AUTHEVILLE, P. Manual de pronto socorro para o cavalo. Sao Paulo: Andrei, 1982. 162.RADOSTITS, O. M.; MAYHEW, I. G. J.; HOUSTON, D. M. Exame clinico e diagnostico em veterinaria. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 163.REED, S. M. Medicina interna equina. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 164.THOMASSIAN, A. Enfermidades dos cavalos. 3. ed. Sao Paulo: Livraria Varela, 1997.			

UNIDADE CURRICULAR: TECNOLOGIA E INSPEÇÃO DE LEITE E DERIVADOS			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b> Evolução da legislação do setor; Classificação regulamentar dos estabelecimentos de produtos de origem animal; A inspeção e o controle na indústria de alimentos; Higiene industrial; Localização, construção e funcionamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal; Leite; Ovos; Mel; Produção e utilização do frio industrial; Inspeção sanitária; Inspeção sanitária e tecnologia do mel e derivados; Inspeção sanitária do leite e derivados, estudo microbiológico dos alimentos com vistas à inspeção sanitária			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 130.BEHMER, M. L. A. Tecnologia do leite. 13. ed. São Paulo: Nobel, 1999. 131.EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2001. 132.GAVA, A. J. Tecnologia de Alimentos – Princípios e Aplicações. Ed. Nobel, 2009.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 165.ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. Vigilancia sanitaria: tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 166.FRANCO, B. D. G. M. Microbiologia dos alimentos. Sao Paulo: Atheneu, 2008. 167.GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações . São Paulo: Nobel, 2009.			

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MEDICINA VETERINÁRIA I			SEMESTRE: 9º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	200	0	200
<b>EMENTA</b> é um conjunto de atividades programadas para ampliar a formação, assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso com a realidade da profissão. É um componente curricular obrigatório do curso onde o estudante desenvolve atividades relacionadas às competências de sua formação supervisionado na própria instituição. O relatório de estágio deve conter as atividades desenvolvidas, seguir as normas estabelecidas no regulamento próprio e ser apresentado ao supervisor de estágio.			

<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>133.NASCIMENTO, D. M. Metodologia do trabalho científico: Teoria e prática. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2008.</p> <p>134.SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>135.BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciencias sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>136.MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2ed. Atlas. São Paulo, 2010.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>168.TACHIZAWA, T.; MENDES, G. Como fazer monografia na pratica. 4. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 1999.</p> <p>169.FARIA, A. C. Manual pratico para elaboracao de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 4. ed. Petropolis, Rj: Vozes, 2010.</p> <p>170.FIGUEIREDO, A. M. Como elaborar projetos, monografias, dissertacoes e teses: da redação científica à apresentação do texto oficial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.</p> <p>171.LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>172.MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 5. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.</p>

UNIDADE CURRICULAR: TECNOLOGIA E INSPEÇÃO DE CARNE, OVOS, PRODUTOS DE ABELHA E DERIVADOS			SEMESTRE: 9º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Fundamentos de ciência da Carne: composição química, valor nutricional características sensoriais e conversão de músculo em carne; Microbiologia da carne; Aspectos higiênico-sanitários da obtenção de carnes e equipamentos; Processamento de produtos cárneos; Classificação, processamento, seleção, e inspeção de produtos na fonte de produção, armazenamento, destruição e consumo. Fundamentos teóricos das diferentes fases da cadeia produtiva da carne, ovos, pescados e produtos de abelha; Aspectos de certificação; principais legislações vigentes na área de tecnologia e inspeção de produtos de origem animal.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>137.ROSSI, G. A.M (org). Qualidade, tecnologia e Inspeção de carnes. São Paulo, Editoria MedVet, 2022.</p> <p>138.FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da segurança dos alimentos. 2. Porto Alegre ArtMed 2013.</p> <p>139.SILVA JUNIOR, E.A. Manual de Controle Higiênico Sanitário em serviços de Alimentação, 8.ed, 118p. São Paulo, Livraria Varela, 2020.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>173.OETTERER, Marília; REGITANO-D'ARCE, Marisa Aparecida Bismara; SPOTO, Marta Helena Fillet. . Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Barueri, SP: Monole, 2006.</p> <p>174.GONÇALVES, A. A. Tecnologia do Pescado – Ciência, Tecnologia, Inovação e Legislação, 2 ed, Ed. Atheneu, 2021.</p> <p>175.PARDI, Miguel Cione. Ciência, higiene e tecnologia da carne. Goiânia, GO: UFG, 2001.</p> <p>176.VIEIRA, Regine Helena Silva dos Fernandes (Coord.). Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática. São Paulo, SP: Livraria Varela, 2003. 380 p.</p>			

UNIDADE CURRICULAR: DISCIPLINA OPTATIVA			SEMESTRE: 9º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	0	0	80
<p><b>EMENTA</b></p> <p>DISCIPLINA OPTATIVA</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>140.DISCIPLINA OPTATIVA</p>			

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 177.DISCIPLINA OPTATIVA
---

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MEDICINA VETERINÁRIA II			SEMESTRE: 10º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	200	0	200
<b>EMENTA</b> é um conjunto de atividades programadas para ampliar a formação, assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso com a realidade da profissão. É um componente curricular obrigatório do curso onde o estudante desenvolve atividades relacionadas às competências de sua formação supervisionado na própria instituição. O relatório de estágio deve conter as atividades desenvolvidas, seguir as normas estabelecidas no regulamento próprio e ser apresentado ao supervisor de estágio			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 141.NASCIMENTO, D. M. Metodologia do trabalho científico: Teoria e prática. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2008. 142.SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 143.BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciencias sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 144.MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2ed. Atlas. São Paulo, 2010.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 178.TACHIZAWA, T.; MENDES, G. Como fazer monografia na pratica. 4. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 1999. 179.FARIA, A. C. Manual pratico para elaboracao de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 4. ed. Petropolis, Rj: Vozes, 2010. 180.FIGUEIREDO, A. M. Como elaborar projetos, monografias, dissertacoes e teses: da redação científica à apresentação do texto oficial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 181.LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 182.MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 5. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.			

UNIDADE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			SEMESTRE: 10º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> Elaboração de um projeto de trabalho de conclusão de curso com tema relativo à pesquisa, extensão ou ensino, a ser estabelecido entre orientador e aluno, nas áreas de atuação do profissional de Medicina Veterinária.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 145.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: referências : elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002a. 146.BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC). São Paulo: Editora Atlas, 2008. 147.LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1995. MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Editora Plano, 2002.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 183.MÜLLER, Mary Stela. Normas e padrões para teses e dissertações e monografias. 5a ed. Londrina: Editora da UEL, 2002. 184.RUDIO, F.V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, vozes, 1986. 185.SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002. SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. TCC: Métodos e Técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.			

186.SPECTOR, N. Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1997.  
187.VOLPATO, G.L. Publicação científica, 2 ed, Botucatu, Editora Tipomic, 2003.

UNIDADE CURRICULAR: ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SEMESTRE: AC
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
			80
<b>EMENTA</b> ATIVIDADE COMPLEMENTAR			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 148.ATIVIDADE COMPLEMENTAR			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 188.ATIVIDADE COMPLEMENTAR			

UNIDADE CURRICULAR: BIOÉTICA			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Moral, Ética e Bioética. Princípios gerais da ética/bioética. A bioética e os direitos individuais. A ética em pesquisa. Dilemas éticos frente aos limites ou fronteiras do desenvolvimento científico e biotecnológico contemporâneos. Bioética e pesquisa na área de saúde e ambiente. Noções de biossegurança em campo e laboratorial.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 149.BIOÉTICA, cuidado e humanização. São Paulo, SP: Loyola, 2014. v. ISBN 9788515041152. 150.BIOÉTICA e biossegurança aplicada. Porto Alegre SER - SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595022096.SCHLINK, Bernhard. Bioética à luz da liberdade científica estudo de caso baseado na decisão do STF sobre a constitucionalidade da Lei de biossegurança e no direito comparado. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522489787.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 189.A BIOÉTICA no século XXI. Brasília, DF: Editora Universa, 2000. 158 p. ISBN 8523005943. 190.GOZZO, D. Bioética e direitos fundamentais. São Paulo Saraiva 2012 1 recurso online ISBN 9788502163126. 191.MARTINS-COSTA, J. Bioética e responsabilidade. Rio de Janeiro Forense 2008 1 recurso online ISBN 978-85-309-5606-6. 192.SILVA, J. V da (Coord.). Bioética: meio ambiente, saúde e pesquisa. São Paulo, SP: Iátria, 2006. 203 p. ISBN 857614042X. 193.SILVA, M. B. da. Bioética e a questão da justificação moral. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 152 p. ISBN 857430445x 194.VARELLA, M. D.; FONTES, E.; ROCHA, F. A. N. G. da. Biossegurança e biodiversidade: Contexto científico e regulamentar. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 301 p. ISBN 8573082615			

UNIDADE CURRICULAR: BIOINFORMÁTICA			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Apresentação da bioinformática através do principal recurso para estudos biotecnológicos online: NCBI. Apresentação e aplicações das principais bases de dados e ferramentas disponíveis no portal. Como fazer consultas, e onde fazer suas consultas. Como submeter suas sequências, e como processá-las. Alinhamento de sequências (Local e Global) utilizando o BLAST. Matrizes de escore. Construção de árvores filogenéticas. Visualização de estruturas tridimensionais (DeepView).			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 151.MCENTYRE, J.; OSTELL, J. The NCBI Handbook. Bethesda: National Center for Biotechnology Information, 2002.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 195.GIBAS, C.; JAMBECK P. Developing bioinformatics skills. O'Reilly, 2001. 196.BAXEVANIS, A. D.; FRANCIS OUELLETTE, B. F. Bioinformatics: A Practical Guide to the Analysis of Genes and Proteins. Second Edition. Wiley, 2001. 197.LESK, A. M. Introdução à bioinformática. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 198.MOUNT, D.W. Bioinformatics: Sequence and Genome Analysis, 2ª ed. Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2004. 199.Acervo digital: 200. <a href="http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK21101">http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK21101</a>			

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICA PROFISSIONAL (DELINEAMENTO EXPERIMENTAL E ANÁLISE DE DADOS)			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
0	50	30	80
<b>EMENTA</b> Amostragem e delineamento de experimentos. Estatística descritiva. Introdução à Inferência: conceitos, amostragem, intervalos de confiança, testes de hipóteses. Introdução aos modelos estatísticos lineares. Regressão linear simples. Análise de variância. Regressão múltipla e simplificação de modelos. Introdução à análise multivariada.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 152.Landeiro, V.L. Experimental design and data analysis for biologists. Cambridge University Press., 2011. 153.PARENTI, Tatiana Marques da Silva. Bioestatística. Porto Alegre SER – SAGAH, 2018. 154.SUCHMACHER, Mendel; GELLER, Mauro (null). Bioestatística passo a passo. 2. Rio de Janeiro: ThiemeBrazil, 2019. 155.JACQUES, Sidia M. Callegari. Bioestatística princípios e aplicações. Porto Alegre ArtMed, 2011.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 201.Provete, D.B. et al. Introdução ao uso do programa R. Disponível em: <a href="http://cran.r-project.org/">http://cran.r-project.org/</a> 2011. 202.MARTINEZ, Edson Zangiacomí. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde. São Paulo Blucher, 2015. 203.Acervo Digital 204.PARENTI, Tatiana Marques da Silva. Bioestatística. Porto Alegre SER – SAGAH, 2018. 205.SUCHMACHER, Mendel; GELLER, Mauro (null). Bioestatística passo a passo. 2. Rio de Janeiro: ThiemeBrazil, 2019. 206.JACQUES, Sidia M. Callegari. Bioestatística princípios e aplicações. Porto Alegre ArtMed, 2011. 207.MARTINEZ, Edson Zangiacomí. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde. São Paulo Blucher, 2015.			

UNIDADE CURRICULAR: BIOLOGIA MOLECULAR E BIOTECNOLOGIA			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
20	30	30	80
<b>EMENTA</b> Introdução às macromoléculas biológicas (proteínas, carboidratos, lipídeos, ácidos nucleicos): estrutura e funções. Biogênese e metabolismo das macromoléculas biológicas. Importância de biomoléculas inorgânicas (água, sais). Estrutura e função de enzimas e mecanismos de inibição. Vias de sinalização. Mecanismos moleculares de morte celular. Estrutura do citoesqueleto celular. Replicação de genomas, transcrição e tradução de genes. Macromoléculas biológicas como marcadores de saúde e doença. Isolamento e análise de ácidos nucleicos, e proteínas. Clonagem de DNA para expressão heteróloga. Edição genômica. Conceito de biologia sintética.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 156.JUNQUEIRA, L.C. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 157.SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Fundamentos de genética. 7. ed. 2020 158.LEHNINGER, Albert Lester; NELSON, David L.; COX, Michael M.; HOSKINS, Aaron A. Princípios de bioquímica de Lehninger. 8. ed. 2022 159.DE ROBERTIS, Eduardo D. P.; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015. 160.ULRICH, Henning; TRUJILLO, Cleber Augusto (Coord.). Bases moleculares da biotecnologia. São Paulo, SP: Roca, 2015.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 208.NUSSBAUMR.L; McINNES R. R.; WILLARD H. F. Thompson & Thompson genética médica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 209.PASTERNAK, Jack J. Uma introdução à genética molecular humana: mecanismos das doenças hereditárias. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. xviii, 434 p. ISBN 9788527712866 210.GLICK, Bernard R.; PASTERNAK, Jack J. Molecular biotechnology: principles and applications of recombinant DNA. 3rd ed Washington, DC: ASM Press, c2003. 760 p. 211.DEVLIN, T. M. (Coord.). Manual de bioquímica com correlações clínicas. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2011.			

UNIDADE CURRICULAR: DESIGN THINKING E A BUSCA DA INOVAÇÃO			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> A abordagem design thinking; espaços de aplicação; etapas de produção na abordagem do design; Ideação, identificação do problema; de que forma ela interfere na resolução do problema e quais os estímulos que se pode utilizar; Imersão, pesquisa de campo aplicada, mapa da empatia; criação da persona; prototipação, metodologia de projeto e intervenção a partir do design.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 161.ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. Revista de Administração de Empresas, v. 35, p. 6-11, 1995. <a href="https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVYFfNkWh7QN/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVYFfNkWh7QN/?format=pdf&amp;lang=pt</a> . 162.BEHRENS, Marilda Aparecida. Metodologia de projetos: aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa. Coleção Agrinho, p. 95-116, 2014. <a href="https://www.academia.edu/download/53290513/2_04_Metodologia-de-projetos.pdf">https://www.academia.edu/download/53290513/2_04_Metodologia-de-projetos.pdf</a> . 163.DA SILVA, Carlos Eduardo Leme; GASPERINI, Ricardo. Design thinking: contribuições na gestão de projetos do produto. Tekhne e Logos, v. 4, n. 3, p. 141-153, 2013. <a href="http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/223">http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/223</a> .			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 212.DE MATOS, Marilyn A. Errobidarte. A metodologia de projetos, a aprendizagem significativa e a educação ambiental na escola. Ensino, saúde e ambiente, v. 2, n. 1, 2009. <a href="https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21036/12511">https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21036/12511</a> . 213.DE OLIVEIRA, Aline Cristina Antoneli. A contribuição do Design Thinking na educação. Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838, p. 105-121, 2014. <a href="https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/454">https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/454</a> .			

- 214.MACEDO, Mayara Atherino; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; CASAROTTO FILHO, Nelson. A caracterização do design thinking como um modelo de inovação. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 12, n. 3, p. 157-182, 2015. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809203916300961>.
- 215.PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. [https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao\\_Criatividdade\\_DesignThinking\\_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf](https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf).
- 216.SUGAI, Mari et al. Design Thinking: uma nova forma de pensar. QUIPUS-ISSN 2237-8987, v. 2, n. 2, p. 31-40, 2013. <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/441>.

UNIDADE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> Estratégias de leitura. Estudo das estruturas básicas da língua inglesa: tempos verbais; verbos de modalização; referência pronominal; voz passiva; estrutura nominal. Processo de formação de palavras. Leitura e interpretação de textos acadêmicos de diversas áreas em inglês. Estudos sobre as formas de desenvolvimento do parágrafo e das diferentes organizações textuais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 164.UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 1. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017. 165.MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Grammar in use intermediate: self-study reference and practice for students of English: with answers. 2. ed. New York, NY: Cambridge Press, 2009. 166.UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 2. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 217.MACMILLAN ELT. MacMillan English Dictionary for Advanced Learners with CD-Rom. MacMillan ELT, 2002. 218.MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura. Módulos I e II. São Paulo, SP: Texto novo, 2001. 219.OLIVEIRA, Sara Rejjane de F. Estratégias de Leitura para Inglês Instrumental. Ed. UnB, 1994. 220.SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford University Press, England, 2005.			

UNIDADE CURRICULAR: LIDERANÇA, NEGOCIAÇÃO E GRANDES NEGÓCIOS			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> Liderança e habilidades. Estilos e eficácia da liderança. Valores e ética profissional. Motivação e comprometimento. Estratégias participativas. Comunicação empática. Comunicação empresarial. Negociação. Fases de uma negociação eficaz. Mapeamento de espaços de negociação.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 167.TAJRA, Sanmya Feitosa. Comunicação e negociação conceitos e práticas organizacionais. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536511054. 168.WEBER, Antônio Celso Mendes. Afinal, onde estão os líderes? Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577805914. 169.MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta. São Paulo: Atlas, 1995. 143 p.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 221.DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.			

222.DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.

UNIDADE CURRICULAR: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> A história da educação dos surdos. Aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da Língua Brasileira de Sinais. A relação entre Libras e a Língua Portuguesa. Processos de significação e subjetivação. O ensino- aprendizagem em Libras. A linguagem viso-gestual e suas implicações em produções escritas.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 170.GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus. 2007. LIMA-SALLES, H. M. L. (Org.) Bilinguismo dos Surdos: Questões 171.Linguísticas e Educacionais. Brasília: Cãnone Editorial, 2007. 172.QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas, Porto Alegre, 1997			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 223.CADER-NASCIMENTO, F.A.A. et al. Descobrimos a surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005. 224.GESSER A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002. 225.QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2002.			

UNIDADE CURRICULAR: MARKETING DE MÍDIAS SOCIAIS E DIGITAIS			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> A importância do planejamento; Frameworks para o plano de marketing; Alocação de recursos e pessoas; Ferramentas para a gestão colaborativa de projetos; Estimativa de ROI; Elementos de tráfego em mídias próprias, pagas e espontâneas; Mecanismos de busca; Google Page Rank e atualizações do Google; Elementos de força no Ranking do Google; SEO contemporâneo e melhores práticas; Google, Youtube, Amazon, Tripadvisor, Booking e outras ferramentas de busca específicas; PPC/Rede de display.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 173.YANAZE, Mitsuru H.; ALMEIDA, Edgar; YANAZE, Leandro Key H. Marketing digital: conceitos e práticas . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9788571441408. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441408/Acesso em: 15 fev. 2023">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441408/Acesso em: 15 fev. 2023</a> . 174.CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Zahart, 2003. 243 p. ISBN 9788571107403. 175.RECUERO, Raquel. A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador. Porto Alegre, RS: Sulina, c2012. 238 p. ISBN 9788520506509.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 226.SANTOS, Carlos Roberto Gomes dos. Campanhas de mobilização social em espaços públicos ampliados pela comunicação digital. 2018. 128 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. 227.DOMINGUES, Diana (Coord.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo, SP: UNESP, 1997. 374 p. ISBN 85- 9788571391602. 228.RÜDIGER, Francisco. Cibercultura e pós-humanismo: exercícios de arqueologia e criticismo. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008. 237 p. (Comunicação; 44) ISBN 9788574307244.			

229.LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010. 295 p. (Coleção Cibercultura) ISBN 9788520505779.  
230.COMUNICAÇÃO na cibercultura. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001. 215 p. ISBN 8574310735.

UNIDADE CURRICULAR: ORATÓRIA			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> Diferenças entre o ato de falar em público e a conversação. Falar em público como arte. Processo de comunicação oral. Etapas da preparação do discurso. Adaptação de mensagens para diferentes públicos. Construção do roteiro do discurso (organização e esboço). O uso de recursos tecnológicos para apresentação. Técnicas de comunicação verbal e não-verbal que possibilitam a comunicação eficaz. Apresentação de discursos temáticos, palestras, trabalhos acadêmicos, discursos para grupos pequenos. Gestão emocional para falar em público. Oratória em um mundo multicultural e democrático. Oratória e o exercício da liderança. Autoapoiese e aprendizagem contínua na arte de falar em público.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 176.LUCAS, Stephen E. A arte de falar em público. Porto Alegre: AMGH, 2014. 177.PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010. 178.POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 111ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 231.BRASSI, Sérgio. Comunicação Verbal – Oratória: a arte da persuasão. São Paulo: Madras, 2008. 232.ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. 233.PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010. 234.PEREIRA, NEY. Apresentações empresariais além da oratória. São Paulo: Elsevier, 2009. 235.TOURAINE, Alain. O que é democracia? trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro? Vozes, 1996.			

UNIDADE CURRICULAR: QUALIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	0	30	80
<b>EMENTA</b> O novo mundo do trabalho; tendências do mercado; habilidades comportamentais; ética profissional; networking e demais fatores que contribuem para o sucesso na vida pessoal e profissional. Relações sociais, multiculturalismo, diversidade e liderança nas relações de trabalho. Design thinking aplicado a gestão de projetos; inovação e criatividade no mundo corporativo; formação continuada e desenvolvimento profissional.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> 179.BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003. 180.FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 181.ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> 236.GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 237.PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. 238.Fellipelli, Adriana. Autoconhecimento Para Um Mundo Melhor . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021. <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201307/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3DCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5BCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5B_idContainer020%5D/6%5B_idParaDest-4%5D/3:37%5Bcia%2CI%3F%5D">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201307/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3DCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5BCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5B_idContainer020%5D/6%5B_idParaDest-4%5D/3:37%5Bcia%2CI%3F%5D</a> 239.GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; MCKEE, Annie. O poder da inteligência emocional. Rio de Janeiro: Campus, 2002. <a href="http://cdl-static.s3.amazonaws.com/trechos/9788547000639.pdf">http://cdl-static.s3.amazonaws.com/trechos/9788547000639.pdf</a>			

240. Estrada, RJS, Flores, GT, & Schimith, CD (2011). Gestão do tempo e apoio ao planejamento estratégico pessoal. Revista de Administração da UFSM, 4 (2), 315–332. <https://doi.org/10.5902/198346593349https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f22f48fc-0422-3ef8-bdd9-a76688018eac>
241. BUENO, José Maurício Haas; PRIMI, Ricardo. Inteligência emocional: um estudo de validade sobre a capacidade de perceber emoções. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, p. 279-291, 2003.
242. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000200008>
243. DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
244. DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.
245. DA COSTA, VAGNER NASCIMENTO. A HABILIDADE DE NEGOCIAÇÃO NA GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES. Administração de Empresas em Revista, v. 2, n. 20, p. 26-37, 2020.
246. <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:116cacd0-7068-3e29-a835-df4712998c46>

UNIDADE CURRICULAR: CIÊNCIAS FORENSES			SEMESTRE: Op
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
30	20	30	80
<b>EMENTA</b>			
História do desenvolvimento das Ciências Forenses. Evolução da Genética Forense e da análise de DNA forense. Revisão dos conceitos biológicos aplicáveis à análise de DNA. Coleta e preparação de amostras. Reação em Cadeia da Polimerase (amplificação de DNA). Repetições curtas em tandem (STRs). Amostras forenses. Marcadores de DNA adicionais. Métodos de separação de fragmentos de DNA. Métodos de detecção dos polimorfismos de DNA. Genotipagem de STRs. Interpretação dos resultados. Validação laboratorial. Bancos de dados de DNA. Novas tecnologias em genética forense. Perspectivas.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
182. IRARDI, Carolina Saibro. Biologia molecular. Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online ISBN 9788595026995.			
183. SOARES, Juliane Adélia. Procedimentos, técnicas e ferramentas forenses. São Paulo Conteúdo Saraiva 2021 1 recurso online ISBN 9786589965589.			
184. SILVA, L. A.; PASSOS, N. S. DNA Forense: coleta de amostras biológicas em locais de crime para estudo do DNA. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
247. SERAFIM, Antonio de Pádua. Psicologia e práticas forenses. 3. Barueri Manole 2019 1 recurso online ISBN 9786555761344. BUCKLETON, J.; TRIGGS, C. M.; WALSH, S. J. Forensic DNA evidence interpretation. Boca Raton: CRC Press, 2005.			
248. GRIFFITHS, A. J. F.; MILLER, J. H.; SUZUKI, D. T.; LEWONTIN, R. C.; GELBART, W. M.			
249. DE MARTINIS, Bruno Spinosa. Química forense experimental. São Paulo Cengage Learning 2016 1 recurso online ISBN 9788522122783.			
250. HARTL, D. L. Princípios de Genética de População. 3. ed. São Paulo: Editora FUNPEC, 2008.			
251. SIMAS FILHO, F. A Prova na investigação de paternidade. 10. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2007.			